

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ)
UNIDADE ACADÊMICA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS (UAE GEO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANTÔNIA MARIA NASCIMENTO SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RELAÇÕES RACIAIS: Trajetória e
inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO)

JATAÍ
2022

ANTÔNIA MARIA NASCIMENTO SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RELAÇÕES RACIAIS: Trajetória e inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização dos Espaços nos Domínios do Cerrado Brasileiro

Linha de pesquisa: Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do Cerrado Brasileiro

Orientadora: Professora Doutora Maria José Rodrigues

JATAÍ
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFJ.

Silva, Antônia Maria Nascimento
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RELAÇÕES RACIAIS :
Trajetória e inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO) /
Antônia Maria Nascimento Silva. - 2022.
122 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Jataí, Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Jataí, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2022.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Escravidão. 2. Segregação socioespacial. 3. População negra.
4. Jataí (GO). I. Rodrigues, Maria José, orient. II. Título.

CDU 911.375.1

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **08** da sessão de Defesa de Dissertação de **Antônia Maria Nascimento Silva**, que confere o título de Mestra em **Geografia**, na área de concentração em **Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro**.

Aos (05) **cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14** horas, no Auditório do Prédio da Pós-Graduação - Campus Jatobá / UFJ, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RELAÇÕES RACIAIS: Trajetória e inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO)**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Maria José Rodrigues** (UAECHO/UFJ) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Márcio Rodrigues Silva** (UAECHO/UFJ), membro titular interno; Professor Doutor **Adailton da Silva** (UFAM), membro titular externo. Durante a arguição, os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professora Doutora **Maria José Rodrigues** (UAECHO/UFJ), Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **05/09/2022** (cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois).

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE RODRIGUES, Orientadora**, em 05/09/2022, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO RODRIGUES SILVA, Professor do Magistério Superior**, em 09/09/2022, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adailton da Silva, Usuário Externo**, em 16/09/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0061625** e o código CRC **50AAEC74**.

RESUMO

Para entender o processo de vivência e inserção do negro no espaço urbano se faz necessária uma análise a partir da formação socioeconômica do Brasil. O período escravocrata, parte deste processo, utilizou-se da mão-de-obra de negros e negras africanos para produzir riquezas, deixando marcas profundas na sociedade e grande desigualdade entre negros e brancos. Na cidade de Jataí, esse panorama segue o mesmo padrão das demais cidades brasileiras, possui uma conjuntura social que segregá e marginaliza a população negra. Embora a segregação na cidade de Jataí aconteça principalmente pelo fator renda, não se pode descartar outros indicadores como a raça. Ao correlacionarmos renda e raça identificou-se que a população negra está mais vulnerável e exposta a segregação socioespacial, principalmente pelo fato de a mesma deter um menor rendimento. Para chegar aos objetivos traçados nesta pesquisa, foi realizado uma revisão bibliográfica, espacialização dos dados de população de cor ou raça negra coletados no IBGE, resultado do último Censo Demográfico e realizou-se entrevistas semiestruturadas com uma amostra de 13 pessoas negras. Desse modo, identificamos que a população negra que vive na cidade de Jataí, possui menor rendimento que a população branca e uma maior taxa de analfabetismo. Ao correlacionarmos renda e raça demonstramos que a população negra está mais vulnerável e exposta a segregação socioespacial, principalmente pelo fato de a mesma deter um menor rendimento, dessa forma a mesma ocupa os bairros mais afastados das áreas centrais, que possuem um valor do solo menor, e infraestrutura urbana mais precária, localizados nas áreas periférica. Nesse sentido, identificamos que a maior parte da população negra vive nos bairros Dom Abel, Conjunto Residencial Mauro Bento, Epaminondas I e Setor Antena. Frente a isso observou-se que a segregação socioespacial da população negra se faz presente em Jataí, e é necessário a criação de políticas públicas para diminuir as desigualdades raciais presentes na cidade, bem como melhorar a qualidade de vida da população negra.

Palavras – Chave: Escravidão; segregação socioespacial; população negra, Jataí (GO)

Abstract

In order to understand the black people's experience and insertion in the urban space, it is necessary to analyze the socioeconomic development of Brazil. The slavery period, which was part of this process, used the labor of African natives to produce wealth, which left deep marks in society and a significant inequality between black and white people. In the city of Jataí, this panorama follows the same pattern as other Brazilian cities, with a social context that segregates and marginalizes the black community. Although the segregation in the city of Jataí happens primarily because of the income factor, other indicators such as race cannot be ignored. When we correlate income and race it is noticeable that the black population is more vulnerable and exposed to sociospatial segregation, especially because they have a lower income. To reach the goals set out in this research, we conducted a bibliographic review, the spatialization of data on the black population available at IBGE, the result of the last Demographic Census, and also carried out semi-structured interviews with a sample of the black population, totaling thirteen people. This way, we identified that the black population living in the city of Jataí has a lower income than the white population and a higher illiteracy rate. The correlation between income and race shows that the black population is more vulnerable and exposed to socio-spatial segregation, mainly because they have a lower income. We identified that most of the black population lives in the Dom Abel, Conjunto Residencial Mauro Bento, Epaminondas I and Setor Antena neighborhoods. In this context we observed that the socio-spatial segregation of the black population is present in Jataí, and it is necessary to create public policies to reduce racial inequalities present in the city, as well as to improve the quality of life of the black population.

Key-words: Slavery; sociospatial segregation; black population, Jataí (GO)

A minha mãe, Glaucia, que me ensinou sobre amor e empatia e por batalhar tanto para que eu pudesse chegar até aqui. Ao meu pai, Odenair, por ter me ensinado a amar e lutar pelo que eu acredito. Ao meu avô José por ser meu segundo pai, e me ajudar tanto. A minha irmã, Vitória, por me mostrar a genialidade de ser quem se é, verdadeiramente. E aos negros e negras que muito trabalharam na edificação de Jataí.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por me guiar e me ajuda a chegar até aqui.

A minha mãe Glauca, a minha irmã Vitória e ao meu Avô José, por todo carinho, apoio, confiança, compreensão, por toda força, por todo amor e por me incentivarem todos os dias. Vocês foram essenciais para que eu me mantivesse firme nesta longa jornada.

Ao meu pai Odenair, por sempre me abençoar e cuidar de mim lá do céu. Agradeço por ter me ensinado o quanto importante é o conhecimento e a honestidade.

A minha avó Antônia, que também já mora com Deus, mas me ensinou a força e bravura de uma mulher nordestina.

Ao Movimento Negro Brasileiro por terem lutado por programas de cotas raciais, peça fundamental para o meu ingresso na universidade.

A minha tia Serginha, por toda confiança e amor que sempre depositou em mim

A amiga e colega Anna Lígia, por ser um ombro amigo durante todo esse período de Mestrado.

A minha orientadora Maria José Rodrigues pela empatia, competência, e por ser essa pessoa compreensiva e amável. Você é um grande exemplo para mim, obrigada por acreditar em mim e na minha pesquisa.

Ao professor Alécio Perini, pela disposição em me ajudar nos momentos em que precisei.

A professora Simone por entender e me ajudar nesse processo difícil de adaptação na pós-graduação e por sempre me aconselhar quando necessário.

A professora Rosana por me auxiliar em todos os momentos que precisei, sua amizade e apoio são muito importantes para mim.

A todos os colegas de mestrado que fizeram minha trajetória até aqui mais alegre.

A minhas amigas Eliza Muriele, Lindaúra Mariane e Marggie Serna por sempre me escutarem e pelo apoio nos momentos em que precisei. Vocês fazem uma grande diferença na minha vida.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa que foi de grande importância para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa da melhor maneira possível.

A todos, o meu muito obrigado!!!

*Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado
Senhor, eu não tenho a sua fé e nem tenho a sua cor
Tenho sangue avermelhado
O mesmo que escorre da ferida
Mostra que a vida se lamenta por nós dois
Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz*

*Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente*

*Ê Calunga, ê!Ê Calunga!
Preto velho me contou, preto velho me contou
Onde mora a senhora liberdade
Não tem ferro nem feitor*

*Amparo do Rosário ao negro benedito
Um grito feito pele do tambor
Deu no noticiário, com lágrimas escrito
Um rito, uma luta, um homem de cor*

*E assim quando a lei foi assinada
Uma lua atordoada assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra bondade cruel*

Fragmento da música: “Meu Deus, Meu Deus, Está extinta a escravidão”
Letra: Cláudio Russo / Anibal / Jurandir / Moacyr Luz / Z
Interpretação: Paraíso do Tuiuti, 2018 (samba-enredo)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Brasil: Referências da dinâmica da Diáspora Africana para o Brasil e as Fronteiras atuais.....	28
Figura 2. Brasil: Cartaz anunciando recompensa pela captura de um escravizado, 1854.....	33
Figura 3. Brasil: Localização Serra da Barriga, 2018.....	34
Figura 4. Brasil: Pessoas em ocupações informais (%), 2019.....	54
Figura 5. Brasil: Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes), 2019.....	58
Figura 6. Jataí: Dona Mariana (Ex-escravizada), 1955.....	65
Figura 7. Jataí: Ex - Presidentes do clube 13 de Maio.	69
Figura 8. Jataí: Primeira sede do clube 13 de Maio (1961).....	71
Figura 9. Jataí: Rainha Negra do Clube 13 de Maio de, 1965.....	72
Figura 10. Jataí: Participantes de uma das festas do Clube 13 de Maio (1966)	73
Figura 11. Jataí: Sede do Clube 13 de Maio em 1971.....	74
Figura 12. Jataí: residência localizada no setor Mauro Bento	98
Figura 13. Jataí: residência localizada no Centro, 2022.....	98
Figura 14. Jataí: Correlação entre distribuição do rendimento populacional e da população negra, 2010.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de participantes da pesquisa	22
Quadro 2. Estimativa da população urbana no Brasil ao longo das décadas.....	44
Quadro 3. Jataí: Lista de bairros de 2021.....	82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Jataí: Localização da área de estudo, 2019.....	20
Mapa 2. Jataí: Espacialização dos bairros em 2021.....	81
Mapa 3. Jataí: Distribuição de renda no espaço urbano de Jataí, 2010.....	93
Mapa 4. Jataí: Densidade demográfica da população de cor ou raça negra, 2010.....	96
Mapa 5. Jataí: Bairros com maioria de população negras e brancas, 2010.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%), 2019.....	52
Gráfico 2. Brasil: Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%), 2019.....	53
Gráfico 3. Brasil: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês), 2019.....	54
Gráfico 4. Brasil: Taxa de analfabetismo, segundo a situação do domicílio (%), 2019.	56
Gráfico 5. Brasil: Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens) 2019.....	57

Gráfico 6. Jataí: População urbana e rural de 1991, 2000 e 2010.....	59
Gráfico 7. Jataí: População urbana e rural de 1991, 2000 e 2010.....	78
Gráfico 8. Jataí: Índice de população por cor/raça, 2010	80
Gráfico 9. Jataí: Rendimento populacional per capita, 2010.....	83
Gráfico 10. Jataí (GO): Rendimento populacional per capita segundo gênero, 2010.....	84
Gráfico 11. Jataí: Índice redefinido de população por cor/raça, 2010.....	85
Gráfico 12. Jataí: Rendimento populacional dos residentes de cor ou raça negra, 2010.....	86
Gráfico 13. Jataí: Rendimento populacional de cor ou raça negra e branca, 2010.....	87
Gráfico 14. Jataí: Rendimento populacional de mulheres de cor ou raça negra e branca, 2010.....	90
Gráfico 15. Jataí: Índice de alfabetizados e não alfabetizados da população de cor ou raça negra, 2010.....	91
Gráfico 16. Jataí: Índice de alfabetizados e não alfabetizados da população de cor ou raça branca,2010.....	91

SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística

UFJ – Universidade Federal de Jataí

CAPES - Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior

SCIELO - Scientific Electronic Library Online (Scielo).

SESC – Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. CONSIDERAÇOES INICIAIS DA DISSERTAÇÃO	17
1.1 Procedimentos metodológicos.....	19
2 RAÇA, ESCRAVIDÃO E EXCLUSÃO: TRAJETÓRIAS NEGRAS NAS CIDADES BRASILEIRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO	25
2.1 A escravidão na história do Brasil	25
2.2Espaço urbano: Vidas Negras no pós-abolição	37
2.2.1Vidas Negras no pós-abolição.....	37
2.2.2Espaço Urbano	40
3 URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL	42
3.1 Urbanização	42
3.2 Segregação e desigualdades raciais no Brasil	49
4 JATAÍ (GO): HISTÓRIA, INDICADORES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO NEGRA	62
4.1. Jataí: Da escravidão ao Movimento Negro.	62
4.2 Jataí e a segregação socioespacial: Indicadores sociais, desigualdades e vivências da população negra.	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXO.....	114

APRESENTAÇÃO

MAIS UMA

Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus.
(Ponciá Vicêncio - Conceição Evaristo)

Era um sábado à noite, eu estava voltando do mercado que fica próximo a minha casa. Vi um jovem casal sentado no banco da praça. Um rapaz e uma moça, ambos brancos. Eles estavam rindo e brincando um com o outro. A moça ria e gesticulava como se desaprovasse alguma piada que o namorado tinha feito.

Caminhei um pouquinho mais e olhei para o lado. Vi um jovem negro, alto, encostado em um muro, cara na parede de forma que não pude ver seu rosto com clareza, mãos levantadas, cabeça baixa. Conseguí sentir seu constrangimento mesmo não podendo olhar para seu rosto. Atrás dele, dois policiais, um com uma arma na mão, enquanto o outro revistava o jovem.

Ele falava coisas do tipo: - “*Abre as pernas, vagabundo*”

- “*Cadê a droga, negrinho?*”

O menino respondeu: - “*Eu não tenho droga, senhor*”

- “*Ah. O que você faz por aqui essas horas então, seu vagabundo?*” (gritando).

O menino disse: - “*Eu estava voltando pra casa, senhor.*”

Os policiais foram muito agressivos com o garoto, falavam coisas para o amedrontar e o tratavam como se a vida dele não importasse, nada do que ele dissesse naquele momento importava. Era como se a qualquer momento ele pudesse levar um tiro e ninguém se importaria, e é a verdade. Se é o Estado que mata, quem vai punir? Quem pune as instituições que deveriam nos proteger, porém nos matam?

O policial proferia ofensas, muitas de cunho racial, mas por medo não prestei muita atenção, medo dele querer fazer o mesmo comigo ou sei lá o que poderia acontecer. Quando se trata de abordagem policial no Brasil, nós nunca sabemos o que pode acontecer, só sabemos que normalmente, nunca é algo bom para quem é preto. Ainda mais, porque sempre somos

suspeitos. Eles atiram, depois averiguam os fatos e por fim, dizem: “*Ele resistiu*”, “*Ele atirou primeiro*”, “*Esse foi somente um caso isolado. Nós vamos averiguar*”.

Caso isolado? Caso isolado número... eu não sei, eu já perdi as contas. O que eu sei é que, de acordo com dados do Monitor da Violência (2021), no Brasil, 78% dos mortos por policiais são negros. Sei também que nós sentimos muito medo, às vezes. Na maior parte do tempo não é fácil ter tanta melanina. “*Mas é só a cor da pele, não muda nada, somos todos iguais...*”, bom, para algumas pessoas não, mas para uma grande parcela da sociedade, minha cor representa o crime. No fundo eu sei exatamente do que se trata e mais à frente irei explicar isso...

A questão principal, é que eu vi naquela noite, bem na minha frente, duas realidades muito distintas. De um lado, um casal branco feliz a noite em uma praça curtindo seu sábado tranquilamente como qualquer jovem poderia fazer, do outro, um jovem negro sendo constrangido publicamente, aparentemente pelo simples fato de existir.

Dois brasis completamente distintos e um desses é o meu lado. Quando eu era pequena minha família em geral, mas especialmente minha mãe falavam e ainda falam sobre abordagens policiais. Ela – minha mãe –, sempre dizia para nunca reagir, não falar alto, nem nada disso, mal podíamos respirar. – “*Só faz o que eles pedirem e fica calado*”. E ela repreendia todas as vezes que um dos meus primos falavam que tinham retrucado de alguma forma policiais durante essas abordagens.

Me conta uma coisam, se você é branco e está lendo essa apresentação, quantas vezes sua mãe já te falou isso? Eu gostaria de saber. É que às vezes não queria me sentir tão sozinha nessa. Apesar de saber que tem muitas pessoas iguais a mim que já ouviram isso dos pais. Mas cá entre nós, eu acho muito estranho crianças terem de ouvir isso, deveríamos ser só crianças e não ter medo. Você não acha estranho?

Eu sei que minha mãe sempre temeu que algo acontecesse nos acontecesse. Há alguns dias, ela viu na TV uma pessoa morta em uma abordagem policial. Como era mesmo o nome... um menino de quatorze anos chamado João Pedro. Não! Acho que era uma menina chamada Ágatha... ou será que era um rapaz chamado Samuel Vicente?

Não! Não! Era Kathlen o nome, isso, Kathlen Romeu, uma jovem negra de 24 anos, grávida de 14 semanas, morta durante uma operação policial em uma favela no Rio de Janeiro. Mais uma. Esse caso repercutiu bastante, mas não deu em nada, mais uma vez. Foram mais duas vítimas, que entraram na estatística de “*casos isolados*”, só esse ano já contei mais de 20.

Kathlen tinha a minha idade, isso me causa medo, mesmo que não viva em zonas de guerra como é o caso da favela, quando digo isso, me refiro a guerra diária de um povo

marginalizado, contra o povo que os marginalizou. Eu sempre julguei de forma diferente, crimes cometidos por pessoas provindas de áreas periféricas e crimes cometidos por pessoas abastadas, não estou romantizando crimes, mas acho que é diferente quando um *playboy* da zona sul do Rio de Janeiro rouba por puro “*esporte*” e uma mãe que rouba um pão para os filhos não morrerem de fome. Adivinha, quem vai preso? Desculpa, eu não consigo julgar igual, essa régua eu uso até mesmo para outros crimes, especialmente vindo de um lugar, onde você cresce escutando que é matar ou morrer. A guerra contra o Estado é real ou será uma guerra de sobrevivência?

A favela é um quilombo. Depois da abolição não quiseram inserir o preto no mercado de trabalho, nem deixaram meus antepassados estudarem. Posse de terra? Eles não tinham e nem poderiam ter, não deram nenhuma oportunidade para que eles pudessem ter uma vida minimamente digna e muito menos chance de ascensão social, depois enxotaram todo mundo dos centros urbanos pois queriam apagar os resquícios da escravidão.

Muitos morreram, muitos resistiram e construíram uma nova forma de sobrevivência nos morros, assim surgindo as favelas. As chances de ascensão eram mínimas e até hoje são, se passou mais de um século desde a abolição e ainda sentimos na pele suas consequências.

Lembra que eu havia falado que entendia o motivo de muitas pessoas verem a nossa cor como *a cor do crime*? Então. Vou explicar o motivo. Imagine que você, seus antepassados, exploraram por mais de 300 anos um povo, que era livre. Esse povo tinha reinados, dialetos distintos, sua própria religião e seus costumes, uma cultura diversa. De repente essas pessoas foram arrancadas do seu lugar de origem e depois jogadas dentro de um sistema escravocrata que lucrava com essa exploração. Eram espancados, torturados e maltratados, tratados como animais devido a teorias racistas em ascensão que, dentre várias coisas, pregaram a inferioridade desse povo negro.

Eles precisaram criar uma nova forma de vida para tentar resistir a todo aquele sofrimento e alienação, muitos morreram por não resistirem à escravidão, outros resistiram, fugiram e quando as fugas eram bem-sucedidas tentaram uma vida nova.

Quando a “liberdade” chegou a esse povo, era falsa, os deixaram a “*Deus-dará*”, sem formas de obterem uma vida melhor, sem emprego, sem comida e sem oportunidade, mais uma vez a margem da sociedade.

A verdade é que o desespero, a fome e a dor em si, desperta nossos instintos mais primitivos. Então, eles sentem medo por que eles sabem o que fizeram. Eles sabem o que fizeram com o povo preto nesse país. Você sabe, não é?!

Hoje ainda me sinto à beira de um penhasco, acho que todo preto se sente assim, às vezes. Eles querem que a gente pule. Eu deveria pular? A dificuldade de viver em um sistema meritocrático, é que eles te falam assim: - “é só você tentar e lutar que você consegue”. Mas a realidade é que não há nenhuma condição de conseguir, de lutar, nem oportunidades justas – dá para concorrer com quem está 300 anos na nossa frente? Depois fazem com que você se sinta totalmente incapaz. O sistema é todo projetado para perdermos e estamos.

Quando mostram uma estatística ruim estamos sempre em primeiro lugar, quando é boa o número é sempre baixo. Nos cargos de liderança, por exemplo, os negros representam menos de 30%, mesmo sendo 56% da população, ou seja, estamos mais na base do que no topo.

No Brasil, 70% das pessoas abaixo da linha da pobreza são negras. O racismo também afeta a educação, somos os que mais abandonam a escola, temos também a maior taxa de analfabetismo tanto em jovens e adultos, como em idosos. E eu vi aquela *granfina* na TV falando que as quatro vagas reservadas para pessoas pretas e pardas no vestibular, tiravam a oportunidade de gente que “estudou de verdade” como é o caso do filho dela e que todo mundo tem condição de passar, não precisa existir cotas. Realmente, talvez se começássemos do mesmo ponto de partida, isso seria possível, mas não foi o caso.

Eu comecei a estudar com cinco anos de idade, morei no campo a maior parte da minha vida, mesmo que mudando constantemente, mas lembro que aos cinco anos, acordava às 03:00 da manhã, minha mãe colocava na minha lancheira um bolo (simples, mais bem gostoso) que ela preparava e jogava umas bolinhas coloridas por cima, eu amava.

Ela me arrumava, fazia tranças bem bonitinhas em mim. Naquela época, eu já via nos olhos dela a esperança de um futuro diferente, de me ver tendo a oportunidade que ela (nem o pai dela, nem a mãe dela, nem os demais antepassados), e muito menos meu pai tiveram.

Depois de pronta, meu pai me levava a cavalo por mais ou menos, uma hora e meia para uma estrada, na qual eu pegava o ônibus para ir à escola que ficava em um município próximo, chegava na escola cerca de sete e meia da manhã.

Eu amava estudar, ia muito feliz, nunca chorei, mesmo sentindo muito sono e vontade de dormir na sala, eu não via problema, era somente uma criança, achava *superincrível*, mas hoje percebo o quanto é perverso.

Crianças de cinco anos não deveriam acordar tão cedo para conseguir ir à escola, são realidades opostas quando uma criança precisa acordar cedo assim, muitas vezes sem alimentação precisa enfrentar estradas ruins, utilizar transportes insalubres e inadequados para conseguir estudar do que quando é possível acordar às sete, para chegar à escola às sete e meia, tomar seu café da manhã tranquilamente e depois ser deixado na porta da escola com

infraestruturas diferenciadas. É possível mesmo fazermos essa comparação? Todo mundo deveria ter uma vida digna, mas nem todos tem, há pessoas que não tem o mínimo.

Mas eu tenho privilégios! Como eu disse, eu tinha o bolo que minha mãe fazia pra mim. Eu corria e subias em árvores e era uma criança feliz, não passava fome – a experiência com a fome veio em outro momento da minha vida quando já era maior, na cidade, que é a materialização desse sistema perverso. Mas não quero me delongar nessa história agora. Vou deixar isso pra outro momento. Quem sabe na tese? –. Tive a oportunidade de estudar, participei de projetos sociais e tive pais presentes, é loucura se sentir privilegiada por ter o mínimo, não é? Talvez seja, mas esse é o Brasil.

O intuito deste texto introdutório é expor, em linhas gerais, os princípios que nortearam os caminhos até aqui trilhados. Essa pesquisa surgiu da vontade da pesquisadora de entender a vivência da população negra em uma cidade onde sua história foi apagada. Vontade essa que vem de minha vivência, mas também da observação do espaço urbano de Jataí (GO), onde não há pesquisas direcionadas para essas pessoas. A dificuldade em encontrar dados sobre essa população no município, demonstra isso.

Me pergunto: Será que nem a grande quantidade de pessoas pretas que vivem na periferia da cidade não notaram algo de errado? Ninguém nunca questionou as abordagens policiais? Aparentemente nunca se perguntaram: *Onde moram a população negra em Jataí (GO)? Como vive essa população? Como o racismo afeta essa população?* Essas perguntas eu já me faço há muitos anos. Agora posso discuti-las em uma pesquisa científica, que tem como propósito ser uma ferramenta para compreensão das desigualdades raciais presentes em nossa sociedade.

Jataí (GO), 20 de novembro de 2021.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA DISSERTAÇÃO

*Os poderosos são covardes desleais
 Espancam negros nas ruas por motivos
 banais
 E nossos ancestrais
 Por igualdade lutaram
 Se rebelaram morreram
 E hoje o que fazemos
 Assistimos a tudo de braços cruzados
 Até parece que nem somos nós os
 prejudicados
 Enquanto você sossegado foge da questão
 Eles circulam na rua com uma descrição
 (Racistas Otários – Racionais MC's)*

Para entender o processo de inserção e vivência do negro no espaço urbano é necessária uma análise a partir da formação socioeconômica do Brasil. O período escravocrata, parte deste processo, utilizou da mão-de-obra de negros africanos para produzir riquezas, deixando profundas marcas na sociedade e grande desigualdade entre negros e brancos.

Após a abolição da escravidão, não foi tomada nenhuma medida de reparação dos danos causados a população negra, e desse modo, os ex-escravizados acabaram, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente (HERINGER, 2002). Este processo impulsionou a periferização desta população, fazendo com que a mesma começasse a viver nas áreas afastadas dos centros, e isso é resultado do intenso preconceito racial, da exclusão social e geográfica as quais eram expostos, o que disseminou os cortiços e as favelas nos grandes centros urbanos.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019), os negros hoje representam a maior parte da população brasileira (56,10 %), sendo 19,2 milhões se declaram como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos, no entanto, ainda há um crescimento contínuo da vulnerabilidade socioeconômica dessa parcela da população. Segundo Masten e Garmezy (1985) a vulnerabilidade é uma tendência às consequências negativas em caso de risco, ou seja, a população não consegue ter poder de resiliência ou mitigação suficiente em relação a um risco.

Partindo desses dados nota-se uma grande necessidade em se discutir a vulnerabilidade desta parcela da população, para que se possa criar políticas públicas de ações afirmativas para eliminar as desigualdades e garantir igualdade de oportunidades, tratamento, bem como de acesso aos serviços básicos garantidos na Constituição Federal (educação, saúde, moradia, segurança pública, entre outros.)

Apesar do aumento de negros nas classes médias e alta da sociedade demonstrada por pesquisas como PNAD (2019), ainda há uma grande distância social entre negros e brancos dentro do espaço urbano. De acordo com França (2017), os negros das classes altas e médias residem mais próximos dos pobres do que dos brancos deste mesmo estrato social. Isso demonstra que a raça assim como classe social é um fator que influencia na vivência dentro do espaço urbano.

Por meio da pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão de curso Silva, (2019) e por meio de dados obtidos do Censo Demográfico (2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi possível comprovar que o espaço urbano do município de Jataí (GO) segue o mesmo padrão de grande parte dos centros urbanos brasileiros, ou seja, há uma estrutura socioespacial que segregava e marginaliza a população negra. Os bairros com uma grande concentração de população preta ficam localizados em áreas que possuem um baixo valor do solo, infraestrutura urbana precária, dificuldades de acesso aos serviços públicos, sendo em sua grande maioria áreas periféricas.

A presente pesquisa visa compreender a trajetória e a inserção da população negra no espaço urbano da cidade de Jataí (GO). Desse modo, buscou-se entender a vivência da população negra e como as interfaces do racismo (como a segregação, acesso aos serviços públicos, escolaridade, entre outros) afetam essa população.

Desse modo, fez-se importante entender em toda sua complexidade, a natureza do processo de marginalização social, no qual a população negra está inserida, para contribuir com as discussões sobre o assunto, bem como a luta por justiça social.

O objetivo geral dessa dissertação é compreender a trajetória e a inserção da população negra no espaço urbano da cidade de Jataí (GO). Sendo os objetivos específicos:

- Discussão com base nos dados do IBGE as diferenças entre negros e brancos nos aspectos como renda, escolaridade e participação política;
- Identificação dos pontos nos quais se concentram a população negra da cidade de Jataí e como os mesmos vivem;
- Análise dos indicadores sociais, de desigualdades e vivências da população negra.

A presente pesquisa se justifica principalmente pela necessidade de entender os alcances e limites da população negra na área urbana da cidade de Jataí, e de que forma e até que ponto as relações de desigualdade e segregação afetam essa população. Nota-se que há ausência de pesquisas sobre a temática no município de Jataí, demonstrando ainda mais a necessidade de trabalhos como este.

1.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada na área urbana do município de Jataí (mapa 1) localizada no sudoeste de Goiás, há cerca de 320 km da capital Goiânia, ocupando uma área de 7.174,225 km².

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o município possuía 88.006 habitantes, com densidade demográfica de 12,27 hab/km², em 2021 a estimativa é de 100.882 habitantes.

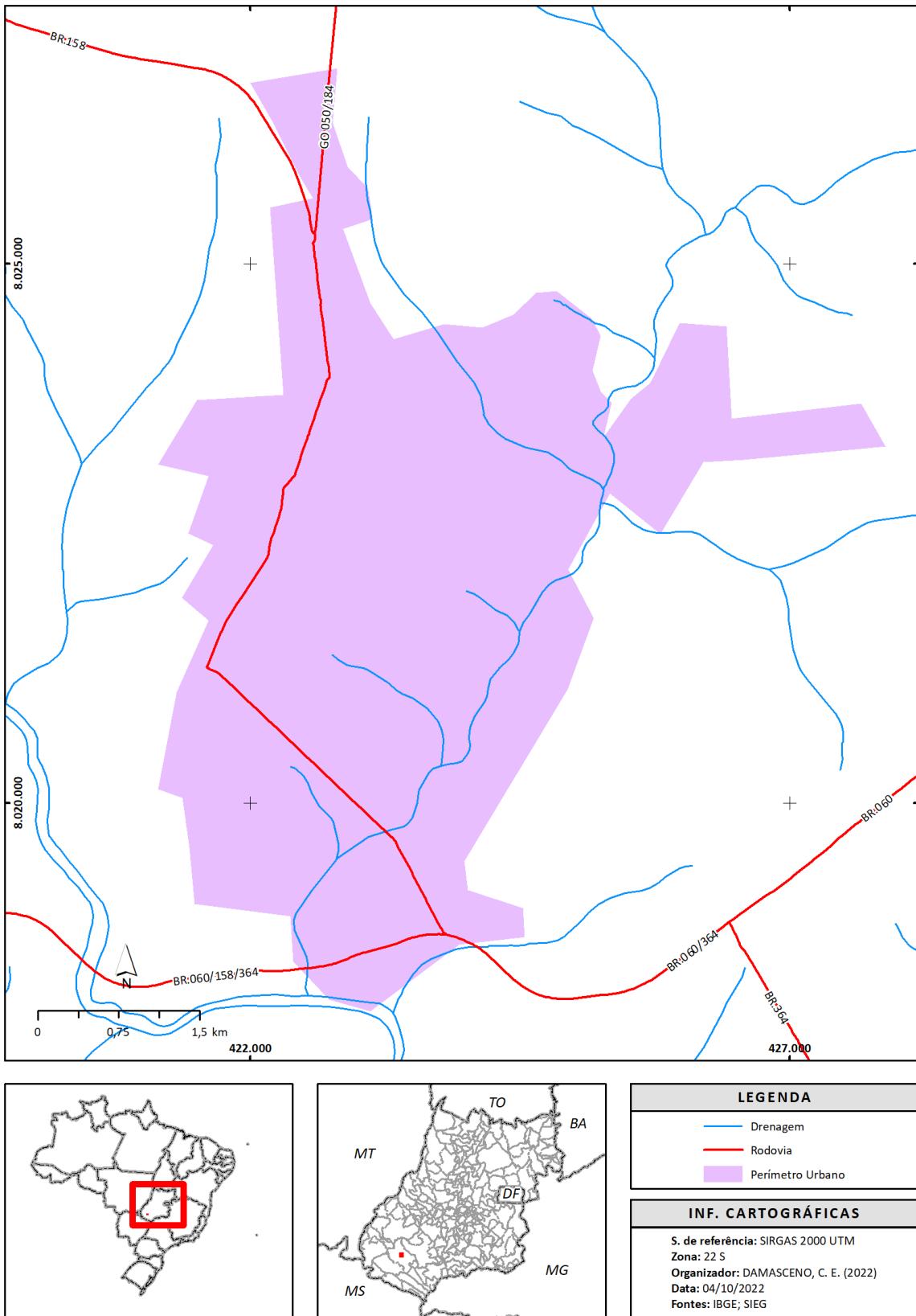
Para análise adotou-se uma perspectiva dialética como método para alcançar os objetivos traçados. O objeto de estudo está centrado na população negra residente na cidade de Jataí (GO). Para realização da mesma foi feita uma revisão bibliográfica, no qual foi utilizado algumas obras disponibilizadas no site do Laboratório de Geografia Urbana e da Saúde (REGGEO), da Universidade Federal de Jataí (UFJ), além de artigos científicos disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na biblioteca digital da Scientific Electronic Library Online (SciElo). Para as pesquisas feitas nas plataformas citadas foram utilizadas as seguintes palavras chaves: segregação socioespacial; população negra; escravidão; abolição; desigualdades raciais.

A pesquisa utilizou como referência seguintes autores: Silva (2005) e (2009), Figueiredo (2003), França (2017), Corrêa (1995), Costa e Mello (2010) Brito e Souza (2005), Sydenstricker-Neto et al. (2015), Spósito (2005), Santos (2012), Camara e Moscarelli (2016), Roma (2008), Rodrigues (2008), Santos (1993), Sposito (2004) e (2008), Silva et al. (2016), Cobos (1988), Panta (2018), França (2017), Heringer (2002), Andrade Junior e Mota (2017), Figueiredo (2014), Ferreira, (1988), Santos (2002), Ferreira e Ratts (2017), Botelho (2007), Negri (2008) e Souza (2007).

Fez-se o uso de obras e documentos do Museu Histórico de Jataí, como forma de entender história da população negra no período pós escravidão, bem como a presença do movimento negro na cidade. Para isso utilizou-se documentos como: ATA do clube, planta da sede do clube 13 de Maio, fotos, textos e artigos que fazem parte do acervo relacionado ao Clube 13 de Maio, que ficam sob o cuidado do Museu.

Foram utilizados dados secundários do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com intuito de discutirmos indicadores sociais população negra de Jataí e também para que se pudesse elaborar mapas e gráficos qualitativos e quantitativos desta população.

Mapa 1. Jataí (GO): Localização da área de estudo, 2022.



Fonte: IBGE. Organização: Damasceno. 2022

O censo demográfico é a principal fonte para o conhecimento da população de todo país, sendo feita a domicílio, no questionário base consta perguntas sobre as características dos domicílios e dos moradores. O período de realização do mesmo é a cada 10 anos. O censo possui uma abrangência nacional, divulgando resultados referentes ao Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Regiões Metropolitanas, Municípios, Distritos, Subdistritos e Setores Censitários.

Os mapas foram feitos utilizando o software ArcGis 10.2.1, com a divisão por setores censitários disponibilizados pelo IBGE, no qual foi sobreposto a malha de bairros, fornecida pela Prefeitura Municipal de Jataí. Para o mapa de rendimento populacional, foi especializado os dados de *pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita*. Para o gráfico de rendimento foi utilizado a categoria '*pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita*'.

Quanto aos gráficos de alfabetização foi utilizado a categoria '*pessoas de 5 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e a idade*'. Para o mapa de densidade demográfica e ou concentração da população negra foram utilizados o percentual do total geral, tanto para a concentração da população negra, quanto para o mapa síntese que demonstra quais bairros concentram mais pessoas negras e quais concentram mais pessoa brancas. Quanto a realização do mapa síntese, foi considerado somente pessoas negras e brancas, para a organização do mesmo foi feito um cálculo médio, para descobrir se em um determinado bairro abriga mais pessoas negra ou brancas.

Ademais, para fazer a análise e alcançar os objetivos propostos foram feitas entrevistas semiestruturadas (apêndice A), com 13 pessoas autodeclaradas negras, acima de 18 anos residentes de Jataí (GO).

O primeiro contato com os participantes foi feito por meio de rede social, na qual, a pesquisa foi apresentada, bem como o objetivo da mesma. As pessoas foram abordadas por meio de indicações, nessa pesquisa demos preferência a entrevistas com pessoas negras que vivem em áreas afastadas do centro e pessoas negras que vivem no centro ou próximo, com o objetivo de fazer um comparativo entre essas vivências.

O primeiro entrevistado trata-se de um ex-participante do Clube 13 de Maio, o mesmo também é descendente de um dos fundadores do clube. Outros dois ex-membros da instituição indicados pelo Museu Histórico de Jataí foram abordados, a princípio se colocando à disposição da pesquisa, no entanto, se retiraram.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro a julho de 2022. Após a adesão voluntária, os encontros com os possíveis participantes da pesquisa foram marcados e ocorreram na sala da Coordenação em Geografia localizado na Universidade Federal de Jataí – Campus Riachuelo, onde foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo1), no qual consta todas as informações e apontamentos éticos da pesquisa. As entrevistas duraram em média 30 minutos, estando no local somente a pesquisadora e o entrevistado.

Nesta pesquisa foram utilizados nomes fictícios como forma de garantir o anonimato dos entrevistados. Abaixo o quadro 1 com dados dos participantes no que diz respeito a nome fictício, idade, gênero e bairro em que reside.

Quadro 1. Lista de participantes da pesquisa

Participante	Idade	Sexo	Bairro em que reside
José	60 anos	Homem	Centro
Karla	27 anos	Mulher	Santa Maria
Aline	19 anos	Mulher	Cidade Jardim I
Érica	26 anos	Mulher	Colméia Park
Luan	26 anos	Homem	Jardim Rio Claro
Maria	46 anos	Mulher	Santa Maria
Marcos	24 anos	Homem	Santo Antônio
Brenda	25 anos	Mulher	Vila Fátima
Leonardo	27 anos	Homem	Vila Sofia
Gustavo	22 anos	Homem	Colméia Park
Adriana	57 anos	Mulher	Jacutinga
Camila	21 anos	Mulher	Centro
Lázaro	25 anos	Homem	Hermosa

Organizado pela autora, 2022.

As entrevistas realizadas possibilitaram um material de estudo valioso, no qual pode-se realizar significativas considerações a respeito das vivências da população negra no espaço urbano de Jataí, pois o roteiro de entrevista foi composto por questões que estimularam os participantes a dialogar e refletir sobre o tema proposto.

Realizou-se também um trabalho de campo no dia 31 de agosto de 2021 para observar e fotografar as residências presentes nos bairros nos quais residem baixa e grande quantidade de pessoas negras.

A presente pesquisa foi dividida em 5 sessões, sendo elas: 1. Considerações iniciais; 2. Raça, escravidão e exclusão: trajetórias negras nas cidades brasileiras no pós-abolição; 3. Urbanização, segregação socioespacial e desigualdade raciais no brasil; 4. Jataí (GO): história, indicadores sociais e vivências da população negra; 5. Considerações finais.

Na sessão 2 “RAÇA, ESCRAVIDÃO E EXCLUSÃO: TRAJETÓRIAS NEGRAS NAS CIDADES BRASILEIRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO”, buscou-se realizar um resgate da história da escravidão no Brasil, bem como suas consequências no período pós abolição. Essa sessão apresenta a complexidade do período escravocrata, desde a diáspora África – Brasil, as torturas, as fugas para os quilombos e as vidas negras no pós abolição. Para isso realizou-se uma investigação bibliográfica aprofundada afim de se compreender as questões inerentes a este período histórico e as condições de vida dos negros após a escravidão.

A sessão 3 “URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADE RACIAIS NO BRASIL”, apresenta discussões sobre urbanização e segregação socioespacial, bem como as desigualdades raciais no Brasil. Essa sessão tem o intuito de demonstrar a correlação entre cidade, segregação socioespacial, raça e as disparidades sociais que há entre negros e brancos no país. Foi possível por meio de revisão bibliográfica e análise dos dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perceber o abismo entre negros e brancos em vários aspectos como renda, escolaridade, participação política, entre outras.

Na sessão 4, intitulado “JATAÍ (GO): HISTÓRIA, INDICADORES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO NEGRA” foi realizada um estudo da população negra residente em Jataí (GO). Como ponto inicial buscou-se analisar o processo de formação de Jataí e o movimento negro, em seguida tratamos dos indicadores sociais da população negra. Para tanto, realizou-se a análise dos dados raciais na cidade, entrevistas com a população negra, como forma de comparar e discutir as disparidades raciais na cidade e entender a segregação socioespacial presente neste espaço.

Para a sessão 5, foi realizado o fechamento das discussões da presente pesquisa. Demonstrando os resultados e a importância da criação de políticas públicas para diminuir as desigualdades entre negros e brancos em Jataí (GO).

O processo de marginalização da população negra pós escravidão fez com que houvesse grande abismo social entre negros e brancos no Brasil. Estas relações limitaram a inserção dos

negros nas camadas médias e altas, e este fato pode ser observado nos lugares ocupados pelo negro no espaço urbano da cidade. Um exemplo disso, é a segregação socioespacial da população negra, que vivem em sua grande maioria nas áreas periféricas da cidade, tornando o espaço urbano fundamental para se compreender a relação entre raça e classe no Brasil.

RAÇA, ESCRAVIDÃO E EXCLUSÃO: TRAJETÓRIAS NEGRAS NAS CIDADES BRASILEIRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO

2.1 A escravidão na história do Brasil

Os homens fazem sua própria história, mas não o fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.
(Karl Marx)

Para entendermos a situação atual do negro no Brasil é necessário que se faça uma análise do passado, mais precisamente da escravidão.

A escravidão foi um processo marcante e complexo na história da humanidade, uma das primeiras formas de aparição da mesma, surgiu durante Império Romano, estando associada a guerras e dívidas. Mesmo após a queda deste império, a escravidão não deixou de existir por completo na Europa Ocidental e mediterrâneo, no entanto, ao longo da Baixa Idade Média, o sistema de trabalho escravo deixou de existir no ocidente europeu, exceto nos países do Mediterrâneo (nas penínsulas Ibérica e Itálica). De acordo com Marquese (2006, p. 110),

Mesmo aí, ela foi, nos séculos XIV e XV, tão-somente uma instituição urbana, com importância limitada no conjunto da economia; o emprego em larga escala de cativos na produção agrícola havia se tornado residual nestas últimas regiões. A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravos nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América.

Com base na experiência adquirida na fabricação de produtos na Ilha da Madeira e em São Tomé, a família Real portuguesa tentou desde a década de 1530 estimular a construção de fábricas de açúcar no Brasil. Até a década de 1570, os colonos encontraram dificuldades em estabelecer uma base sólida de engenhos no litoral, como o recrutamento de mão de obra e a falta de fundos para financiar a construção de engenhos. Essas dificuldades foram superadas com a conexão da produção brasileira com os centros comerciais nórdicos e com o tráfico de escravizados da África para o Brasil. Com isso, finalmente se viabilizou a indústria açucareira

escravista portuguesa nas Américas, ocorrendo entre 1580 e 1620, o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões de fornecimento no mercado europeu (MARQUESE, 2006, p. 110-111).

O tráfico transatlântico desempenhou um papel importante no deslanche da produção de açúcar no Brasil. Durante séculos, milhões de negros africanos e também indígenas foram escravizados e vendidos como mercadoria dentro do sistema escravagista.

O movimento histórico das grandes navegações, é resultado do processo geográfico de dominação territorial implementado pelos europeus ao passo que ia-se descobrindo novas terras, culturas e identidades, abria-se um novo horizonte geográfico.

Aos colonizadores europeus que chegavam no continente africano, não interessava somente as riquezas, mas também os seres humanos para trabalharem forçadamente na exploração de minas e cultivo, a escravidão que há séculos estava associada a dívidas e guerras agora toma uma nova forma.

Desse modo, foi instaurado uma nova forma de escravidão humana, associada a acumulação de capitais, na qual era estruturado num sistema econômico e político que possibilitava a expansão do capitalismo.

De acordo com Anjos (2010, p. 5), o tráfico negreiro foi uma das atividades mais rentáveis durante vários séculos:

O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Entre 12 e 13 milhões de seres humanos africanos transportados é uma referência, apesar das pesquisas divergirem, ainda atualmente, sobre os registros quantitativos nessa diáspora africana. Entretanto, é consenso na comunidade científica que a dinâmica do tráfico trouxe problemas de despovoamento em numerosas áreas do continente.

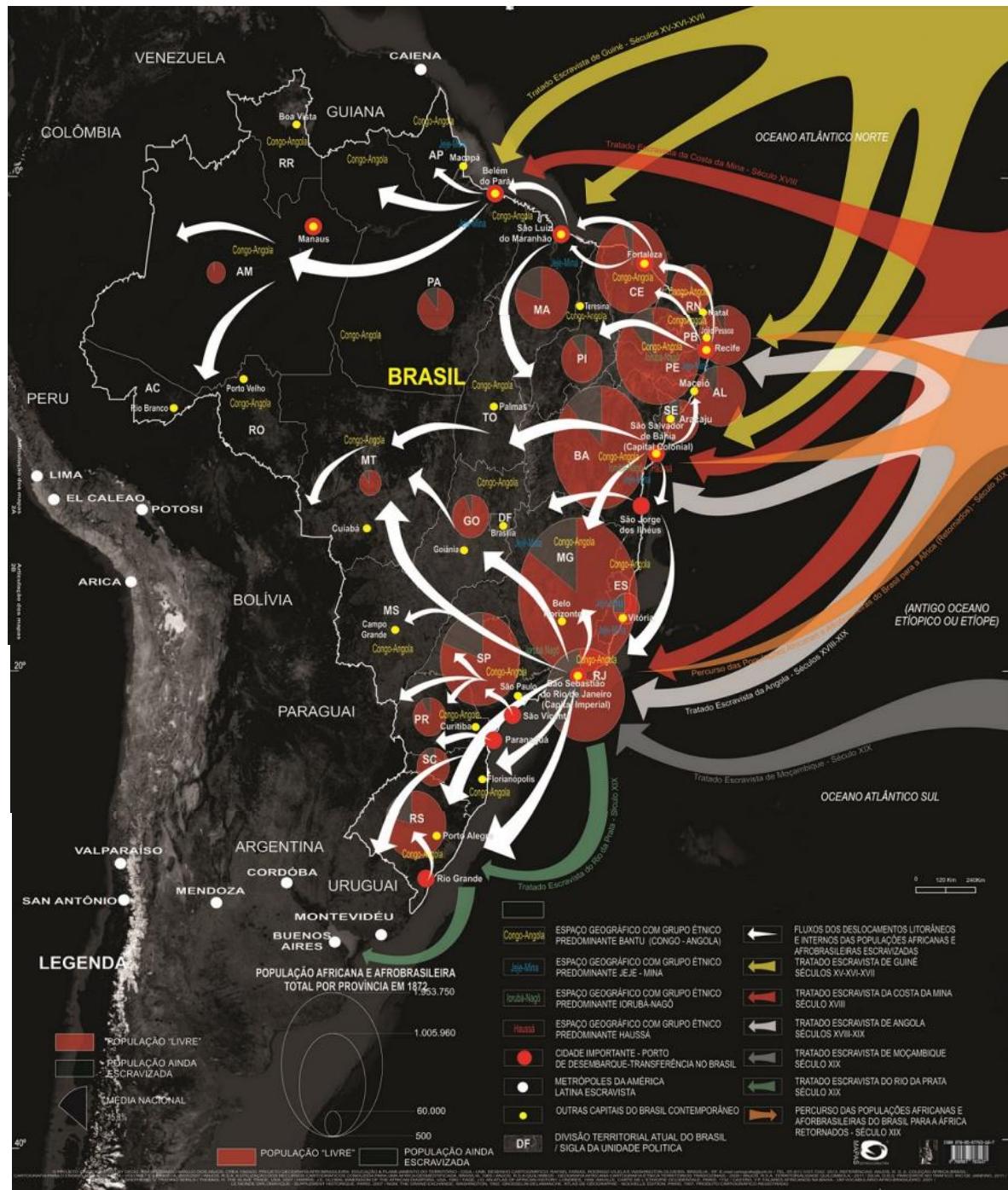
Estima-se que os primeiros negros africanos começaram a chegar ao Brasil em meados do século XVI, mais precisamente por volta de 1570, em um processo de migração forçada no qual foram sequestrados, retirados do seu continente e de suas tribos de origem. A maior parte da mão-de-obra na construção dos engenhos de açúcar brasileiro, não foi de negros africanos e sim de indígenas, que também eram submetidos à escravidão. A utilização de escravizados negros nos engenhos brasileiros ocorria somente nas atividades especializadas, pois os Senhores de Engenho os consideravam mais resistentes ao trabalho intenso, em função disso havia uma quantidade de negros maior do que a de indígenas.

De acordo com Anjos (2020, p. 40), o Brasil apresenta uma importante participação neste contexto global “por ser a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI ao XIX”. Cabe ressaltarmos, que somente as regiões geográficas brasileiras de grande interesse econômico europeu recebiam os grandes fluxos de populações escravizadas.

No século XVI, a referência espacial principal são as regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Esses foram trazidos principalmente para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também, foram levados para o Maranhão e para o Grão-Pará. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico nesse período atualmente correspondem aos limites internacionais dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Benin, Burquina Faso, Gana, Costa do Marfin, Libéria, Mali e Gâmbia. No século XVII o tráfico vai ser dinamizado na Costa de Angola, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na Costa da Mina, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. A antiga Costa da Mina compreende atualmente os territórios dos seguintes países: Costa do Marfin, Libéria, Burquina Fase, Mali, Niger, Congo, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. A conhecida Costa de Angola corresponde atualmente aos seguintes países: Angola, Gabão, República Democrática do Congo e Guiné Equatorial. Nos séculos XVII e XVIII, não se constituir as mais importantes e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro: as Costas da Mina e de Angola. (ANJOS, 2010, p. 10).

É durante esse período citado no trecho que ocorreu o maior volume de povos africanos transportados ao Brasil. A figura 1 retirada da obra de Anjos (2010), demonstra um pouco desse fluxo das migrações forçadas que aconteciam na Diáspora África-Brasil.

Figura 1. Brasil: Exemplo da dinâmica da Diáspora Africana para o Brasil e as Fronteiras atuais.



Fonte: Anjos, 2014.

Além da exploração também tentaram acabar com suas crenças, sua identidade, sua capacidade em estabelecer relações estáveis, degradaram sua cultura para sustentar um sistema que beneficiava os brancos. Segundo Maestri (1993, p.19)

Foi no Brasil que a escravidão colonial alcançou o seu mais alto nível de desenvolvimento. Na América, fomos uma das primeiras nações a conhecer o escravismo e a última a aboli-lo. Dois terços do nosso passado transcorrem sob o marco da instituição negreira. O Brasil foi a nação americana que importou o maior número de africanos escravizados. Nossa economia escravista produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais, com a mão de obra servil: pau-brasil, açúcar, arroz, café, ouro, fumo, charque, etc. Praticamente não houve região do território nacional que não tenha sido tocada pela escravidão.

Durante o período escravocrata existiam diversas rotas de deslocamento, sendo elas, Europa-África-Europa, América-Europa-América e América-África-América. No fluxo Europa-África-Europa, os navios que saiam da Europa para a África levavam carregamentos de armas, bebidas e tecidos, quando os mesmos retornavam dos portos africanos com pedras preciosas, sal, café, açúcar, marfim, outros produtos tropicais e seres humanos.

Do fluxo América-Europa-América saia açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café, borracha, girassol, tomate, milho, pedras preciosas, algodão, batata pimenta, baunilha, etc. e, para a América eram encaminhadas a cevada, gado, aveia e centeio. O fluxo América-África-América se caracterizou principalmente pelos deslocamentos de diferentes grupos étnicos, juntamente com sua bagagem cultural e tecnológica para a ocupação e formação dos novos territórios coloniais (ANJOS, 2020).

Diversos grupos étnicos ou "nações", com culturas também distintas, foram trazidos para o Brasil. A Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África, e a região de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos, chamados malês na Bahia) e os nagôs ou iorubás. Estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola — os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos —, assim como os de Moçambique (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1988, p. 9).

Os negros escravizados em geral dedicavam-se à agricultura, artesanato e serviços domésticos e urbanos, no campo cultivavam para exportação de cana-de-açúcar, algodão, fumo e café, além de realizar a extração de metais preciosos, mas havia também negros especializados na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de carpintaria, olaria, construção, sapataria, ferraria, etc.

Os negros considerados “mais sociáveis”, ficavam responsáveis por cuidar dos serviços dos casarões e moradias urbanas como, transportar água, retirar o lixo, transportar fardos e seus senhores em redes ou cadeiras.

No século XIX generalizou-se ainda a atividade dos negros de ganho e dos negros de aluguel. Os primeiros buscavam serviços na rua, trabalhando como ambulantes, por exemplo, com a condição de dividir com os seus senhores a renda obtida. Os segundos eram alugados a terceiros também para variados serviços. Era comum vê-los nas ruas falando alto, oferecendo-se para trabalhos, chamando a atenção dos pedestres ao se aproximarem com fardos pesados, entoando cantos de trabalho. É, cuê... / Ganhado... / Ganha dinhero / Pra seu sinhô (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1988, p. 10).

Nas minas de exportação e nas lavouras agrícolas, os negros escravos costumavam trabalhar 14 ou 16 horas no final da safra, com alimentação e vestimentas deficientes, expondo-se ao clima. Em geral, ficavam aglomerados em áreas inadequadas para moradia e carentes de serviços médicos, sendo por muitas vezes acometidos por doenças epidêmicas como tuberculose, disenteria, tifo, sífilis, vermes e malária (Ministério da Cultura, 1988, p. 10).

Antes do sol nascer, eram acordados por um sino e alinhavam-se no terreiro, para que fossem contados pelo feitor e seus ajudantes, após isso eram obrigados a repetir a oração feita por seus “superiores”.

Após ingerirem um gole de cachaça e uma xícara de café como alimentação da manhã, os negros eram encaminhados pelo feitor para os penosos labor nas roças, e as oito horas da manhã o almoço era trazido por um dos camaradas do sítio em um grande balaião que continha a panela de feijão que era cozido com gordura e misturado com farinha de mandioca, o angu esparramado em largas folhas de bananeiras, abóbora moranga, couve rasgada e raramente um pedaço de carne de porco fresca ou salgada que era colocada no chão, onde os negros acocoravam-se para encher as suas cuias e iam comer em silêncio, após se saciarem os negros cortavam o fumo de rolo e preparavam sem pressa os seus cigarros feitos com palha de milho, e após o descanso de meia hora os negros continuavam a labuta até as duas horas quando vinha o jantar, e ao pôr do sol eram conduzidos de volta à fazenda onde todos eram passados em revista pelo feitor e recebiam um prato de canjica adoçada com rapadura como ceia e eram recolhidos a senzala. (PORTAL GÉLEDES, 2012).

Além da mão de obra, os escravizados também representavam riqueza, pois eram mercadoria que podia ser vendida, alugada, doada e leiloada quando necessária, sendo considerados símbolos do poder e do prestígio, uma vez que, o número de escravos garantia a importância social para os senhores da sociedade colonial.

A legislação em Portugal e no Brasil (legislação na qual impedia o acesso à educação de negros), retratos e relatórios deixados por brancos, e relatos de uma pequena proporção de negros demonstram as péssimas condições de vida dos escravizados e a crueldade e violência dos castigos no período escravocrata

Desde o período das viagens nos navios negreiros, os cativos se rebelavam contra os abusos que sofriam de diversas formas, ataques contra os senhores, fugas e qualquer outra forma de oposição ao trabalho escravo. Martins (2010, p. 22), afirma que os “suicídios eram comuns durante a viagem, e nos engenhos, os ataques individuais aos feitores e as pequenas revoltas eram muito comuns entre os escravos, os quais resistiam usando, com muita frequência, o aborto e também, o suicídio”.

Diariamente, os escravizados sofriam os mais variados castigos, nas cidades, por exemplo, o açoite, este era feito publicamente nos pelourinhos estes constituídos por colunas de pedras erguidas em praça pública, sendo que na parte superior pontas recurvadas de ferro onde os escravizados eram presos.

Os açoites eram anunciados por tambores para uma multidão que se reunia para assistir o carrasco chicotear o negro condenado “para delírio da multidão excitada que aplaudia, enquanto o chicote abria estrias de sangue no dorso nu do negro escravo que ficava à execração pública” (CHAGAS, 2016, p. 9).

Além deste, outro método de punição chamado de castigo dos bolos também era utilizado, consistindo em usar uma palmatória para bater nas mãos estendidas dos escravizados, o que provocava violentos ferimentos (CHAGAS, 2016).

Em algumas fazendas e engenhos, as crueldades dos senhores de engenho e feitores atingiram a extremas e incríveis métodos de castigos ao empregarem no negro o anavalhamento do corpo seguido de salmoura, marcas de ferro em brasa, mutilações, estupros de negras escravas, castração, fraturas dos dentes a marteladas e uma longa e infinita teoria de sadismo requintado. No sul do Brasil, os senhores de engenhos costumavam mandar atar os punhos dos escravos e os penduravam em uma trava horizontal com a cabeça para baixo, e sobre os corpos inteiramente nus, eles untavam de mel ou salmoura para que os negros fossem picados por insetos (FOGUEL, 2019, p.15).

Além do trabalho, da obediência e do respeito às leis e normas disciplinares, os senhores também exigiam humildade, lealdade e aceite dos valores brancos por parte dos escravizados, os mesmos deveriam aprender português e o catolicismo, dessa forma, eram imediatamente batizados quando chegavam ao Brasil e recebiam nomes cristãos.

De acordo com Silva (2011. p. 28), “a violência do trabalho escravo, cuja dinâmica é eivada por interesses econômicos, espelhados na geração de lucro por meio da utilização de mão de obra numerosa e relativamente barata, transforma o negro em um ser inumano, anômalo, patológico”. Para o mesmo autor, a condição de humano dos escravizados, era vista somente quando os mesmos eram criminalizados, em caso de fugas, delitos e motins. Nas palavras de Jacob Gorender (1988, p. 51),

O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativeiro. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravagista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal.

A vida dos escravizados no Brasil, não se limita somente ao estado de trabalho, de sujeito passivo do grupo dominante, se *a priori* deviam obedecer às condições impostas pela sociedade exploradora e violenta, coube a eles desenvolver estratégias de sobrevivência e até mesmo estabelecer novas identidades que lhes permitam viver o dia a dia.

Aos negros, em suma, restava a resistência impetuosa à violência que sofriam ou a adaptação tática às regras do jogo. A primeira, representada pela sabotagem do trabalho, abortos provocados, assassinato de senhores e feitores, fugas, feitiçarias, suicídios, organização de quilombo e insurreições, constitui a manifestação aberta da contradição, a dinâmica do conflito. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.11).

A forma constante de resistência e revolta contra o sistema escravista era por meio das fugas. Para capturar os escravizados que fugiam os senhores anunciam as fugas em cartazes e ofereciam recompensas, como mostra a figura 2. Todos aqueles que conseguiam realizar com êxito sua fuga, se juntavam com outros escravizados, que se rebelaram, em matas fechadas estes espaços passaram a ser conhecidos como quilombos.

Figura 2. Brasil: Cartaz anunciando recompensa pela captura de um escravizado, 1854.



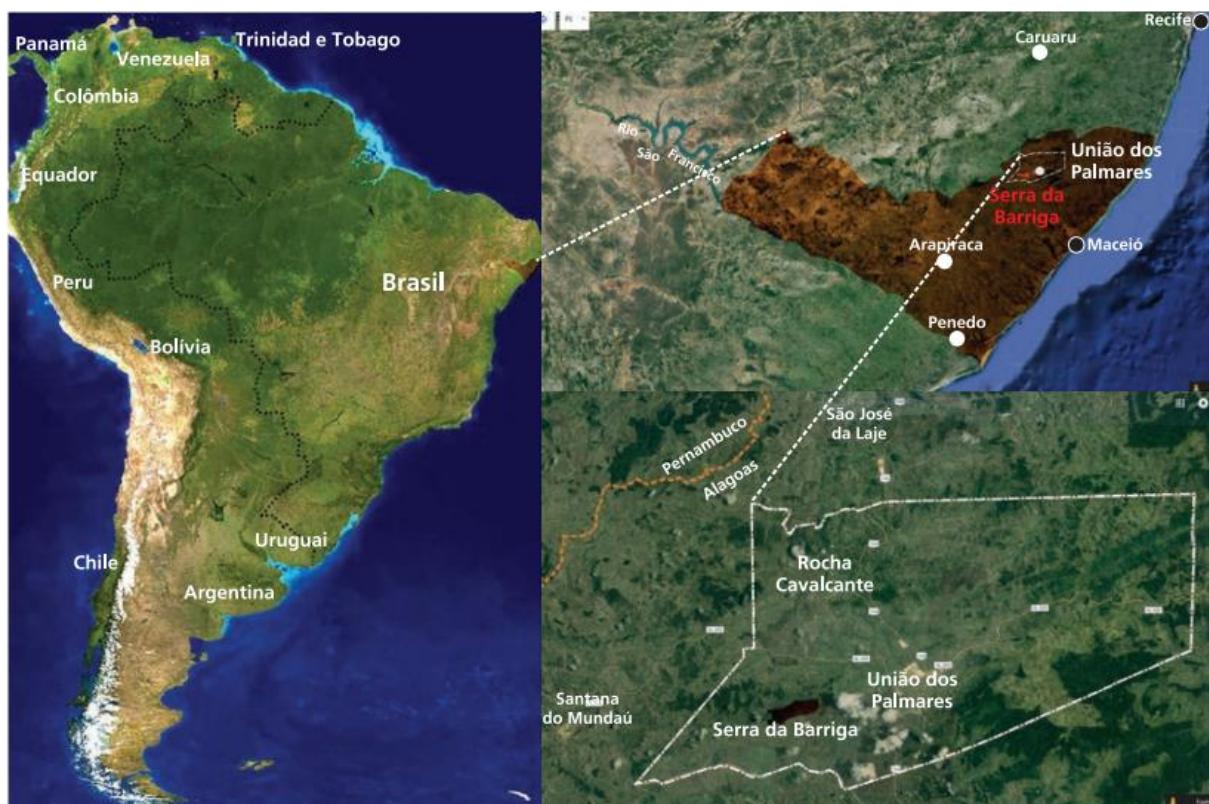
Fonte: Ministério da Cultura, 1988.

Os quilombos existiam em diversas partes do Brasil, não sendo composto somente por pessoas negras, mas também, em alguns casos, por outras pessoas excluídas ou indesejadas pelas elites da época. Neste contexto, surge um dos quilombos mais conhecidos na história, o Quilombo dos Palmares.

No Brasil, um dos quilombos mais famosos que diz respeito à história dos descendentes africanos no país foi o Quilombo dos Palmares, em Pernambuco, no Nordeste brasileiro. A região concentrava grande contingente de escravos, que, oprimidos por seus “donos”, grandes latifundiários, e seus capatazes, oportunamente fugiram e fundaram, na Serra da Barriga, atualmente parte do Estado de Alagoas, que faz fronteira com Pernambuco, a “República dos Palmares” [...]. No entanto, os quilombos abrigavam também outras categorias étnicas, principalmente índios que não se submetiam à escravidão (FUNDAÇÃO PALMARES, 2018, p. 28).

Alguns historiadores fixam que o Quilombo de Palmares foi organizado na Serra da Barriga na divisa entre Alagoas e Pernambuco (figura 3) por volta de 1597. Milhares de seus habitantes permaneceram livres até 20 de novembro de 1695, quando uma força comandada pelo pioneiro Domingos Jorge Velho matou Zumbi, o último grande líder dos Palmares.

Figura 3. Brasil: Localização Serra da Barriga, 2018.



Fonte: Fundação Palmares, 2018.

Embora não haja um conceito específico que identifique o sistema político-social de Palmares, o Museu Afro Brasil descreve o quilombo como sendo um lugar de “Coletividade

Camponesa” no qual os bens eram comuns. Um tipo de “socialização da terra”, no qual havia rotatividade do uso da terra (havia plantio de mandioca, feijão, milho, batata, legumes e cana-de-açúcar para consumo próprio e para a produção de melado.

Dessa forma, como não havia propriedade de terra em Palmares, não havia também posse, dinheiro, classes sociais, etc. “O excedente era recolhido aos armazéns do Mocambo, para prover situações de emergência ou de calamidade (um incêndio de roças ateado pelo inimigo, por exemplo)” (RUFINO, 1985, p 18). Assim como os demais quilombos era um espaço para socialização, liberdade e reconstrução.

De acordo com Martins (2010), Palmares,

como todos os outros quilombos, representava um perigo para os senhores de engenho. Era um atrativo e uma segurança para a fuga. E se todos os escravos resolvessem fugir, quem iria produzir o precioso açúcar que era a base da economia colonial? Por isso, as autoridades locais organizaram mais de vinte expedições para destruir o Quilombo dos Palmares, que liderado por guerreiros, como Ganga-Zumba, Pedro Caçapaça, Osenga e Zumbi, resistiu por quase noventa anos (MARTINS, 2010, p. 23).

Era símbolo de uma sociedade multicultural ética, e representou principalmente, a resistência de um povo oprimido pelo modelo colonial vigente naquele período. De acordo com a Fundação palmares (2017), sua diáspora representou a formação da sociedade alagoana e brasileira.

Tudo no Quilombo dos Palmares foi e é grandioso: sua extensão territorial; sua população, que chegou a ter, segundo historiadores, 30 mil habitantes no ápice de sua organização social e política; as incursões realizadas (que chegaram a 23) pelos colonizadores holandeses e portugueses – a última, que destruiu a Cerca Real dos Macacos em 6 de fevereiro de 1694, tinha três comandantes, Bernardo Vieira de Melo, Sebastião Dias e Domingos Jorge Velho, tendo sido o maior contingente armado que se formou na história do Brasil Colônia, com mais de 20 mil homens e utilizando armas nunca vistas antes, como os canhões para destruir as paliçadas construídas no mocambo (FUNDAÇÃO PALMARES, 2017, p. 29).

De acordo com dados dos Ministérios da Cultura (1988, p. 12), existiam outras formas de resistência não conflituosas como,

...a formação de poupanças para a compra da alforria, a invenção de planos para se libertar (como os de uma escrava e sua filha, que se fizeram passar por libertas homônimas já falecidas), a solidariedade das sociedades de auxílio mútuo e de emancipação ou, ainda, recorrendo em juízo por terem sido importados depois da Lei de 1831, que proibia a continuidade do tráfico de negros para o Brasil.

Dessa forma, é possível observar que a existência do negro na sociedade escravista brasileira pode ser medida não só por sua influência nos hábitos criativos, na participação no

trabalho e na formação da cultura nacional, mas também por sua atuação cotidiana no doloroso e difícil processo de conquista da liberdade e restauração da sua identidade.

A escravidão foi abolida no Brasil somente no final do século XIX, especificamente no dia 13 de maio de 1888, com a Lei nº 3353, Lei Áurea, promulgada pela Princesa Isabel, na qual se extinguiu o trabalho escravo no Brasil e libertou assim mais de 700 mil escravos ainda existentes no país.

LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou 13 a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princeza Imperial Regente. (BRASIL, 1888)

A abolição aconteceu de forma gradual, a Lei de abolição da escravidão foi antecedida por outras como, a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil, a Lei do Ventre Livre de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de mães escravas a partir de então e pela Lei dos Sexagenários de 1885, que tornou livre todos os escravos com sessenta anos de idade ou mais.

Mesmo diante da resistência dos negros em relação ao trabalho escravo, sabemos que eram submetidos a forte alienação política e anárquica. Estes trabalhavam de sol a sol, eram analfabetos, e desse modo não tinham capacidade para se organizarem politicamente pelo fim da escravidão. Toda essa conjuntura levou muitos estudiosos a questionarem a participação direta do negro na abolição da escravidão.

O autor Octavio Ianni (1978, p. 36), frisa que a escravidão foi extinta “principalmente devido a controvérsias e a antagonismos entre brancos, ou grupos e facções das camadas dominantes. Em geral, a abolição da escravatura foi um negócio de brancos”, justamente pelo fato da abolição da escravidão ter sido pensada por brancos, a mesma deixou uma série de resquícios na sociedade brasileira. De acordo com Souza (2017):

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa auto interpretação dominante nos vê como continuidade

perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado (SOUZA, 2017, p. 28).

A negação da escravidão e principalmente as várias tentativas em apagá-la da história brasileira foi um dos principais problemas enfrentados pela população negra os excluindo da nova conjuntura social e econômica que se instaurou no Brasil.

2.2 Espaço urbano: Vidas Negras no pós-abolição

2.2.1 Vidas Negras no pós-abolição

*Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso
A verdade é que você
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sarará crioulo
(Olhos coloridos - Sandra de Sá)*

Após a abolição da escravidão no Brasil, nenhuma forma de segregação por via de lei foi imposta, entretanto, ex-escravizados tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente. A ideia de cidadania pregada no discurso liberal do século XVII, não tinha validade para os negros, uma vez que, eles não tinham os mesmos direitos garantidos.

Logo após o fim da escravidão, os negros não tinham direito a voto, a eleição, acesso a uma educação formal, e assim, se tornava quase impossível sua ascensão social e econômica (NASCIMENTO, 2020). “A privação de direitos pós-abolição, evidenciou como o racismo manteve-se inerte, a liberdade chegou, mas a igualdade e oportunidades foi e é uma conquista que pendura por muitos séculos” (NASCIMENTO, 2020, p. 14).

A liberdade dos ex-escravizados não significou acesso às instituições políticas, aos direitos civis e sociais, em muitos casos, os mesmos permaneceram onde estavam e passaram a negociar as condições de trabalho e os direitos de uso da terra agora como trabalhadores livres, mas isso não ocorreu de forma pacífica.

As autoridades também estavam preocupadas com o caos social desta situação, incluindo o barulho das ruas e ameaças à produção econômica, pois o trabalho escravo ainda tinha um papel decisivo na economia brasileira. Uma nova sociedade emergia dos porões da escravidão, porém, longe de representar uma ruptura radical, o que se pôde observar foi à emergência das teorias raciais e o aprofundamento da radicalização nas relações sociais, no qual

reservava mais uma vez para população negra um lugar de subalternidade e subordinação contra a qual homens e mulheres negras têm lutado (PEREIRA, 2015).

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativeiro, mas deveria ter como consequência também a liberdade religiosa, de circular livremente sem ser importunado pela polícia, o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2007, p. 198).

Uma das percepções mais agudas sobre as problemáticas da abolição na vida dos negros escravizados foi feita pelo sociólogo Florestan Fernandes em 1964, em seu livro chamado “*A integração do negro na sociedade de classes*”, no qual ele ressalta que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 1964, p.29).

Além de serem discriminados pela cor, os ex-escravizados, junto com os pobres, tornaram-se os indesejados da nova era, deserdados da República. O aumento do desemprego nas ruas, dos trabalhadores temporários, dos mendigos e das crianças abandonadas também levou ao aumento da violência. Lima Barreto é incisivo ao dizer que “Nunca houve anos no Brasil em que os pretos (...) fossem mais postos à margem” (BARRETO, 1922, apud MARINGONI, 2011).

A base fundamental do movimento abolicionista promovido pela elite econômica na década de 1880 não tinha intuito de ser humanitária ou solidária com os negros, muito menos visava uma reforma social em busca da democratização, isso ficou claro principalmente após a rejeição, pela Câmara dos Representantes no final de 1880, do texto abolicionista de Joaquim Nabuco, que manifestava alguma preocupação social. Em seu artigo 49 definia: “Serão estabelecidas nas cidades e vilas aulas primárias para os escravos.

Os senhores de fazendas e engenhos são obrigados a mandar ensinar a ler, escrever, e os princípios de moralidade aos escravos”.

Ao analisar essa documentação observamos o quanto a cor da pele no pós-abolição era um elemento de inferiorização do indivíduo como destaca Maria Helena Machado (2012), ao afirmar que a ciência no século XIX voltou a sua atenção para a análise do corpo negro, tentando provar que o negro era biologicamente e fisicamente distinto e portanto, racialmente inferior. Esse pensamento, que deu origem ao racismo científico, ganhou adeptos no Brasil escravista e se estendeu ao pós-abolição como

elemento legitimador para apartar os negros da sociedade branca e elitizada. As condutas e leis, por eles elaboradas, limitaram o ir e vir destes agentes que tiveram que elaborar uma série de estratégias para assegurar a sobrevivência e driblar uma conjuntura tão adversa (MACHADO, 2012, apud OLIVEIRA; BORTOLOCCI, 2017, p. 136).

Cabe ressaltarmos que, os alvos principais dessas medidas de segregação racial e espacial eram os ex-escravizados, os brancos pobres e os imigrantes que chegavam à cidade, se aglomerando em espaços coletivos, como as moradias plurifamiliares, disseminando os cortiços e as favelas. Estas habitações informais correspondem a um núcleo que surgiu de forma desordenada, em terreno público, localizado em áreas que não eram urbanizadas (CARRIL, 2006). De modo geral, os negros e a massa pobre foram para cidades em busca de oportunidades de emprego e inserção no meio social.

Com a vinda de uma grande quantidade de imigrantes europeus para o Brasil, e também a migração da zona rural para a urbana gerou-se uma sobrecarga no mercado de trabalho, ocasionando uma série de mudanças no mesmo. No entanto, em geral os ex-escravizados trabalhavam no mercado informal.

O povo negro tornou-se diarista, bôia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam o que pudessem produzir, confeccionar, tecer, fabricar em suas residências, como verduras, legumes, doces, salgados e etc. (BATISTA, 2006, p. 46).

Os indivíduos que se ocupavam com as atividades do trabalho informal, além de enfrentarem problemas em relação à remuneração, também enfrentam outros problemas mais graves. Vasconcelos e Oliveira (2011), afirmam que havia um certo controle sobre as formas de trabalho, principalmente o informal, de acordo com os mesmos, os indivíduos que não estavam de acordo com as ideologias do trabalho capitalista, estariam também distantes da moral burguesa e por isso mereciam correção.

Nesta perspectiva, “aqueles que não se adequassem aos interesses capitalistas de expansão urbana e industrial se viram perseguidos pelas múltiplas formas de controle social, que variavam desde cumprimentos de penas em cadeias até Colônias Correcionais” (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2011, p. 149).

A negligência por parte das classes dominantes brasileiras para com os negros se agravou ainda mais com as várias tentativas de “apagar” seus próprios erros, com uma série de medidas que tratavam os negros como escórias da sociedade e por isso, os mesmos teriam que ser apagados, o que seria feito unicamente para satisfazer os interesses econômicos da elite, medidas estas que só aumentaram os problemas sociais e a desigualdade.

A Lei de Combate à Ociosidade (1890) e a política urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903) são exemplos dessas medidas, compartilhando ideais europeus, a política de higienização de Passos empurrava os pobres brancos e os negros, para as regiões periféricas das cidades, enquanto a Lei de Ociosidade combatia os libertos desempregados, culpando-os pela falta de emprego (CHALHOUB, 1996; 1886).

Para Azevedo (2004), a visão de que o negro era um elemento humano sem vontade, preguiçoso, entregue a malandragem e a mendicância, só aconteceu porque parcela de uma elite branca, detentora de poder, status econômico, social, jurídico e político do país o caracterizou desta forma.

A imagem do negro, das suas culturas e dos seus saberes se processou pela via da discriminação e do racismo de forma velada, sob o manto perverso da tão propalada democracia racial; não foram vistos como cidadãos livres, possuidores de direitos e deveres, mas como um conjunto de indivíduos de alta periculosidade passíveis de políticas de enquadramento social dentro da ordem jurídica e do trabalho, portadores de uma liberdade policiada (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2011, p. 155).

Todo esse processo de invisibilidade e marginalização histórica da comunidade negra no Brasil, resultaram em diversos problemas sociais na atualidade, na qual o negro apresenta os piores índices sociais (escolaridade, desemprego, representação política, etc.). Ademais, esta população encontra-se é uma das afetadas pela segregação socioespacial dentro do espaço urbano das cidades brasileiras.

2.2.2 Espaço Urbano

O espaço urbano deve ser entendido como um elemento complexo, fruto das relações humanas. Para Corrêa (1995, p.1), em termos gerais o espaço urbano trata-se de um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, estes usos “definem áreas, como, o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras”.

O espaço urbano se apresenta como lugar de relações sociais e econômicas diversas é a personificação da base territorial principal para o capitalismo, as cidades, é nele que se encontra a produção, o marketing, o investimento e a comercialização, responsáveis pela circulação do capital no território. Freitas; Ferreira, (2011).

De acordo com Carlos (2015), o espaço ao longo dos anos passou a ser uma mercadoria assim como as demais produções humanas no âmbito do modo de produção capitalista.

Ao longo da história, o processo de produção do espaço, enquanto processo civilizatório, traz em si aquilo que o nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço (produção social), torna-se um produto e, nesta condição, revela-se na contradição valor de uso/valor de troca. O espaço, portanto, torna-se, sob o capitalismo, uma mercadoria, como, em tese, todos os produtos do trabalho humano (CARLOS, 2015, p. 26).

Mas é também espaço, “onde se encontram as diferenças sociais de apropriação do dinheiro que circula e das benesses promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada, causando impactos territoriais de ordem socioespacial” (FREITAS; FERREIRA, 2011, p. 2).

Assim, encontra-se na cidade capitalista a centralidade da oferta de bens e serviços e, por outro lado, a carência dos mesmos em áreas suburbanas ou periféricas. Mas não só as relações de mercado configuram o espaço urbano. Este é marcado também por uma dinâmica construída nas relações sociais de seus moradores com o espaço de vivência. Se há uma vida imposta pelas relações capitalistas de produção e acumulação, ou seja, uma ordem socioespacial, há também uma “contraordem” instituída na vida diária dos moradores da cidade que se impõe sobre o território deixando suas marcas movidas por fazeres e saberes constituídos coletivamente em um dinâmico processo histórico de relação com o lugar (FREITAS; FERREIRA, 2011, p. 2).

O espaço urbano reúne essencialmente ações sociais, criando e recriando de acordo com ações e intenções relacionadas, é a relação causal entre ação e resposta, que se manifesta nas dimensões histórica e social da ação social. Em essência, combina materialidade e imaterialidade, pressupõe os comportamentos e as relações dos agentes sociais envolvidos na sua produção e consumo, e o cria e recria de acordo com sua prática.

Para compreender a dinâmica urbana, é necessário, utilizar como referência de análise os sujeitos sociais na produção do espaço urbano, pois seus interesses e sua escala de ação determinam o processo de concretização, definição e redefinição do espaço urbano e na configuração da cidade (FREITAS, 2011, p.30).

Santos (1994, p. 69), define o urbano como o “[...] o geral, o abstrato, o externo”; enquanto “[...] a cidade é o particular, o concreto, o interno”, sendo que “[...] a cidade é, ao mesmo tempo, uma região, um lugar, porque ela é uma totalidade; e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”. O urbano seria tudo aquilo que se contrapõe ao rural, enquanto a cidade é a materialização objetiva do urbano.

Como observado, o espaço é resultado dos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade. Desse modo, em consequência do modo de produção capitalista vigente, as relações econômicas excludentes refletem de maneira bastante expressiva no espaço intraurbano neste caso específico o Cerrado brasileiro, fazendo com que apareçam vários problemas como as injustiças sociais e a segregação socioespacial.

3

URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

3.1 Urbanização

*Vi ontem um bicho
 Na imundície do pátio
 Catando comida entre os detritos.
 Quando achava alguma coisa,
 Não examinava nem cheirava:
 Engolia com voracidade.
 O bicho não era um cão,
 Não era um gato, Não era um rato.
 O bicho, meu Deus, era um homem.*
 (Bandeira)

A relação cidade, segregação socioespacial e raça perpassa as discussões sobre a urbanização brasileira e as suas problemáticas. De acordo Tucci (2007), a urbanização pode ser definida como um processo de desenvolvimento socioeconômico que resulta na transformação de uma economia rural para uma economia concentrada nas áreas urbanas.

Sua origem está relacionada com o novo direcionamento do excedente agrícola que passou a ser direcionado para outras atividades como artesanal, comercial, militar, administrativa, política e intelectuais. Esse fenômeno foi propício para a formação da cidade como sede administrativa, constituindo, desse modo, o núcleo da população que depende dos alimentos produzidos no campo (SANDRONI, 1999).

A urbanização brasileira se desenvolveu sob uma lógica de economia essencialmente agrária, desde os primórdios, dentro da lógica colonial. Historicamente os primeiros núcleos urbanos iniciaram próximo aos portos, devido a característica agroexportadora da economia brasileira (PAULINO; SANTOS, 1996, p. 171).

De acordo com Santos (1993, p. 17), o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata no Nordeste foram os primeiros a apresentarem uma urbanização notável. Para Vianna (1956, p. 55), “(...) o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social, toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial”.

Segundo Santos (1993, p. 17), "No começo, a "cidade" era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez B Hoselitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui "como flor exótica", pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado".

Mesmo com as diversas formas de organização do território brasileiro, somente a partir do século XVIII que urbanização se desenvolve e a casa na cidade passa a ser a residência mais importante do fazendeiro (senhor de engenho), que só ia para sua propriedade rural em momentos pontuais e necessários como o corte da cana (BASTIDE, 1978, p. 56).

De acordo com Santos (1993), no fim do período colonial, as cidades em que a urbanização se apresentava de forma mais rápida, São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam cerca de 5,7% da população do país. Cabe ressaltarmos que na virada de século de XVII para XVIII, Salvador já se destacava pelo número de moradores que totalizavam 100.000, enquanto que em alguns países como os Estados Unidos, essas aglomerações não passavam de 30.000.

Em 1872 apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671), Somente Belém (61.997) contava com mais de 50.000 residentes. São Paulo, então, tinha uma população de 31.385 pessoas.

Em 1890, eram três as cidades com mais de 100.000 moradores: Rio de Janeiro com 522.651, Salvador com 174.412 e Recife com 111.556. Três outras cidades passavam da casa dos 50.000 (São Paulo: 64.934; Porto Alegre: 52.421; Belém: 50.064) (SANTOS, 1993, p. 21).

De 1872 a 1900, a estimativa da população urbana brasileira cresceu 3,5%, todavia, é a partir de 1940 que este número dá um salto e chega a 31,24% da população vivendo na área urbana. Em 1970, o número de moradores da área urbana ultrapassa a área rural chegando a 56%.

Já em 1900, havia quatro cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo elas, Rio do Janeiro com 691.565, São Paulo com 239.820, Salvador com 205.813 e Recife com 113.106 moradores, durante essa época a cidade de Belém somava 96.560 habitantes.

Quadro 2. Estimativa da população urbana no Brasil ao longo das décadas

População Urbana	
1872	5,9%
1890	6,8%
1900	9,4%
1920	10,7%
1940	31,24%
1950	36,16%
1960	45,08
1970	56%
1980	65,1%
1990	75,47%
2000	81,23%
2010	84,36%

Fonte: Santos (1993). Organização da autora, 2021.

O aumento exponencial da população urbana de 1920 a 1940, se deve principalmente ao processo de industrialização, segundo Oliven (1980, p. 71), entre 1925 e 1940, houve uma diminuição da participação da população ativa dos setores primário e secundário, enquanto setor terciário houve aumento.

O processo de industrialização é apontado como um dos maiores motores da urbanização, pois dinamizou e modernizou a sociedade em algumas esferas, isso ampliou o chamado fator de atração da cidade, ou seja, o conjunto de características ambientais urbanas que atraem os moradores das áreas rurais para as urbanas (PENA, 2021).

Além disso, o impacto da industrialização no meio rural com a mecanização das atividades agrícolas, que resultou na substituição de um grande número de trabalhadores por

máquinas e por novos tipos de sistemas agrícolas utilizados causando uma drenagem rural, ou seja, a migração em larga escala da população rural para a urbana.

Todo processo de urbanização do Brasil, impulsionado pela industrialização se comparado a outros países ocorreu de forma rápida e desordenada, saindo de um país agrícola para país urbanizado, tornando-se palco de grandes transformações.

De acordo com Menezes (1996), o estado criou condições para o desenvolvimento urbano do Brasil, pois o mesmo já se encontrava em um processo acelerado e descontrolado de urbanização, o que o diferencia da maior parte dos países cujo desenvolvimento foi financiado pelo setor privado.

Esse processo desordenado gerou inúmeros problemas sociais, ambientais e econômicos como a segregação socioespacial da população negra, em função do mesmo ter sido acompanhado do não rompimento com o pensamento escravocrata burguês.

Pesquisas evidenciam que a urbanização acelerada foi um dos fenômenos que mais contribuíram para acelerar as desigualdades entre os grupos de populações urbanas. Esse processo ampliou o aumento da migração interna entre essa faixa etária à procura de trabalho, no entanto, grande parte dessa população não foi absorvida pelo mercado de trabalho, aumentando, dessa forma, a população marginalizada nas cidades (SOUZA, 2016, p.15).

Mas o processo de segregação destas pessoas não está associado somente a urbanização, mas também a forma com que o poder público quis apagar os resquícios da escravidão excluindo negros e pobres das áreas urbanas como aconteceu no Rio de Janeiro. Em 1902, a cidade do Rio de Janeiro sofreu diversas mudanças em sua estrutura por meio da reforma Pereira Passos.

A reforma Pereira Passos foi um projeto de reformulação urbana de caráter burguês, que teve como foco a inserção a cidade na modernidade, inspirando-se nas mudanças urbanas das cidades europeias ocorridas no século XIX. Um dos principais objetivos desta reformulação de caráter higienista era “a expulsão das camadas populares do solo urbano do Rio de Janeiro a fim de promover uma especulação imobiliária que objetivaria não mais que bonificar os detentores do grande capital desse setor” (AZEVEDO, 2015, p. 153).

O higienismo foi uma doutrina surgida na Europa, no século XVII, e que ganhou força durante a Revolução Industrial, ocorrida a partir de 1760, e o crescimento desordenado urbano, que impactava em condições insalubres de moradia e propagação de doenças. O pensamento higienista concedia a médicos e estudiosos a prerrogativa de interferir na sociedade urbana, de forma a minimizar os surtos epidêmicos e corrigir situações potencialmente perigosas do ponto de vista sanitário. A desordem urbana era considerada corruptora social, e para solucionar os problemas era necessário agir de

forma incisiva não apenas sobre as moradias, mas também sobre os corpos e atitudes da população. (ANDRADE, 2018, apud MACHADO, 2011, pp.2-4)

De acordo com Andrade (2018), antes da reforma a cidade do Rio de Janeiro teve um crescimento em direção à zona sul, onde houve o surgimento de bairros nobres como Copacabana, Ipanema e Jardim Botânico, dessa forma,

As casas anteriormente ocupadas eram abandonadas e frequentemente transformadas em habitações cujos cômodos são alugados, servindo cada um como residência para uma família, sendo as instalações sanitárias de uso coletivo. Geralmente são ocupadas por pessoas ou famílias de baixa renda, sem habitações coletivas que abrigavam a população de trabalhadores pobres. Muitas vezes, devido à ausência de meios de transporte que suprissem o deslocamento entre locais de moradia mais afastados e o trabalho – ou a procura deste – na região central da cidade, os trabalhadores se submetiam a condições insalubres de habitação, e os arranjos de moradia da população pauperizada foram se dando à margem do controle do poder público (ANDRADE, 2018, p. 88-90).

Para Sevcenko (2013, p. 40):

Assim, transformados em imensos pardieiros, esses casarões acomodavam a maior parte da população urbana e transformaram a região central num torvelinho humano, que pululavam penoso e irrequieto desde as primeiras horas da manhã, na luta por oportunidades de sustento cada vez mais escassas.

Conforme já citado, essas moradias eram habitadas por trabalhadores e pessoas desempregadas que estavam à procura de emprego, sendo a população negra a mais afetada, visto que a libertação dos escravizados não foi acompanhada por nenhuma política de estruturação de meios de subsistência para a população liberta, o que fez com que os mesmos ocupassem a camada de desempregados e também de subempregos (ARANTES, 2005; BENCHIMOL, 1992).

A abolição da escravidão, situação anunciada desde a lei do Vento Livre (1871) e a dos sexagenários (1885), não foi uma mudança com um planejamento que realmente contemplasse possibilidades reais de autonomia e subsistência para os libertos. Não houve nenhuma ação do poder público no sentido de inserir estas pessoas, privadas de sua liberdade e seus direitos civis por tanto tempo, na participação da sociedade. Pobres e muitas vezes analfabetos, os libertos foram deixados à sua própria sorte, às vezes permanecendo na área rural e vendendo seu trabalho em troca de alimentação, ou migrando para as cidades e aumentando o contingente de população pobre (ANDRADE, 2018, p. 91).

Os negros africanos e seus descendentes eram os que mais ocupavam a região portuária além de ser um espaço de moradia trabalho, este lugar tornou-se também uma área de sociabilidade negra. Segundo Azevedo (2016):

A região portuária seguiu sendo uma região com significativa presença habitacional, sobretudo de populações de negros que ali labutavam desde o período imperial, principalmente na estiva e em pequenas oficinas, mas também da população de imigrantes europeus meridionais, a maioria composta de portugueses, que atuavam no pequeno comércio da região (AZEVEDO, 2016, p. 191).

A ideia de reformular a cidade procedia do Poder Público desde a Comissão de Melhoramentos estabelecida em 1875, a questão portuária era um dos principais pontos que seria modernizado. Esta reforma foi dividida entre o governo federal e municipal.

As atribuições da reforma urbana foram divididas entre os governos federal e municipal. Com o primeiro ficaria a reformulação do porto, da estrutura viária das suas adjacências, a Avenida do Mangue, atual Francisco Bicalho, a Avenida do Cais, atual Rodrigues Alves, e a Avenida Central, atual Rio Branco. Com o Governo Municipal ficariam todas as demais tarefas da reforma urbana do Rio de Janeiro, tais como o enxugamento do solo urbano, a canalização de rios, abertura de novos conjuntos viários, reforma de praças públicas etc. (AZEVEDO, 2016, p. 153).

A reforma Pereira Passos, foi antes de tudo, uma forma de negação do passado escravista, as vivências populares e a pobreza, eram vistas como uma forma de atraso que estavam ligados à herança colonial portuguesa e principalmente ao período escravocrata. Para Simas (2017), "a cidade, fundada um dia para expulsar franceses, resolveu ser francesa para esconder que era profundamente africana e lusitana".

Esta reorganização do espaço urbano numa sociedade capitalista ou em transição para o capitalismo seriam mecanismos de controle social e econômico" (CHALHOUB, 2001, p. 180). Nas palavras de Olavo Bilac, podemos observar o drama e desespero da população pobre que foi afetada pela reforma Pereira Passos: "não há quem ignore que com as demolições e reconstruções que o aforseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira 'crise da habitação'" (CHALHOUB, 2001, p. 128).

O número de prédios destruídos para embelezamento da cidade do Rio de Janeiro foi contraditório e trouxe consequências sociais intensas, como relata Eduardo Silva,

Os pobres foram expulsos do centro para os morros – onde vão engrossar as favelas até então, incipientes, mas agora visíveis – e para os distritos periféricos, este o traço mais marcante do período, o sentido da ocupação humana (SILVA, 1988, p. 89-90).

As ideias de modernização higienista, que expulsou milhares de pessoas dos centros urbanos, não foi algo exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, várias grandes cidades seguiram o mesmo modelo que impulsionou a marginalização dessas pessoas. No meio de toda essa marginalização, a população pobre que já era perseguida e teve toda sua herança cultural criminalizada foi a mais prejudicada.

Com a Proclamação da República e a ação mais direta do estado nos projetos de controle da cidade, o panorama de relativa autonomia cultural e religiosa se modificou. Apesar da revogação da proibição de ritos fora do catolicismo e da garantia à liberdade de crenças estabelecida pelo Código Penal de 1890, havia ainda três artigos que criminalizavam a realização de “magia, sortilépios e feitiçaria”, possibilitando à polícia todo um aparato de repressão contra as religiões de matriz africana e reforçando um preconceito que perdura até nossos dias, com destruição de templos de umbanda e candomblé.

Ainda no Código Penal de 1890, todo o capítulo XIII se dedica a tratar dos “vadios e capoeiras”. Seriam penalizados com prisão todos os que deixassem de “exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida”, bem como “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem”. Além disso, era considerado crime contra a saúde pública “ministrar, ou simplesmente prescrever (...) substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro” (ANDRADE, 2018, p. 97).

Assim, Andrade (2018, p. 97) também afirma, que a capoeira era “uma resposta dos escravos a este novo ambiente, e também uma alternativa de socialização e identidade, uma vez que os escravizados foram trazidos de diferentes regiões, com línguas e elementos culturais heterogêneos”. A capoeira também surge como uma forma de defesa não letal, usada como uma ferramenta que possibilitava a fuga, a mesma era um ponto de conversão entre etnias distintas, que possibilitava proteção dos escravizados e libertos contra o repressor (SOARES, 2001).

Andrade (2018) também afirma,

Ora, se a capoeira era criminalizada, o exercício de qualquer religião que não a cristã também, e o desemprego, portanto não ter “ofício ou mister em que ganhe a vida” - assolava sobremaneira a população negra no cenário pós-abolição, torna-se claro um cerceamento das práticas e vivências das pessoas de matriz africana, bem como uma intenção de controle social desta população através do sistema penal (ANDRADE, 2018, p. 98).

O próprio desemprego e a ociosidade decorrente deste fato, que se alastrou entre a população pobre era mal vista pelo poder público e consequentemente coibidos. Segundo Arantes (2005, p.16),

A criminalização dessas práticas no início do século fazia parte de uma política de controle que teve como alvo principal os negros libertos, estendendo-se a todos aqueles que não se encaixavam nos ideais de civilização e do bom trabalhador e como as atenções da polícia se voltavam de maneira privilegiada para a região da zona portuária e arredores.

Considerando esse conjunto de acontecimentos e fatores, é perceptível que a população negra da cidade, não era considerada pela classe rica (que detinha o poder), impregnados pelos ideais higienistas e eugênicos, como a população digna e ideal para a cidade. Desse modo, a mesma foi ignorada dentro do planejamento da cidade, sendo expulsa desse centro urbano e

tendo que se deslocar para os morros, começa-se um novo e longo processo de exclusão social e segregação socioespacial.

3.2 Segregação e desigualdades raciais no Brasil

*Ouvindo desde novo, 'cê já é preto
Não, não sai desse jeito, se não eles te olha torto
Fico pensando, uma cama pra quatro
Ditadura na rua e o frio que trinca o corpo
Onde mães fortes e generosas se criaram
O que é dos outro não é meu, mas o que é meu
'tá aí pros outro
Se precisar
(Bença - Djonga)*

O espaço urbano brasileiro, tem como principal característica sua fragmentação, ou seja, o mesmo é constituído por áreas diferentes entre si, a paisagem, conteúdo econômico e social, todas essas características estão relacionadas ao processo de segregação socioespacial.

Em um primeiro sentido, a segregação socioespacial pode ser definida como a divisão social do espaço, que implica no isolamento de uma parcela da população, a mesma deve ser entendida como um “processo da sociedade capitalista que acirra, a cada momento da história, as tensões sociais” (ROMA, 2008, p. 31).

Para Tineu e Borges (2016), o conceito de segregação implica na ideia de isolamento, o que nos remete aos guetos ou morros, ou seja, quando uma determinada população de menor poder social é isolada involuntariamente por imposição de forças sociais dominantes. “A segregação, por parte de quem a pratica, com o sentido de isolar-se, a auto segregação, pode ser entendida como um ato consciente, intencional e voluntário e que ocorre em condomínios fechados norte-americanos e brasileiros” (TINEU; BORGES, 2016, p. 3). Em outro sentido, pode significar também, a desigualdade de acessos, que influencia no acesso às políticas públicas ou condições de vida em geral.

Se partirmos da concepção do espaço geográfico como um produto social o mesmo passa a ser também um agente que ajuda a reprodução do capital, isso nos remete a pensar a segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido último da reprodução social” (ALVAREZ, 2013, p.113).

De acordo com Alvarez (2013), mesmo que o espaço seja produzido socialmente sua apropriação é privada, ou seja, para ter acesso a "um pedaço" é preciso pagar por ele.” Desse modo, a “segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual

das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços”.

Cria-se então a divisão social do espaço entre áreas que possuem uma certa homogeneidade interna e com características bem diferentes entre elas, assim sendo, atributos como renda, ocupação, instrução, fecundidade, faixa etária e qualidade da habitação as definem. Desse modo então, percebe-se quais áreas são habitadas por ricos e brancos, e as áreas que são habitadas por pobres e negros, pois nesta última visão há uma sobreposição entre pobreza e cor da pele.

Toda a exclusão histórica sofrida pela população negra nos pós abolição fez com que o negro ocupasse espaços diferentes na cidade, fato que está ligado a questões econômicas e também ao racismo do mercado imobiliário.

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, os mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas, hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas (TELLES, 2003, p. 179).

Da forma análoga, Marques (2005, p. 42-45) afirma que, a segregação socioespacial resulta em uma menor sociabilidade dos indivíduos que vivem na periferia, reduzindo as redes de contatos, limitando as oportunidades de emprego e a diferentes grupos de pessoas, espaços físicos e sociais da metrópole, restringindo ainda mais as oportunidades de mobilidade social, que os mantém na pobreza e vulnerabilidade.

Essa segregação também reduz o sentimento de pertencimento desses jovens pobres da periferia, pois também sofre outros tipos de discriminação que vão além do status econômico e do local de residência. Para Panta (2018), o que afeta ainda mais essa sociabilidade foi a construção de uma imagem ruim da população negra e dos territórios considerados negros.

A imagem depreciativa dos territórios negros foi intensificada devido: à aglomeração de pessoas, tidas como desclassificadas, que dividiam habitações coletivas da região central; à proximidade excessiva entre aqueles que nem sequer pertenciam ao mesmo núcleo familiar; à densidade de contatos, gestos, linguagem, danças; enfim, à uma série de elementos que conduziam à ideia de promiscuidade, destoante da disciplina, organização e padrões morais dos grupos economicamente mais abastados (PANTA, 2018, p. 59).

De acordo com Tineu e Borges (2016, p. 5), a segregação pode ser descrita em quatro grandes grupos:

- a) dinâmica econômica – envolve o mercado de trabalho e a própria estrutura social;
- b) dinâmica do mercado de terras – determinada pela ação dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia; c) o Estado e suas políticas públicas; d) o ordenamento jurídico brasileiro e a aplicação das leis por parte do judiciário em relação à sociedade brasileira levando-se em consideração o tradicionalismo, o patrimonialismo, a hierarquia social e o preconceito.

Segundo Panta (2018), a o processo de deslocamento em massa de negros para os morros e territórios foi muito violento. A mesma afirma que em São Paulo, em uma pesquisa feito por Rolnik,

os grupos sociais com maior poder aquisitivo passaram a abandonar os sobrados localizados no centro da cidade e a se deslocar para espaços com maior privacidade e exclusividade, enquanto os negros se concentravam cada vez mais nos locais desocupados pelos segmentos privilegiados. Eram cômodos e casas coletivas situados na região central ou núcleos próximos à zona rural. Desta configuração, derivaram notáveis núcleos negros, tais como o bairro do Bixiga, originário do quilombo de Saracura (PANTA, 2018, p. 58, apud ROLNIK, 1989, p. 4)

A segregação está totalmente ligada a desigualdade social, visto que a primeira não acontece sem influência da segunda. Para Tineu e Borges (2016, apud, MARQUES, 2005, p. 41-43),

a desigualdade social é a existência de características sociais distintas entre os diversos grupos sociais estabelecidas por alguma clivagem contínua ou dicotômica, como nas questões de diferenças salariais entre gênero ou raça, desigualdades que se estabelecem em função do local de moradia ou de trabalho no espaço urbano. A desigualdade das estruturas urbanas pode provocar um efeito cumulativo sobre os grupos sociais que se movimentam no território da metrópole, aprofundando e cristalizando tais desigualdades.

Seguindo essa linha, podemos dizer que um dos principais problemas enfrentados pela população negra no espaço urbano é a desigualdade de acessos. Para Marques (2005), a desigualdade de acesso decorre da relação entre a segregação socioespacial e a pobreza dividida em dois tipos: a) Acesso a empregos que geram oportunidades diferenciadas ou estrutura de oportunidades; b) Acesso a políticas públicas que produziram amenidades e serviços característicos da vida urbana que minimiza a vulnerabilidade.

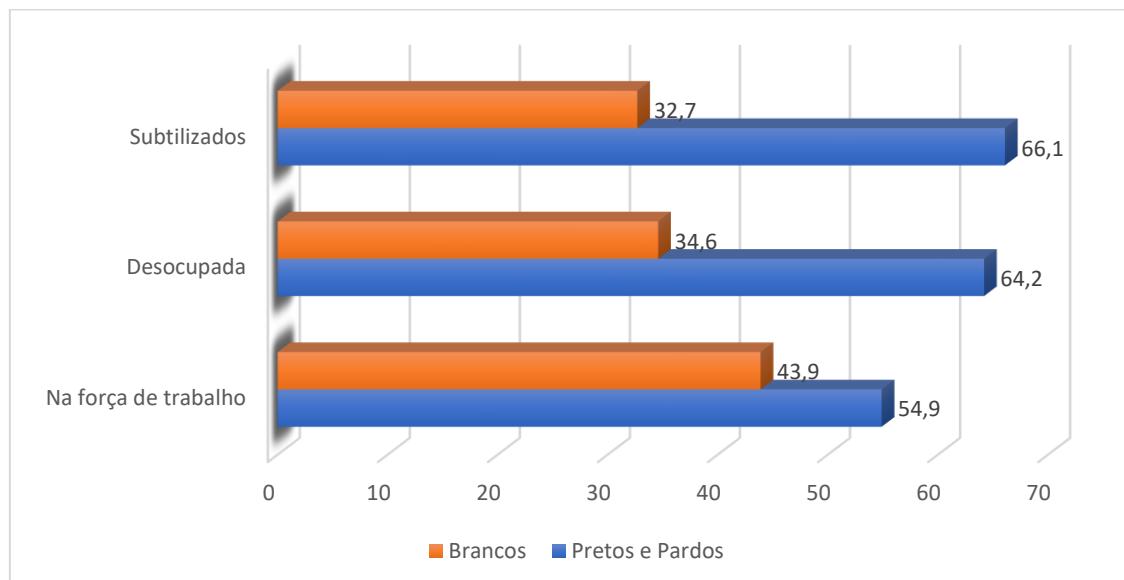
Sobre a desigualdade, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra disparidades entre negros e brancos nas mais diversas áreas. Quando falamos em mercado de trabalho, a população negra (pretos e pardos) constituem a maior parte da força de trabalho no País.

No ano de 2018, o número de trabalhadores negros era de 57,7 milhões de pessoas, e da população de cor ou raça branca era de 46,1 milhões, ou seja, o número de trabalhadores negros era 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca. Zucchi (2006), afirma que:

No mercado de trabalho, mesmo com o passar dos anos e independentemente da região do país analisada, os negros apresentam desvantagens em relação aos brancos no que se refere à inserção nas diversas posições de ocupação e nos ramos de atividade. Desse modo, a raça constitui um critério efetivo de distribuição dos indivíduos na hierarquia ocupacional [...], com o negro servindo, na sociedade brasileira, para indicar o pior lugar. Assim, evidencia-se claramente que há empregos que são redutos de brancos e empregos que são redutos de negros (ZUCCHI, 2006, p. 22).

Ao analisar à população de desocupados, subocupados e a força de trabalho potencial, que são denominados como subutilizados, as pessoas pretas ou pardas são ainda mais representadas. Na taxa de desocupados os mesmos somam 64,2%, e dos subutilizados 66,1% do total.

Gráfico 1. Brasil: População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%), 2019.

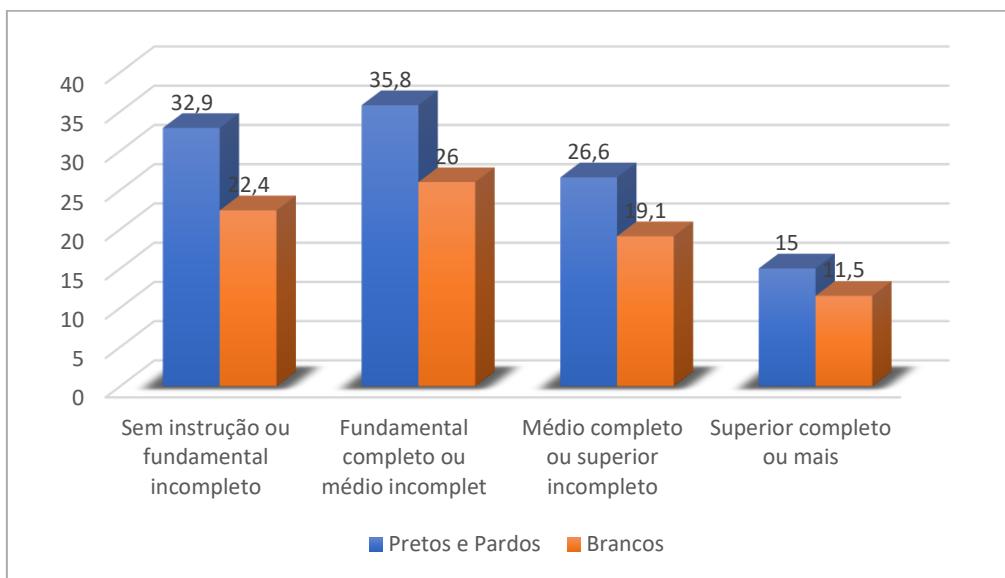


Fonte: IBGE, 2019. Organizado pela autora 2021.

Quando consideramos a subutilização em relação ao nível de instrução, a desvantagem se mantém. De acordo com o IBGE (2019), entre as pessoas sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a taxa de subutilização da população de cor ou raça negra, era de 32,9%, chega a ser 10,5% maior do que a da população branca (22,4%). Nota-se que a proporção geral de mão de obra subutilizada é maior entre negros, independentemente do nível de instrução, essa diferença é menor entre essas pessoas ensino superior concluído,

demonstrando a necessidade da manutenção de políticas de acesso ao ensino superior para a população negra, como apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2. Brasil: Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%), 2019.

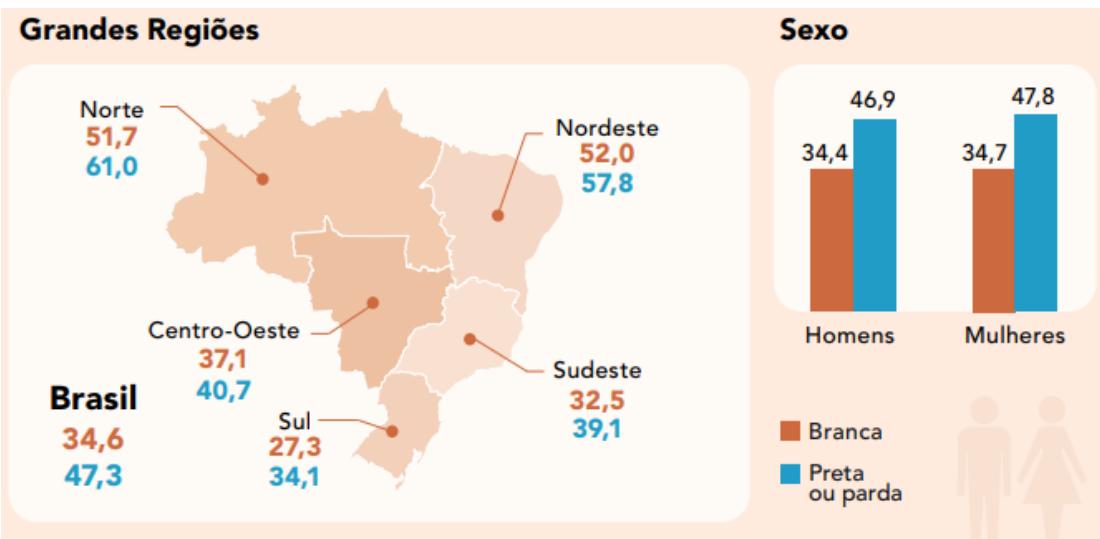


Fonte: IBGE, 2019. Organizado pela autora 2021

Em 2018, 34,6% dos empregados brancos exerciam atividades informais, enquanto entre pretos ou pardos essa proporção chegava a 47,3%. Em 2016, quando a proporção de ocupações informais atingiu o nível mais baixo, negros, pardos tinha uma maior representação na informalidade entre raças. Naquele ano, as pessoas brancas que trabalhavam na informalidade representavam 39,0% e, entre os pretos ou pardos, essa proporção chegava a 45,6%. “A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria” (IBGE, 2019, p. 2).

Neste indicador, os piores resultados são das regiões Norte e Nordeste, especialmente entre pretos ou pardos, a proporção era de aproximadamente 60% em 2018 (figura 4). No entanto, o recorte por gênero não apresentou diferença significativa em pessoas envolvidas em ocupações informais. Os resultados de 2018, mostram que tanto para homens e mulheres pretos e pardos ainda ocupam uma situação desfavorável.

Figura 4. Brasil: Pessoas em ocupações informais (%), 2019.

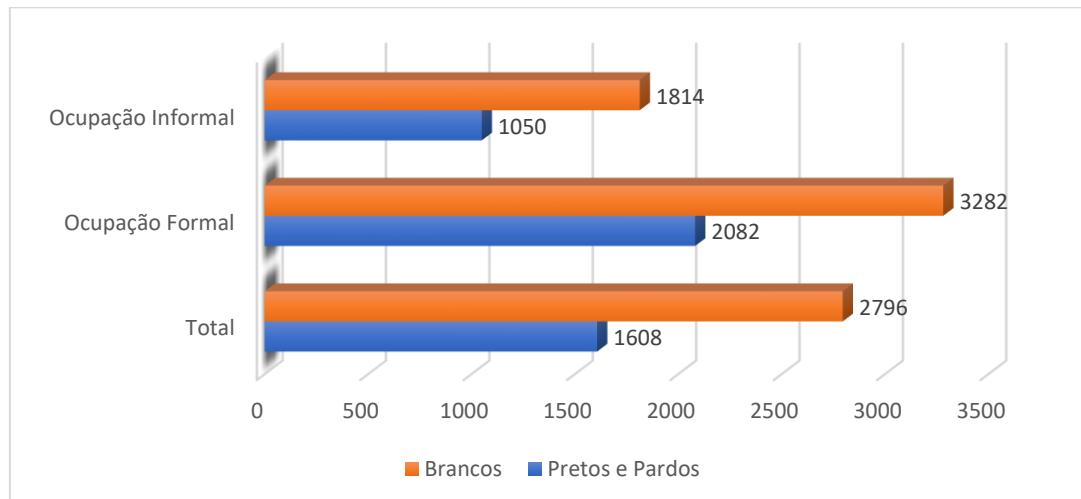


Fonte: IBGE, 2019.

Uma das principais categorias para analisar a desigualdade social é a de rendimento por trabalho. Segundo o IBGE (2019, p. 3), “esse quesito é fundamental na medida em que compõe importante fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias”. Quando analisamos essa categoria, mais uma vez, a população branca tem vantagem sob as pessoas de cor ou raça negra.

No ano de 2018, a renda média mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608). Ao fazer a análise desta categoria de renda, segundo recorte formal e informal, revela-se que tanto em ocupações formais e informais, pessoas pretas ou pardas recebem menos do que a de cor ou raça branca.

Gráfico 3. Brasil: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês), 2019.



Fonte: IBGE, 2019. Organizado pela autora 2021.

Outro dado importante a ser considerado é este recorte por sexo e raça. Segundo o IBGE:

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2019, p. 3).

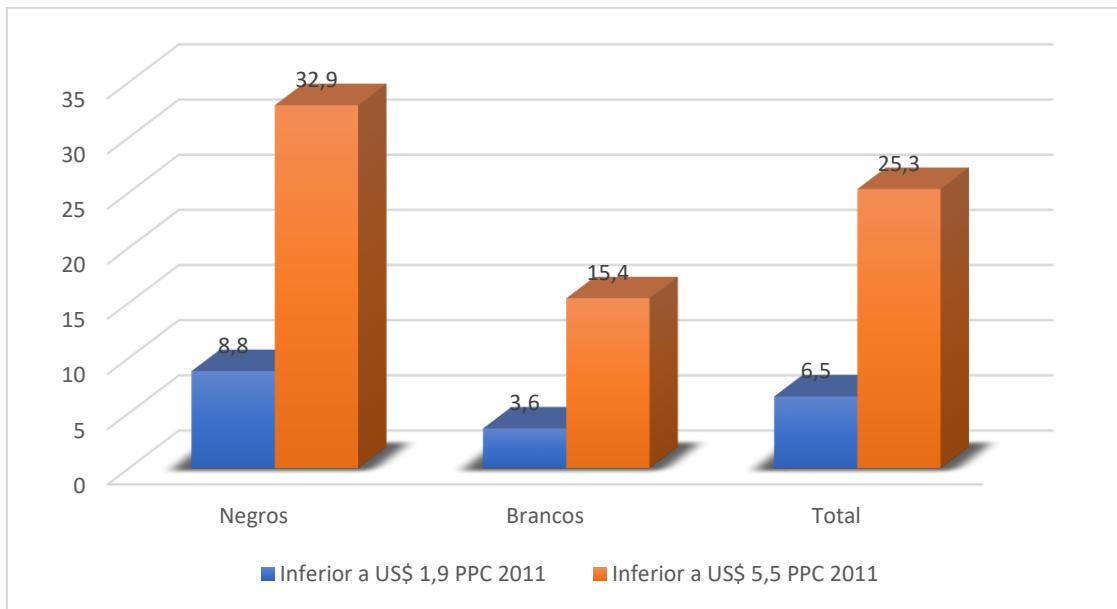
Em relação a ocupação de cargos gerenciais, ainda que a população negra seja maior do que a população branca, os dados apontam que a proporção é reversa sendo 68,6% contra 29,9%, em 2018. Tal sub representatividade em cargos gerenciais ocorre em todas as regiões do país.

Outro fator importante a ser considerado é a distribuição de renda, o Brasil de acordo com Barros (et al., 2001), não é um país pobre, mas sim um país que tem muitos habitantes pobres, e isso é resultado da grande desigualdade de renda no país, que é um dos fatores que denominam a pobreza no Brasil. No entanto, a pobreza não ocorre da mesma forma entre negros e brancos, muito pelo contrário, a mesma acontece de forma muito diferente, ou seja, a pobreza no Brasil tem cor (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Ao compararmos o rendimento per capita, de 2018, da população preta e branca, nota-se que também há uma diferença entre os dois grupos, esse rendimento, em 2018, da população branca superou em quase duas vezes o da população negra (IBGE, 2019, p. 4). Esse dado se modifica quando trabalhamos com a categoria de rendimento de pessoas abaixo da linha da pobreza, neste caso há uma representação maior da população negra (gráfico 4).

Em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 15,4%, e 32,9% entre as pretas ou pardas. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a esse valor, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar (IBGE, 2019, p. 5).

Gráfico 4. Brasil: Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%), 2019.



Fonte: IBGE, 2019. Organizado pela autora 2021.

Os indicadores educacionais também demonstraram diferença evidente entre negros e brancos, embora houve melhora entre 2016 e 2018, em decorrência de políticas públicas de acesso à educação promovidas no decorrer anos 1990. No entanto, de acordo com Carvalho (2018), as políticas públicas voltadas a população negra ganharam mais força entre 2003 e 2014.

Foram muitas as conquistas relativas às reivindicações históricas do movimento negro nesse momento: a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) ; a promulgação da Lei nº 10.639/2003; a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e, em decorrência, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); a implementação de políticas de ações afirmativas na modalidade cotas nas universidades públicas brasileiras; e a aprovação, de maneira unânime (2012), da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (CARVALHO, 2018, p. 213).

Sobre essa discussão, Carvalho (2018), também afirma:

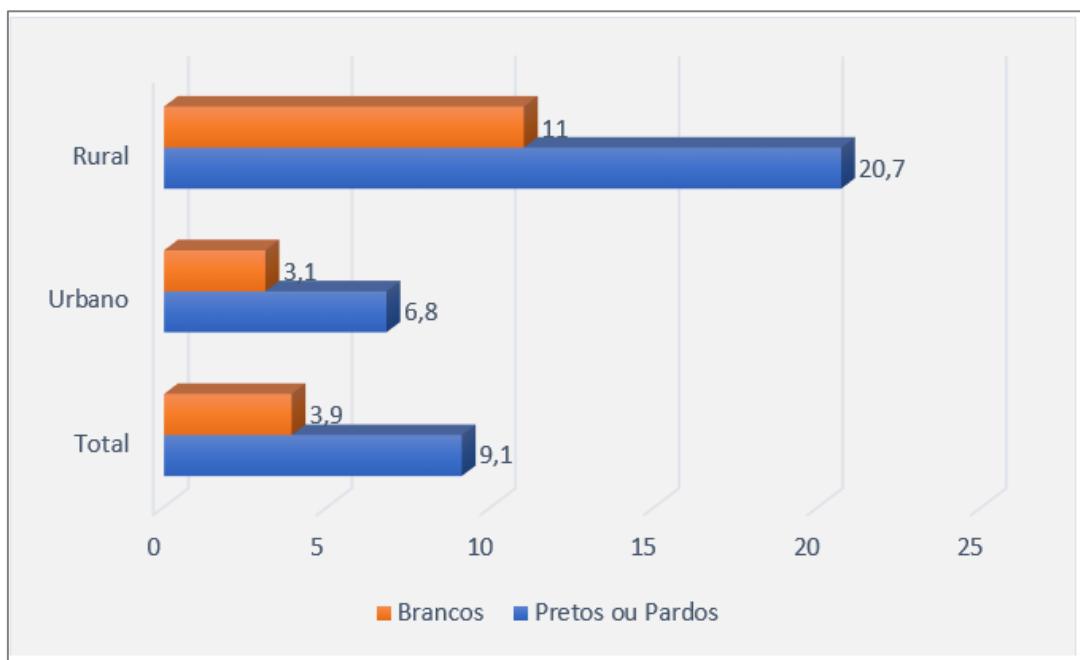
A construção e o estímulo de leis pelo Estado brasileiro no período, visando incluir a população negra brasileira a direitos antes alijados, marcaram uma mudança de rota histórica e necessária para a adoção de políticas antirracistas, sobretudo na área educacional. Tais políticas objetivavam a superação das desigualdades étnico-raciais ainda persistentes no país (CARVALHO, 2018, p. 213).

Mesmo com estes avanços, a desigualdade educacional entre pessoas negras e brancas ainda é perceptível, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de cor ou raça

preta ou parda, diminuiu de 9,8% para 9,1% entre 2016 e 2018. O indicador do ensino médio também apresentou melhorias com pessoas com 25 anos ou mais, tendo um aumento de 37,3% para 40,3%. No entanto, a população branca apresentou indicadores melhores cuja taxa de analfabetismo é de 3,9%, e a proporção de pessoas com ensino médio completo era de 55,8% em 2018.

Analizando a taxa de analfabetismo por situação de domicílio, nota-se uma grande disparidade entre pretos e brancos. Na área urbana a taxa de analfabetismo entre brancos é de 3,1%, enquanto o de negros é de 6,8%, já na área rural os dados são mais altos, sendo 11% de brancos e 20,7% entre pretos ou pardos (gráfico 5).

Gráfico 5. Brasil: Taxa de analfabetismo, segundo a situação do domicílio (%), 2019.



Fonte: IBGE, 2019. Organização da autora, 2021.

Outro indicador que apresentou melhora significativa entre 2016 e 2018, foi a proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade que estão frequentando algum curso superior, passando de 50,5% para 55,6%. No entanto, as pessoas negras estão em desvantagem atingindo a marca de 78,8% de estudantes da mesma faixa etária no ensino superior. Menezes-Filho (2009), afirma a importância da escolaridade no Brasil, pois a mesma implica diretamente no retorno salarial, e desse modo estes dados explicam a desigualdade observada em outros indicadores como o rendimento de trabalho.

Para Juliana Zucchi (2006), a educação também afeta as futuras gerações de uma família, a mesma afirma que:

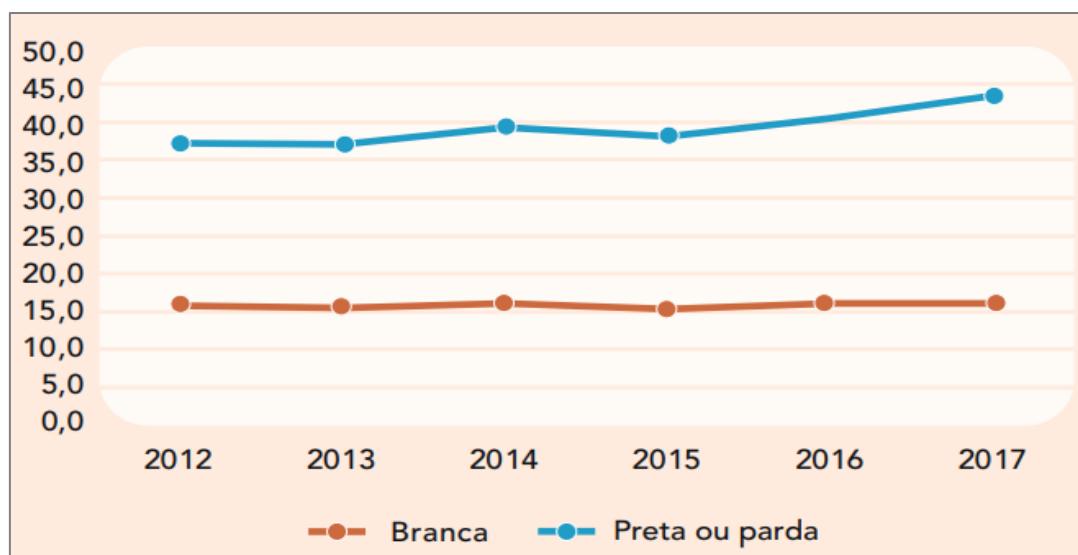
Com relação à transmissão intergeracional de educação entre negros (pretos e pardos) e brancos, a menor mobilidade educacional entre os negros está associada à maior probabilidade, nesse grupo, de um filho de pai sem escolaridade permanecer sem escolaridade. Enquanto a probabilidade de um negro, filho de um pai sem escolaridade, permanecer na mesma categoria de educação do pai é cerca de 42%, a probabilidade análoga para brancos é de cerca de 24%. Por outro lado, a manutenção de alta escolaridade é mais elevada entre indivíduos de cor branca; a probabilidade de um filho de pai com ensino superior completo também completar seus estudos universitários é cerca de 40% se o indivíduo é negro e, aproximadamente, 62% para brancos (Zucchi, 2006, p. 27-28, apud Ferreira & Veloso, 2003).

A criminalidade nos centros urbanos é um dos aspectos preocupantes para a sociedade em geral, sendo os crimes violentos, independentemente da motivação, variáveis que afetam toda a estrutura social, além de desmembrar e desestabilizar famílias. As mortes causadas por homicídios é um dos principais indicadores da violência social, essa por sua vez é relacionado com o constante aumento da desigualdade social e econômica que se espalha pelo país (COSTA et al, 2015, p.3).

De acordo com o IBGE (2019), no Brasil a taxa de homicídio de brancos por 100 mil residentes em 2017 foi de 16,0 mortes e a taxa de homicídio de pretos ou pardos foi de 43,4. Em outras palavras, pessoas negras ou pardas têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de um homicídio do que pessoas brancas (figura 6).

A sequência histórica também mostra que embora a proporção da população branca tenha permanecido estável de 2012 a 2017, a taxa de homicídios da população negra aumentou de 37,2 para 43,4 mortes por 100 mil habitantes durante este período. Isso representa cerca de 255 mil mortes por homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Figura 5. Brasil: Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes), 2019.



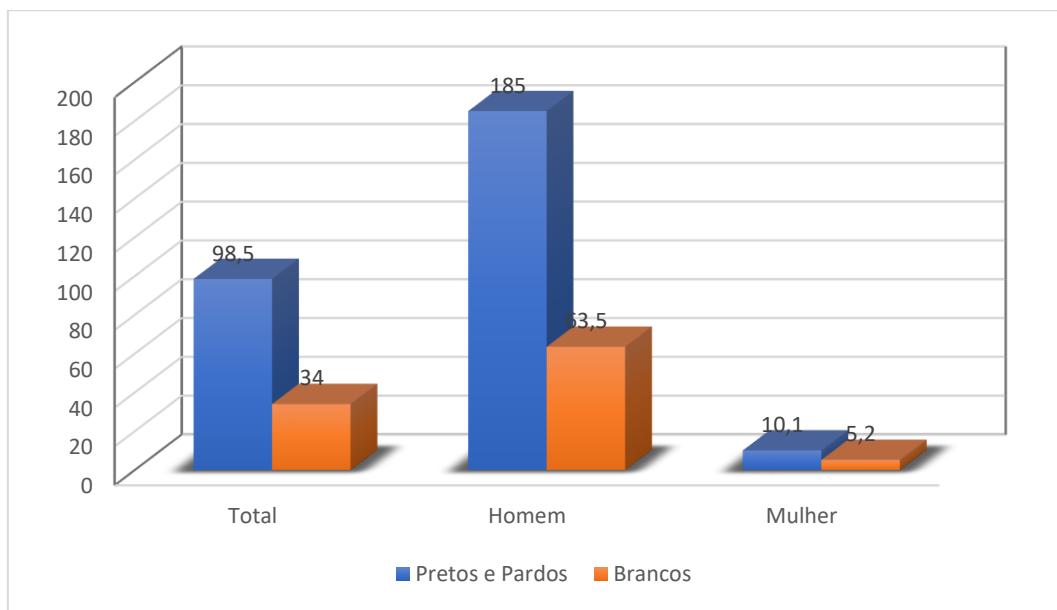
Fonte: IBGE, 2019.

Nessa perspectiva, o IBGE (2019, p. 9) afirma que:

Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade a população jovem, como evidenciado no último relatório da Geneva Declaration on Armed Violence and Development, também conhecido como GBAV 2015.

A taxa de homicídios da população preta ou parda superou a da população branca em todos os grupos etários, neste indicador destacamos a violência letal em que jovens de 15 a 29 anos de cor ou raça preta ou parda são submetidos. Em 2017 a taxa de homicídios deste grupo chegou a 98,5, contra 34,0 entre brancos, essa análise por gênero, chegou a atingir 185,0 entre jovens negros do sexo masculino (IBGE, 2019).

Gráfico 6. Brasil: Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens) 2019.



Fonte: IBGE, 2019. Organizado pela autora, 2021.

Esse tipo de violência possui características particulares que se relacionam, em grande parte, com a projeção das relações de poder em um determinado espaço. Nesse sentido, devemos lembrar a importância da discussão sobre território, que segundo Souza (2001, p. 78) trata-se de um “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e “as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”, portanto, o que está em questão na formação de um espaço é “[...] quem domina ou influência e como domina ou influência esse espaço” (SANTOS, 2015. p.57).

O território estabelecido pelo tráfico de drogas, por exemplo, está entre os que mais causam mortes violentas no Brasil, isso se deve ao “controle e delimitação do espaço realizada pelos traficantes, com vistas à manutenção da prática criminosa” (SANTOS, 2015. p.58). O homicídio passa a ser, neste caso, uma forma de resolver conflitos entre grupos e indivíduos. Francisco Filho (2004), destaca que,

Os indivíduos lutam para manter seu território e sua posição de bem-estar, os grupos lutam para manter seu status quo, seu território e garantir sua sobrevivência. Afirma-se, portanto, que a violência se expressa territorialmente de duas formas: em ações isoladas, não articuladas e destituídas de disputa territorial e em ações organizadas, cujo território exerce um papel essencial tanto como substrato para a ação criminosa, quanto como um local seguro, longe da ação da lei (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 22).

A promoção de políticas de inclusão da população negra está relacionada com uma série de fatores, sendo o principal deles a representação política, pois através destes representantes é possível fazer planejamento e executar as tomadas de decisões, desse modo, a representação política se torna um dado importante na análise das desigualdades.

Os dados mais recentes disponíveis do Brasil, ainda apontam sub-representatividade de pretos e pardos em cargos políticos, mesmo constituindo mais da metade da população, esse grupo representava somente 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016.

As desigualdades raciais apresentadas neste capítulo, estão relacionadas com os vários fatores históricos que produziram um grande abismo entre negros e brancos, é possível perceber que a população de cor ou raça preta ou parda possui uma grande desvantagem social em relação à população branca.

4

JATAÍ (GO): HISTÓRIA, INDICADORES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO NEGRA

4.1. Jataí: Da escravidão ao Movimento Negro.

*Meu Deus! Meu Deus!
 Seu eu chorar não leve a mal
 Pela luz do candeeiro
 Liberte o cativeiro social
 (Meu Deus, Meu Deus, Está extinta a
 Escravidão? -Paraíso do Tuiuti)*

Para entender a vivência da população negra em Jataí (GO), as diferenças sociais vivenciadas por essa população, bem como a segregação presente nesse espaço, fazem-se necessário analisar o processo de formação da cidade no período da escravidão, assim como a história do Movimento Negro na cidade.

De acordo com Oliveira (2007, p. 156), “a história de Jataí, como a de todo o sudeste goiano, constitui a última fase de expansão do gado que, vindo da zona leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso”. Esse processo é chamado por Silva (2005, p. 37), de “frente de expansão” e posteriormente da “frente pioneira”; marcando-se em termos mais recentes pelo avanço da fronteira agrícola na década de 1970”.

A frente de expansão pode ser entendida como um “movimento no qual a vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural” (FERREIRA, 1988, p. 41). A “frente pioneira” é instalada como um empreendimento econômico, que incorporou várias áreas ao sistema produtivo vigente, o qual irá “reproduzir as relações sociais que estão na base do mesmo” (FERREIRA, 1988, p. 41).

O surgimento de Jataí acontece principalmente em função das políticas públicas de integração e de ocupação do centro-oeste. As primeiras pessoas a ocuparem essas terras (embora, seja necessário discutir sobre a presença de indígenas nesse espaço, bem antes dos ditos “pioneiros”), foi Francisco Joaquim de Melo e sua família. Como afirma Santos (2012):

De Espírito Santo dos Coqueiros, distrito de Lavras do Funil (atual município de Lavras/MG), saiu Francisco Joaquim Vilela e seu filho José Manuel Vilela para o sertão do Paranaíba, como era conhecido o sul de Goiás. Notícias sobre terras sem

dono nessa região circulavam em Minas, levando aos poucos levas de mineiros para esse sertão. Em 1836, com a chegada dos Vilela nesses confins, logo foi iniciada a derrubada da mata para começar uma roça, pois, como sabido na época, a roça legitimava a posse (SANTOS, 2012, p. 155-156).

Ao mesmo tempo, José Carvalho Bastos também veio para essa região — nasceu em Franca / Província de São Paulo após breve estada em Santa Ana do Paranaíba / Província de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Mais tarde, depois de formar pastagens e roças, Carvalho voltou ao seu local de origem, retornando para lá com sua esposa Ana Cândida de Moraes Carvalho. Na mesma época, José Manuel Vilela voltou para Espírito Santo dos Coqueiros, voltando casado com Leocádia Perpétua da Silveira. Gradualmente, os Vilelas e os Carvalhos foram demarcando suas propriedades (FRANÇA, 1995).

Toda essa migração dessas famílias tradicionais aconteceu em uma época em que a escravidão ainda estava presente no Brasil, desse modo, os mesmos não poderiam terem vindo desacompanhados de seus escravos para a Jataí. Entretanto, não se sabe muito sobre essas pessoas ou como as mesmas ficaram depois da abolição da escravidão, mas existem alguns estudos sobre a vida de alguns escravizados, como é o caso de Eva Maria de Jesus.

Foi na fazenda Ariranha, de propriedade de José Manoel Vilela, que nasceu, no ano de 1848, a escrava Eva (futura Eva Maria de Jesus — “tia Eva”). Criada desde cedo para os afazeres domésticos, ela desempenhou várias funções na casa- -sede da fazenda. Ainda jovem, assumiu os serviços na cozinha onde fazia vários doces, segundo Seu Waldemar Bento de Arruda (90 anos, filho do ex-escravo Generoso Bento de Arruda — genro de tia Eva) (SANTOS, 2012, p. 156).

De acordo com os relatos colhidos por Santos (2012), Eva era uma escravizada cozinheira especialista em doces, cada escrava tinha uma atividade, uma ficava responsável pela cozinha, outra para fazer doce, outra para lavar roupa.

Em 1858, José Manuel Vilela concordou em casar sua filha Prudenciana Maria Vilela com Serafim José de Barros, a união do casal foi acompanhada de doações da Fazenda São Pedro e de uma pequena quantidade de escravos (França, 1995). De acordo com França (1995:123), na fazenda São Pedro, Serafim José de Barros “era excessivamente mau, a ponto de dar nos escravos até fazer sangue e, para castigá-los com os requintes da moda, construiu e comprou os melhores instrumentos do século: tronco, pega, bacalhau, roda”. Esses maus-tratos também aconteciam nas fazendas de propriedade dos Vilelas, conforme afirma Seu Waldemar Bento de Arruda,

Nessa fazenda [Ariranha], onde tia Eva foi escrava, tinha os dias dos escravos apanharem, porque naquele tempo era assim eles iam marcando a carne da pessoa, [...], mas tinha um que falava que tal pessoa ia apanhar porque tal dia ele fez isso, fez aquilo, fez aquilo outro. [...]. É isso aí, a tia Eva contava, ela não cansava de falar isso

nas histórias que ela contava. Naquele tempo tinha um costume de que, quando ia surgindo a lua, principalmente a lua cheia, as pessoas ficavam tudo sentado na beira da cozinha escutando essas histórias. Então foi lá que ela [tia Eva] contava essas histórias (SANTOS, 2012, p. 157).

Em 1860, já se formava um povoado, denominado como Paraíso de Jataí que se desenvolvia impulsionado pelo crescente mercado de gado e escravos, já que era passagem obrigatório de comerciantes, vendedores e comitivas de gado que deixavam o interior de Minas Gerais, em direção ao Mato Grosso. Segundo Mello (2002, p. 40),

O município de Jataí podia ser considerado grande polo do mercado escravo no Sudoeste de Goiás. A grande cúpula dos senhorios espalhada pelo ainda vasto Município mantinha, cada um de seus membros, sua leva dessas criaturas submissas, entregues à faina diuturna e pesada. Em troca, a comida à base de carne é acomodada nas senzalas ou porões, construídos sob as sumptuosas sedes das fazendas daquela época. Nesses compartimentos frios e úmidos, os escravos viviam e criavam os filhos. Eram acomodações mal ventiladas, misturadas aos cães, gatos. Nada disso impedia que os patrões estivessem ali nas cantarolas em noites escuras e silenciosas, tão silenciosas quanto sua libido.

Segundo relato de Waldemar Bento, nos anos de 1870 a Tia Eva sofreu um acidente doméstico, no qual uma panela de banha de porco quente caiu sob sua perna, a deixando com uma queimadura, a qual não foi tratada e acabou gerando um mal cheiro, em função disso, “fizeram um ranchinho para ela lá no fundo do quintal da casa da fazenda, mas ali mesmo ela trabalhava, fazia sabão” (Santos, 2012, p. 158).

Na época de isolamento da escrava Eva em seu rancho, trabalhando e cuidando de suas filhas, na fazenda Ariranha um fato cruel ficou marcado na memória da mesma, como apresentado por Santos (2012).

Mas a coisa mais impressionante na fazenda que tia Eva trabalhava, que ficava em Jataí, o patrão, o homem lá, ele almoçava e depois ele cochilava. E tinha uma preta lá que era muito estimada, aí o menino dela ficou doente e começou a chorar. Aí o patrão dela falou: Olha, eu não vou dar fim nesse menino, mas esse menino está muito manhosso, dá um jeito nele. Quando eu estiver deitado, dormindo, eu não quero ouvir o choro desse negrinho aqui, você dá um jeito nele. E ela era ocupada no serviço. Mas teve um dia que o menino chorou e gritou lá: Mãe. Ele estava com gripe, alguma coisa assim. Aí o patrão levantou e mandou ela pegar o menino. Ela pegou o menino e ele pegou um chicote e falou com ela: Você me acompanha. Ela pegou o menino e o menino chorando com catarro no nariz. Aí chegou no córrego. Aí, chegando lá, ele falou: Você pega esse negrinho e joga no córrego, não quero ouvir mais o choro desse negrinho. Ela abraçou o filho e se jogou no córrego junto com o menino, morreu ela e o menino. Aí o homem voltou sem graça para casa. Isso aconteceu nessa fazenda. Tia Eva contava essa história. Esse homem chamava Antônio Vilela. Ele tinha fazenda para todo lado, tinha gado pra daná, era muito atrevido, valente (Waldemar Bento de Arruda) (SANTOS, 2012, p. 158).

Os relatos e experiências vividas por Tia Eva, contados na obra de Santos (2012), reforçam o quanto terrível era a vida dos escravizados em Jataí. De acordo com dados fornecidos pelo Museu Histórico de Jataí, fatos como os narrados eram comuns, alguns dos castigos vivenciados pelos escravizados eram tão violentos ao ponto de os deixarem com deformidades corporais, como foi o caso da escravizada chamada Mariana, escrava dos senhores de Engenho na cana-de-açúcar e café, não tinha os dedos dos pés pois a mesma torrava café, e ao término era obrigada a sair e apagar os tições de brasa (figura 6).

Em Jataí, assim como em toda a América Portuguesa atos violentos forma instrumentalizados de forma natural dentro das relações sociais e que permitia a sociabilidade da população não-negra da época, ou seja, a violência foi incorporada como uma ferramenta de subordinação.

Figura 6. Jataí: Dona Mariana (Ex-escravizada), 1955.



Fonte: Museu Histórico de Jataí. 2022.

Desse modo, os negros que permaneceram na cidade depois da abolição seguem o mesmo padrão de vivência dos que viviam, nas grandes capitais, foram marginalizados e atirados em uma vida segregada a ponto de terem sua história apagada ao longo do tempo.

Mesmo diante de toda crueldade sofrida durante a escravidão, o início da década de 50 do século XX em Jataí, assim como em outras cidades brasileiras, foi um período marcado pelo surgimento do movimento negro em Jataí, responsável por diversas associações que tinham como objetivo proporcionar espaços de sociabilidade e lazer para a comunidade negra.

Esse processo iniciou-se principalmente como uma resposta à marginalização que essa população sofreu ao longo dos anos, na qual a mesma era impedida de frequentar os espaços e festas da elite (OLIVEIRA, 2012).

O Movimento negro em Jataí surge de forma articulada com o mesmo no Brasil. O primeiro movimento racial logo após a abolição caracterizou-se por tentativas de incorporar os negros à sociedade, por meio de clubes e organizações negras que não se expressam explicitamente como políticos, negros alfabetizados inseridos em determinada classe social se preocupam em atuar de forma pedagógica para introduzir seus “irmãos de cor” na sociedade (MARIA, 2021).

Segundo Maria (2021), durante esse período houve a circulação de uma série de cartazes pensados por negros que tinham como enfoque principal alcançar as necessidades da população negra. Anteriormente a isso, nos anos 30, surge a maior representação política negra até o momento, a Frente Negra Brasileira (FNB), partido político que tornava público a exclusão, os anseios e as reivindicações da população negra na sociedade brasileira. No entanto,

Esse partido acabou por não eleger nenhum político negro durante sua existência, contudo marcou a história política negra ao ser considerada como o primeiro partido negro e também se fez presente na construção da imprensa negra ao construir o jornal “Voz da Raça”, seu jornal que era porta voz das políticas do partido. Seu fim é marcado pela instalação do Estado Novo, em 1937, por Getúlio Vargas (MARIA, 2021, p. 11).

Entre 1945 e 1964, temos o que é considerada a segunda fase do movimento negro, caracterizada pelas organizações culturais, que culminaram no avanço das discussões sobre a população negra e a integração da mesma na sociedade brasileira. Um dos principais marcos desse período foi o Teatro Experimental do Negro, liderado pelo intelectual Abdias Nascimento.

Segundo Abdias Nascimento (2004), a ideia de criar um teatro veio após prestigiar uma peça de teatro, em uma viagem internacional, onde o negro era representado de forma caricata,

por um homem branco com o rosto pintado com tinta preta. Desse modo, o mesmo questionou o porquê não colocar um negro no papel.

Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial? Minhas indagações avançaram mais longe: na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido (NASCIMENTO, 2004. p. 209).

A experiência em ver a forma desrespeitosa em que o negro era representado foi importante para que Nascimento, retornasse ao Brasil e criasse um teatro voltado para o protagonismo do negro.

Naquela noite em Lima, essa constatação melancólica exigiu de mim uma resolução no sentido de fazer alguma coisa para ajudar a erradicar o absurdo que isso significava para o negro e os prejuízos de ordem cultural para o meu país. Ao fim do espetáculo, tinha chegado a uma determinação: no meu regresso ao Brasil, criaria um organismo teatral aberto ao protagonismo do negro, onde ele ascendesse da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse. Antes de uma reivindicação ou um protesto, compreendi a mudança pretendida na minha ação futura como a defesa da verdade cultural do Brasil e uma contribuição ao humanismo que respeita todos os homens e as diversas culturas com suas respectivas essencialidades. Não seria outro o sentido de tentar desfiar, desmascarar e transformar os fundamentos daquela anormalidade objetiva dos idos de 1944, pois dizer teatro genuíno – fruto da imaginação e do poder criador do homem – é dizer mergulho nas raízes da vida. E vida brasileira excluindo o negro de seu centro vital, só por cegueira ou deformação da realidade (NASCIMENTO, 2004. p. 209).

Durante esse período o Movimento negro brasileiro toma uma nova forma e passa a ser caracterizado pelo surgimento das instituições de sociabilidade negra, nesse contexto de reivindicações que surge o Clube 13 de Maio.

O Clube 13 de Maio é um dos principais marcos da sociabilidade negra na cidade de Jataí, surgindo por meio da combinação de forças de lideranças negras e da relação destes com a elite branca da época, que ficaram responsáveis pela doação de recursos financeiros e material, além do auxílio da força de trabalho da própria comunidade negra.

Antes do Clube ter uma sede própria, já era realizado a “Festa 13 de Maio” que era promovida por homens negros. Segundo Assis (1991),

A história do Clube Treze de Maio (Clube dos Pretos) é longa e começou no dia 13 de maio de 1948 por uma comissão de homens de cor que fizeram realizar uma associação entre os negros existentes na cidade naquela ocasião (...). Anualmente eles

promoviam a Festa 13 de Maio para angariar fundos para a manutenção do movimento negro em Jataí” (ASSIS, 1991. p. 97-99).

Para Domingues (2011, p. 4), as comemorações do Aniversário da Lei Áurea,

não se revestiam apenas de um sentido cívico, nacionalista e laudatório dos abolicionistas e da Princesa Isabel. Momento singular de construção de uma memória coletiva, a efeméride concomitantemente servia para manter vivas as imagens e representações da escravidão na sociedade brasileira. De modo similar, as festividades “cívicas” do Treze de Maio eram apropriadas com fins políticos, constituindo um espaço de mobilização racial: de retóricas por direitos e demandas pela ampliação da cidadania.

O aniversário da abolição era somente um marco da liberdade da população negra, mas abrigou também uma conotação lúdica, na qual a comunidade negra podia comemorar, celebrar sua ancestralidade, ritos e cultura afro-brasileira. As comemorações do Treze de Maio se “tornaram-se uma tradição negra, alcançando visibilidade pública e impacto na experiência demarcadora, quer das fronteiras étnico-raciais, quer das narrativas de escravidão e liberdade” (DOMINGUES, 2011, p. 5)

Em Jataí, as celebrações do dia 13 de Maio começaram em 1948 quando algumas lideranças negras como Nativo de Souza, Francisco Resende de Moraes, Silvestre Pereira da Silva, Geraldo José de Oliveira, Juventino Aristeu dos Santos e Manuel Severino de Souza, se reuniram em uma comissão para organizar a festa do dia 13 de Maio.

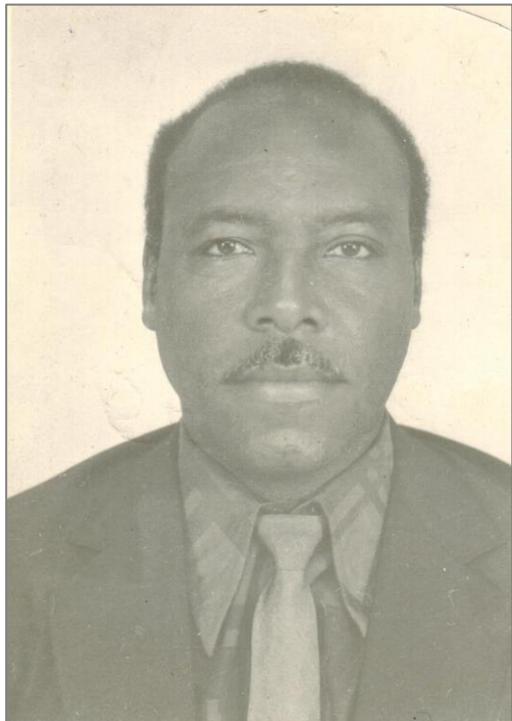
Em 1949 Joaquim Prudêncio e Filomena de Moraes passam a compor essa comissão que realizará anualmente esta celebração em praça pública até 1955, o clube se instituiu estatutariamente em 1956, período em que se iniciou a construção da sua sede própria. Dentre as poucas informações que se tem do período é possível afirmar que uma das figuras mais importantes da época tem como nome Nativo de Souza, que era considerado o negro mais bem relacionado do local (OLIVEIRA, 2012).

Nativo de Souza, era considerado um dos maiores líderes negros da época, principalmente por seus laços de amizade com políticos como Serafim de Carvalho (uma das mais importantes figuras políticas da época), como por sua alta capacidade de sociabilidade, algo incomum para a época, sendo responsável por convencer a classe política a apadrinhar o projeto que visava construir a sede para o clube.

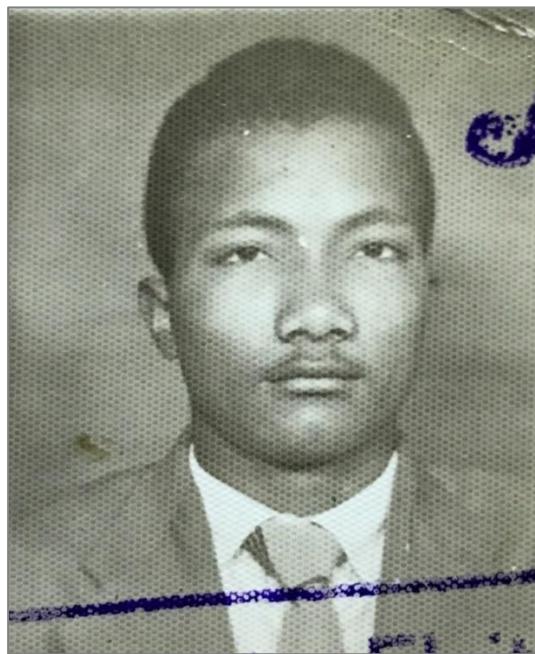
Figura 7. Jataí: Ex - Presidentes do clube 13 de Maio.



Antônio Cândido Soares (Diretor do Clube de Maio entre os anos 1965 e 1966)



José Leopoldino Moraes (Diretor do Clube 13 de Maio entre 1966 a 1967)



Orlando Aniceto de Rezende (Diretor do Clube 13 de Maio de 1967 a 1972)

Fonte: Museu Histórico de Jataí (2022)

Em 1957, o prefeito Luziano de Carvalho apresentou uma moção à Câmara dos Deputados, propondo a doação de um espaço para a construção do “Clube 13 de Maio”. A

primeira área doada para a construção do Clube foi a então Praça do Dispensário, atual Praça da Bandeira.

Após a doação da área para a construção da sede, foi firmado um acordo em que os líderes negros construiriam uma sede em no máximo três anos, o estatuto da instituição foi feito com o apoio do então prefeito Luziano de Carvalho. Segundo relatos tirados da obra de Oliveira (2012), não existiam negros alfabetizados na época, desse modo, o documento de criação do clube foi todo feito pelo prefeito, o então jovem branco acadêmico de direito advindo da capital do estado.

De acordo com Oliveira (2012), às origens do responsável pelo estatuto pode explicar o caráter tecnicista e burocrático do documento, no qual não há um aspecto ligado ao ativismo negro ou político e um pendor para a assistência social.

Em 1961 a sede do Clube é inaugurada (figura 8), dando início a uma série de atividades voltadas para negros e negras de Jataí. Tanto o Clube como os bailes do “13 de Maio”, tinham uma grande importância para a comunidade negra na época. Embora houvesse bailes o ano todo, a grande festa da comunidade era a Festa da Abolição, na qual contava com autoridades políticas da época e brancos da alta sociedade.

“Na verdade, tratava de um grande ritual pelo qual a cidade revivia o rito da abolição. Compondo-se de alvorada, escolha de uma senhorita branca, filha da elite local, a qual era convidada para representar a Princesa Izabel, e responsável por coroar a Rainha Negra (escolhida antecipadamente dentre aquela que conseguisse vender mais rifas), as comemorações terminavam num grande baile que varava a madrugada” (OLIVEIRA, p.7, 2012).

É notório que as comemorações do 13 de Maio, celebravam não somente a liberdade da população negra, como também das tradições e a cultura africana, sendo também uma forma de resistir e existir frente ao racismo e a discriminação tão presente no pós abolição. Ademais, os mesmos trouxeram para si o papel de protagonistas, a escolha da Rainha Negra é um exemplo disso (figura 9).

A escolha de uma rainha é muito simbólica para a comunidade negra, principalmente pela mulher negra ser vista como subordinada, desempenhando somente trabalhos braçais, domésticos e de esforço, que faz parte do processo de marginalização desta população.

Figura 8. Jataí: Primeira sede do clube 13 de Maio (1961)



Fonte: Museu Histórico de Jataí, 2022.

Figura 9. Jataí: Rainha Negra do Clube 13 de Maio de, 1965.



Fonte: Museu Histórico de Jataí, 2022.

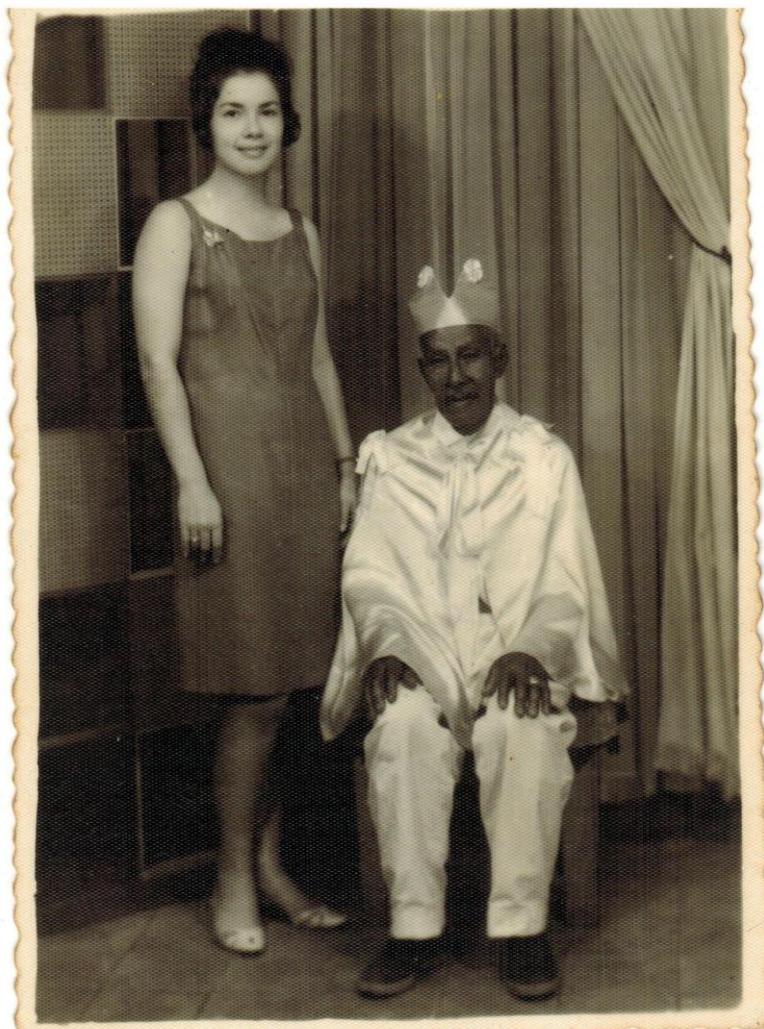
As festas realizadas no Clube 13 de Maio eram reconhecidas em todo município de Jataí e atraía pessoas de vários lugares de Goiás e também de outros estados. De acordo com o Sr.

José de 59 anos, descendente de um dos fundadores do Clube 13 de maio, para entrar no espaço do Clube existia regras de vestimenta.

“Segundo os relatos, eles também colocavam algumas restrições. A pessoa tinha que ir de termo. Teria que ser bem alinhado, não era como um “barzinho”(..). Tinha disciplina e tinha diretoria. Era organizado.” (José. 59 anos).

Para Oliveira (2012), essa relação de regras para as vestimentas possibilitava uma discussão sobre gênero e raça, pois as jovens que eram consideradas mais refinadas, eram as mulheres negras criadas pelas famílias tradicionais, como os Carvalhos, sugerindo uma possível tentativa em se adequar aos padrões de sociabilidade dos brancos da época.

Figura 10. Jataí: Participantes de uma das festas do Clube 13 de Maio (1966)



Fonte: Museu Histórico de Jataí.

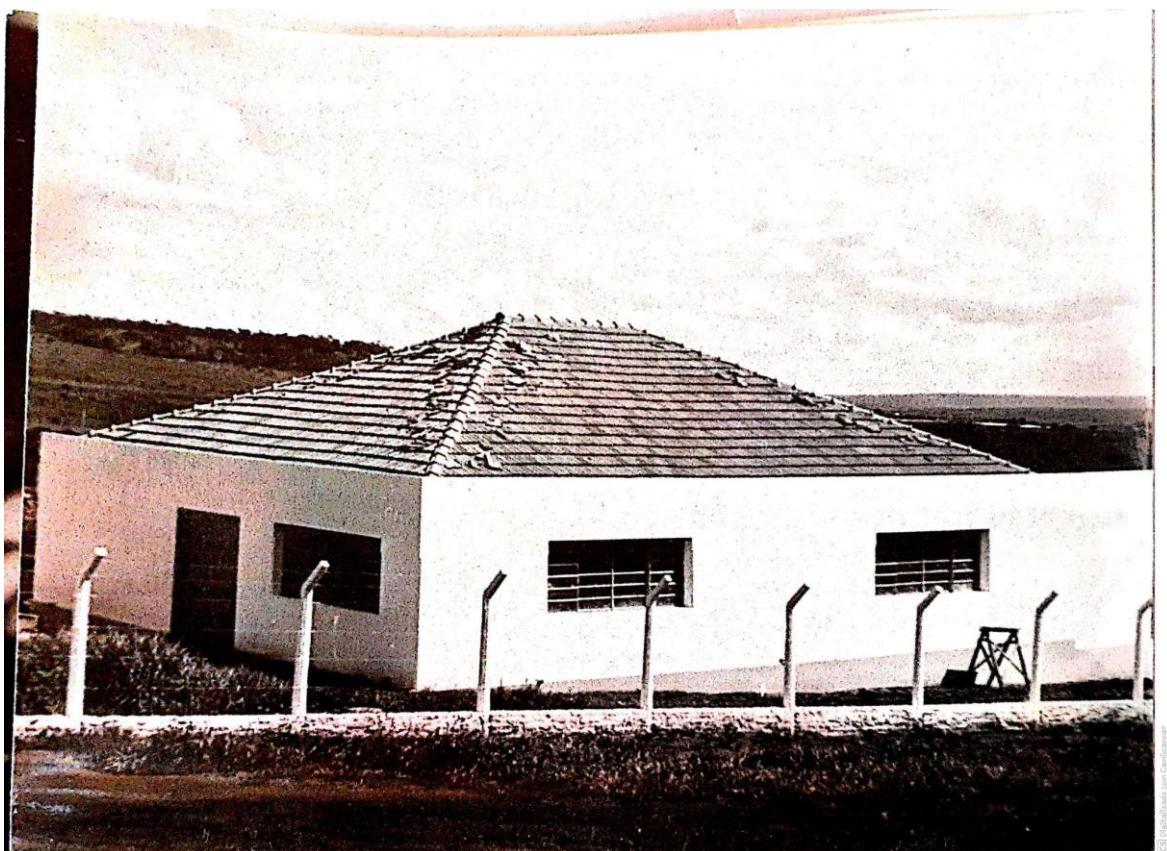
Para José, o clube 13 de Maio teve um impacto positivo para a população negra:

Eu acredito que foi positivo, porque dá uma maior estima. Por que quando as pessoas conseguem “agregar”, estarem todos juntos, sendo do mesmo nível social e poderem conversar, “fica” uma convivência melhor.

Na época isso foi um grande avanço. Só que aí vieram as novas gerações que, vamos dizer assim, não tiveram fibra para lutar e manter isso (José, 59 anos).

Em sua primeira fase o Clube 13 de Maio durou até o ano de 1971 (figura 11), quando o mesmo foi desapropriado em função da Lei Municipal 790 de 30 de abril, que estabelecia a construção da nova sede dos governantes municipais no local. A prefeitura ordena a demolição do imóvel com a promessa de construir novas instalações para o Clube em outra localidade.

Figura 11. Jataí: Sede do Clube 13 de Maio em 1971.



Fonte: Museu Histórico de Jataí, 2022.

Um novo espaço para o clube começou a ser construído, na área que hoje é a Vila dos Oficiais do Quartel, no entanto, a mesma foi demolida ante de ser finalizada, pois aquela área já havia sido cedida ao 41º Batalhão (MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ, 2019).

A última sede do Clube 13 de Maio foi construída e durou até o ano de 2012 sob o comando da Prefeitura, todavia, o clube já se encontrava descaracterizado, não era mais ligado ao movimento negro de Jataí, passando até mesmo a ser chamado de Clube dos Idosos, não mais de Clube dos Pretos.

Em 2012, o mesmo foi derrubado para dar lugar a uma nova filial do SESC (Serviço Social do Comércio), instituição que foi criada por empresários, que possui o objetivo de proporcionar aos trabalhadores do comércio e seus familiares qualidade de vida e bem-estar.

Embora o Clube como instituição tenha documentos que comprovam a posse de um terreno, até o ano de 2022 ainda não foi construída uma nova sede para o mesmo, todos os documentos estão sob posse do senhor José, descendente de Francisco Rezende Moraes, um dos fundadores do 13 de Maio. Parte desses documentos estão expostos no Museu Histórico de Jataí. O mesmo demonstrou um grande interesse em entregar esses documentos a alguém que possa tentar recuperar a sede do clube, bem como buscar um novo espaço de sociabilidade negra.

A possibilidade de socialização abriu portas para que a população negra em Jataí conseguisse driblar, até um certo ponto, as barreiras impostas pelo racismo e a discriminação. Além disso, a celebração da sua cultura e dos seus ancestrais advindos da África, desse modo cria-se uma forma de empoderamento que foi e ainda é importante dentro da luta contra a discriminação e desigualdades raciais.

A luta da população negra é muito importante dentro do processo de mitigar o abismo entre negros e brancos, resultado do período escravagista, no entanto, a violência, a discriminação e a marginalização dessa população no pós escravidão teve como resultado uma série de indicadores alarmantes, que demonstram antes de tudo, a forma como o racismo atua sob essa população na atualidade.

Analizar o movimento negro em Jataí é importante para que possamos entender um pouco da vivência da população negra nos pós abolição na cidade nos direcionando a dar um próximo passo na pesquisa e a entender como os mesmos vivem nos dias atuais.

Sendo assim, para que possamos entender o contexto social vivido pela população faz-se necessário analisar os dados fornecidos pelo Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com intuito demonstrar os indicadores socioeconômicas da população negra em Jataí.

4.2 Jataí e a segregação socioespacial: Indicadores sociais, desigualdades e vivências da população negra.

*Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
 "Cuidado, não voa tão perto do sol
 Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"
 O abutre quer te ver de algema pra dizer:
 "Ó, num falei?!"
 (Ismália - Emicida)*

Entender e analisar os indicadores populacionais é essencial na criação de mecanismos e políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais em Jataí, dessa forma, é necessário analisar e espacializar os dados disponibilizados pelo IBGE, como forma de compreender os limites e alcances da população negra no espaço urbano de Jataí (GO).

A cidade de Jataí, como visto anteriormente, surge em um contexto de expansão das atividades agropecuárias, principalmente em função da chegada das famílias “pioneiras”. Com o passar dos anos, o aumento da produção agrícola ocasionou a,

diversificação do comércio que cada vez mais se desenvolvia visando atender à necessidade crescente de insumos e implementos agrícolas. As lojas de venda de maquinários, fertilizantes, defensivos, sementes, entre outros produtos agrícolas foram se diversificando e crescendo (OLIVEIRA, 2021, p. 35).

Ao passo em que houve uma crescente aposta de empresas do ramo agrícola em Jataí, observou-se muitas mudanças nas relações de trabalho, houve maior busca pela cidade por parte de trabalhadores rurais e de outros advindos de localidades distintas. Segundo Santos (1994, p. 125 e 126), a divisão do trabalho é um dos fatores que reconfiguram o espaço, pois exige uma disposição específica dos objetos geográficos. Santos (1994) aponta que:

A divisão do trabalho é uma das categorias fundamentais da economia política e é, também, uma das chaves para a explicação da distribuição, sobre a Terra, dos homens e das atividades. As divisões sucessivas do trabalho ensejam uma determinada disposição dos objetos geográficos, dando-lhes, a cada momento um valor novo. As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial (SANTOS, 1994, p. 125 e 126).

Sobre as mudanças ocorridas em Jataí, em função das atividades agrícolas, Melo (2003, p. 142-143) afirma que:

Se, juntamente com a implantação das técnicas agrícolas modernas, vieram para Jataí empresas, instituições educacionais, de pesquisa e de crédito e migrantes em geral, isto significou, portanto, que houve a instalação de “novos” grupos sociais, diferentes

dos que existiam no período anterior, ou seja, aquele regido no âmbito econômico pela agropecuária tradicional, cujas representações se faziam pela imagem do fazendeiro com extensas propriedades, criador de gado bovino e produtor de produtos agrícolas tradicionais. A cidade era a referência para as compras de produtos manufaturados, local da administração política e da manifestação cultural e religiosa. Porém, não era efetivamente o local de moradia da maior parte de população e não se destacava nas atividades econômico-produtivas. Os grupos sociais que representam a “nova” forma de produzir no campo são diferentes pelo próprio contexto em que estão inseridos, ou seja, o da expansão da economia capitalista mundial e do desenvolvimento da economia nacional com bases na urbanização e industrialização e, em nível local, o contexto é o da consolidação das relações capitalistas de produção. Esses agentes socioespaciais são também compostos por migrantes, e assim como os pioneiros mineiros e paulistas que ocuparam as terras no sudoeste goiano no século XIX, os novos migrantes trouxeram nas bagagens os aspectos das suas culturas, valores, religiosidade e costumes. Sendo, então, efetivamente, residentes urbanos, intensificaram e contribuíram com a ampliação das relações na vida urbana à medida que necessitaram de clubes para o lazer e manifestação cultural, templos religiosos, serviços de educação, saúde, entre outros.

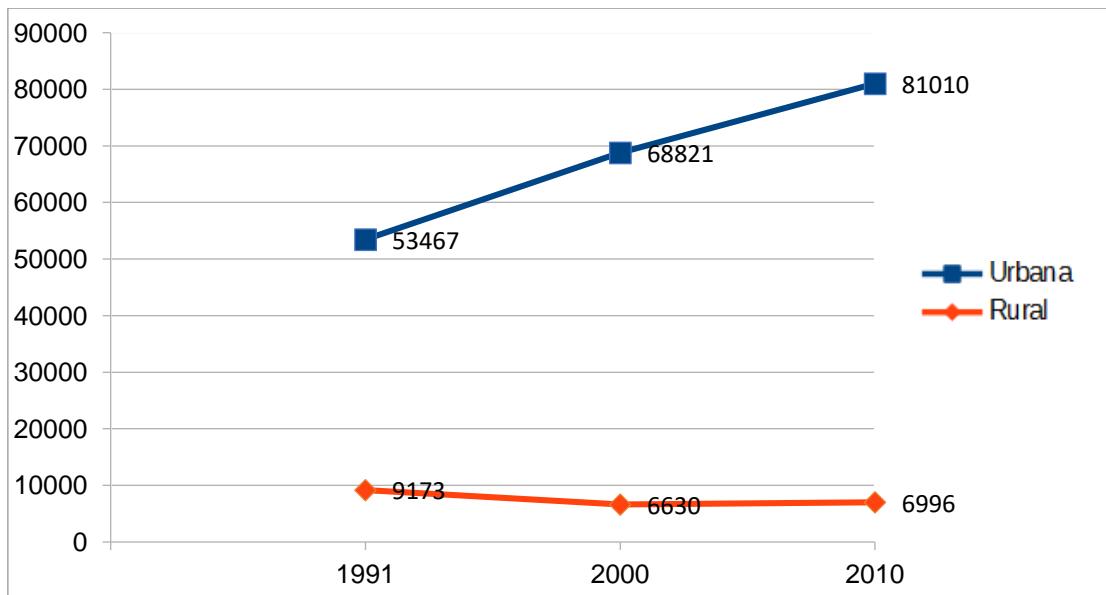
Desse modo, o desenvolvimento dessas atividades foi acompanhando de uma modernização no município, bem como um crescimento populacional que levou a uma transformação no espaço urbano da cidade. Para Oliveira (2021), o espaço urbano sofreu mudança por estar integrado com o rural.

Tanto os ritmos de desenvolvimento do meio rural quanto urbano estiveram desde sempre integrados, promovendo uma interdependência entre ambos. Estas influências além de contribuírem com a modernização do campo impactaram no crescimento da cidade, na diversificação de sua rede de serviços e também no modo como o solo passou a ser apropriado e utilizado no ambiente urbano (Oliveira, 2021. p. 13).

Em função das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura, houve um uma consolidação do modelo de produção capitalista e do êxodo rural, dessa forma, ocorreu diminuição da população residente na área rural e consequentemente aumento das pessoas na área urbana da cidade.

O crescimento populacional na área urbana de Jataí se deu principalmente entre os anos de 1991 a 2010, no qual a população teve um salto de 53.467 para 88.006 pessoas, no meio rural houve um decréscimo da população, passando de 9173 em 1991, para 6996 em 2010 (gráfico 7).

Gráfico 7. Jataí: População urbana e rural de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2020). Organizado pela autora (2022).

Para o mercado de trabalho o êxodo rural foi benéfico, pois aumentou a mão de obra disponível, ademais houve um avanço no comércio local com a chegada de mais pessoas, entretanto, essas melhorias vieram acompanhadas do aumento de problemas na área urbana de Jataí, tais como, falta de infraestrutura básica como tratamento de água e esgoto, coleta lixo, falta de empregos para todos, ruas não pavimentadas, aumento da criminalidade, aumento da pobreza, defasagem em serviços essenciais como atendimento médico-hospitalar, entre outros (OLIVEIRA, 2021).

Além dos problemas citados, outra problemática que emergiu foi a segregação socioespacial, esta refere-se a marginalização e/ou periferização de uma parcela da população por fatores econômicos, históricos e raciais dentro das cidades, ou seja, nesse processo um grupo de pessoas ficam isolados dos demais.

Sobre esse processo Roma (2008), afirma que a mesma pode ser datada desde a Revolução Industrial,

quando a classe trabalhadora vivia em condições insalubres de moradia, separada da classe detentora dos meios de produção. No século XXI, ele se mantém e se aprofunda devido a processos como o da terceirização e da internacionalização da economia, ao surgimento de novas tecnologias, que substituem o trabalho humano, a regulações econômicas, que geram o aumento do desemprego, à ampliação do setor informal da economia e à precarização do trabalho (ROMA, 2008, p. 31).

Segundo Corrêa (2003), o espaço urbano trata-se de um ambiente fragmentado, apontado como um campo de luta de uma sociedade conflitante e desigual. Castells (2000), afirma que a sociedade que tem como sistema dominante o modo de produção capitalista, e

desse modo as relações sociais também serão regidas por esse sistema. Desse modo, a cidade capitalista expressa os conflitos sociais e relações econômicas, estas estão totalmente ligadas ao acesso ao solo urbano.

Na cidade capitalista, o acesso ao solo urbano se faz principalmente mediante a posse de renda monetária, na qual a propriedade privada e a mercadoria *sui generis* tem preço regulado pelo mercado financeiro (ZACCHI, 2014). Assim, “inicialmente podemos dizer que o preço da terra é determinado pelo poder do proprietário de controlar sua demanda (renda absoluta) e pela disposição do usuário remunerar aquele proprietário em termos de valor de uso e de valor de troca” (SILVA, 1992, p. 54- 5).

Carlos (1999, p.175) afirma que,

O espaço enquanto mercadoria, regulado pelas leis de mercado, tem alterado o uso que dele se faz e, consequentemente, o acesso da sociedade a ele. Assim, “o valor de troca se impõe ao uso do espaço na medida em que os modos de apropriação passam a ser determinados, cada vez mais, pelo mercado” (CARLOS, 1999, p.175).

Em cidades de médio porte como Jataí, embora a segregação socioespacial não aconteça como em cidades grandes que pode ser notada mais nitidamente, por meio da presença de favelas, por exemplo, a mesma possui algumas semelhanças como a constituição de condomínios fechados e a separação entre ricos e pobres por meio da relação centro-periferia.

De acordo com Silva (2009), a cidade de Jataí é um ambiente segregado, no qual o principal fator é a renda, ou seja, quanto maior o rendimento, melhor será a infraestrutura das habitações, bem como o espaço em que elas se localizam.

Sobre isso, Oliveira (2022, p. 70), afirma que na cidade de Jataí o que se destaca é “a existência de uma separação por classes econômicas, a qual se constitui enquanto um processo de segregação que pode ser explicado pela separação de grupos dentro do espaço urbano, tendo em conta aspectos econômicos, principalmente”.

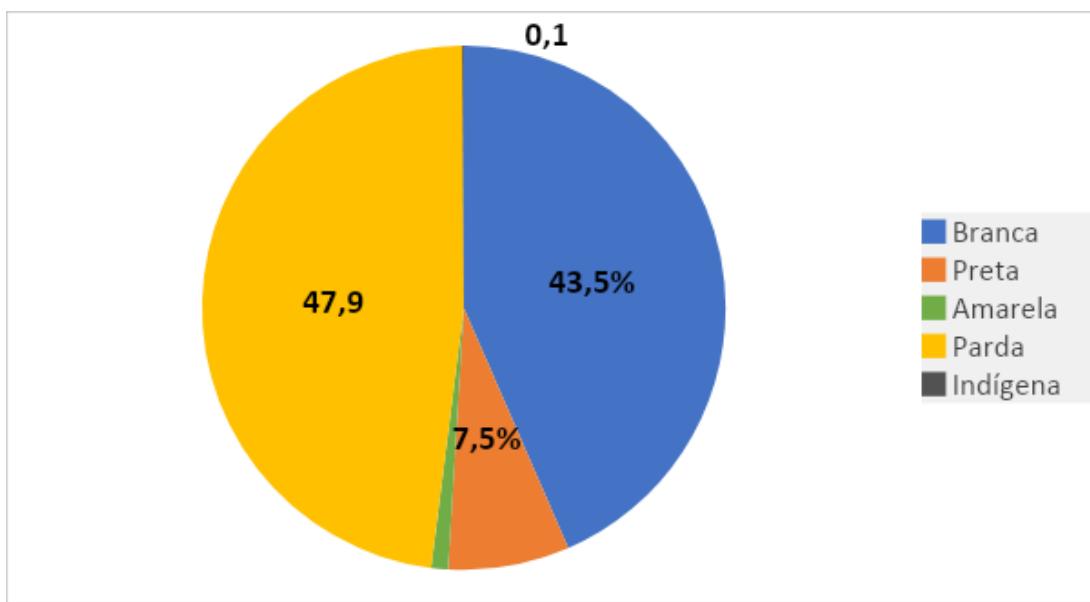
Desse modo o espaço urbano de Jataí é constituído por meio de relações de poder econômico, e de outros agentes sociais. Antes de entrarmos no foco principal da pesquisa, que é a segregação da população negra. O presente estudo analisou um pouco da relação entre renda e espaço urbano, com o objetivo de traçar um paralelo entre segregação socioespacial e raça.

Para pesquisa foi utilizado a base de dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo IBGE. Esses bancos de dados são fonte de informações importantes sobre as características internas do país, dos estados e também das cidades. Estas informações são imprescindíveis para a criação de políticas públicas e estratégias para o enfrentamento dos problemas urbanos e sociais.

Nesse sentido, a presente pesquisa trabalha com os dados georreferenciados de renda, cor/raça e escolaridade fornecidos pelo censo de 2010. Para a discussão foi considerada a área urbana da cidade, que de acordo com a Prefeitura Municipal de Jataí, possui 107 bairros, como apresentado no mapa 2 e no quadro 2.

Em 2010, Jataí, possuía uma população de 88.006 habitantes. Desses, 38.245 são pessoas brancas, 6.593 autodeclarados pretos, 42.148 habitantes de cor parda, 916 pessoas de raça amarela e 90 habitantes autodeclarados indígenas (gráfico 8).

Gráfico 8. Jataí: Índice de população por cor/raça, 2010.

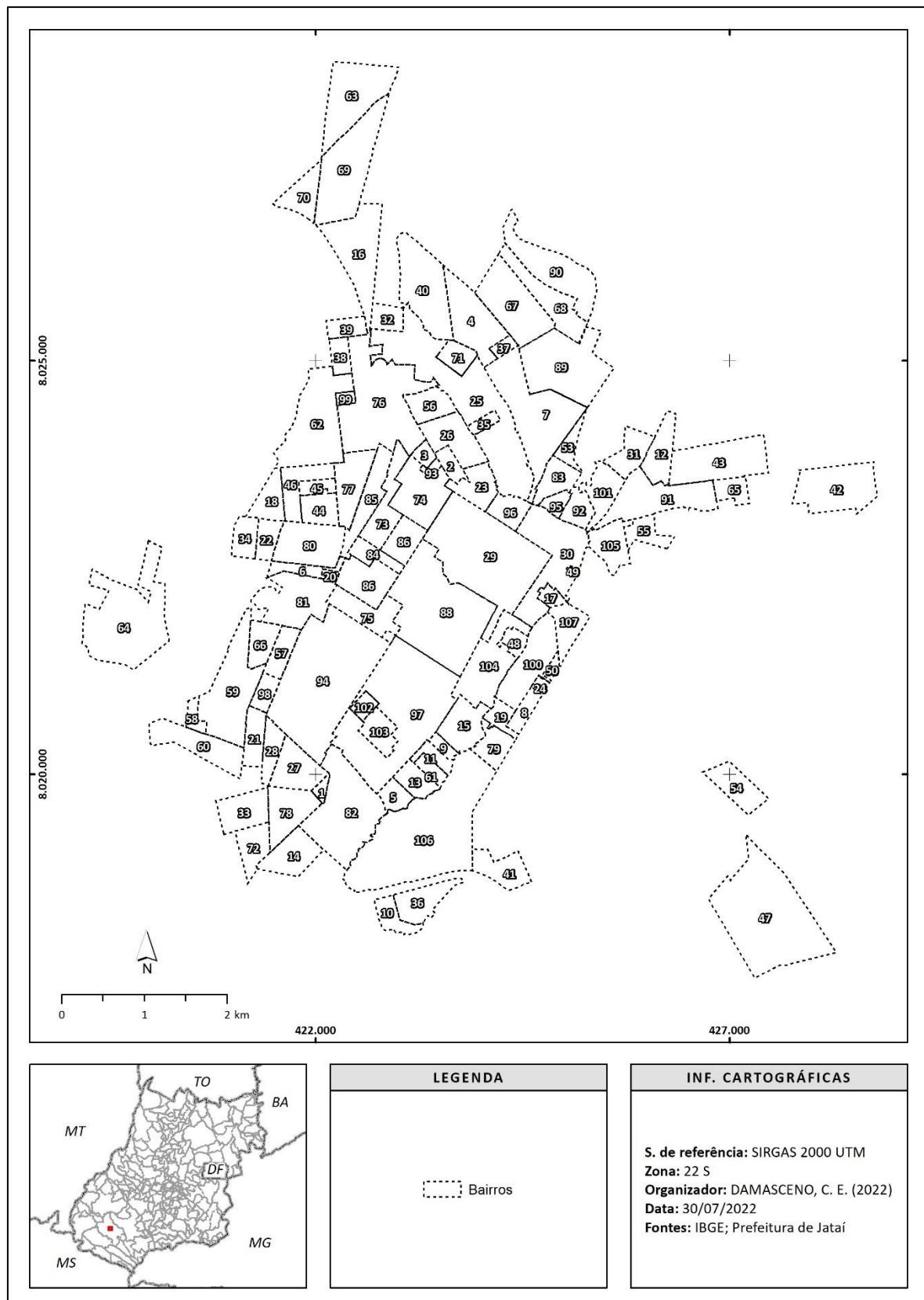


Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

Dentro da perspectiva da segregação socioespacial, é possível observar que no espaço urbano de Jataí a mesma se dá por meio da relação centro-periferia. Nessa estrutura, as partes centrais são melhores equipadas, enquanto a periferia sofre com uma desfasagem dos serviços essenciais.

Sobre isso Sposito (p. 114), afirma que essa estrutura acontece “no âmbito das quais as áreas centrais são caracterizadas como as melhores equipadas e as periferias pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva”. Dessa forma, a renda assume um papel de grande importância na estruturação do espaço urbana e na disposição das residenciais na cidade de Jataí.

Mapa 2. Jataí: Espacialização dos bairros em 2021.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí, 2021. Organização: Damasceno, 2022.

Quadro 3. Jataí: Lista de bairros de 2021.

BAIRRO	Nº	BAIRRO	Nº
BAIRRO AIMBIRÉ GONÇALVES DE LIMA	1	RESIDENCIAL ALTO DAS ROSAS	55
BAIRRO BELA VISTA	2	RESIDENCIAL BANDEIRANTES	56
BAIRRO BELA VISTA II	3	RESIDENCIAL BARCELONA	57
BAIRRO COLMÉIA PARK	4	RESIDENCIAL DAS ABELHAS	58
BAIRRO CORDEIRO	5	RESIDENCIAL DAS BRISAS	59
BAIRRO DAS MANSÕES	6	RESIDENCIAL DAS BRISAS II	60
BAIRRO DOM ABEL	7	RESIDENCIAL ELDORADO	61
BAIRRO DOM BENEDITO D. COSCIA	8	RESIDENCIAL FLAMBOYANT	62
BAIRRO FERNANDES	9	RESIDENCIAL IMPERIAL	63
BAIRRO FRANCISCO ANTÔNIO	10	RESIDENCIAL JARDIM DOS IPÊS	64
BAIRRO HAMILTON NUNES	11	RESIDENCIAL JARDIM JATAÍ	65
BAIRRO JACUTINGA	12	RESIDENCIAL MORADA DO SOL	66
BAIRRO JARDIM AMÉRICA	13	RESIDENCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	67
BAIRRO JARDIM FLORESTA	14	RESIDENCIAL PARQUE DOS VENTOS	68
BAIRRO JARDIM MAXIMIANO	15	RESIDENCIAL PORTAL DO SOL 1 ^a ETAPA	69
BAIRRO JARDIM PARAISO	16	RESIDENCIAL PORTAL DO SOL 2 ^a ETAPA	70
BAIRRO JARDIM PRIMAVERA	17	RESIDENCIAL RECANTO DA MATA	71
BAIRRO JOSÉ BENTO	18	RESIDENCIAL SETOR SUL	72
BAIRRO JOSÉ ESTEVAN	19	SETOR AEROPORTO	73
BAIRRO JOSE FERREIRA	20	SETOR ANTENA	74
BAIRRO POPULAR	21	SETOR DIVINO ESPÍRITO SANTO	75
BAIRRO PRIMAVERA II	22	SETOR EPAMINONDAS I	76
BAIRRO SANTA LUCIA	23	SETOR EPAMINONDAS II	77
BAIRRO SANTA ROSA	24	SETOR FABRINY	78
BAIRRO SANTA TEREZINHA	25	SETOR GEDA	79
BAIRRO SANTO ANTÔNIO	26	SETOR GRANJEIRO	80
BAIRRO SERRA AZUL	27	SETOR HERMOSA	81
BAIRRO SODRE	28	SETOR INDUSTRIAL	82
CENTRO	29	SETOR JARDIM DA LIBERDADE	83
CENTRO - Parte Baixa	30	SETOR OESTE	84
COLINAS	31	SETOR PLANALTO	85
CONJ. RESIDENCIAL COHACOL	32	SETOR SAMUEL GRAHAM	86
CONJ. RESIDENCIAL COHACOL 5	33	SETOR SAMUEL GRAHAM	87
CONJ. RESIDENCIAL CYLLENEO FRANÇA	34	SETOR SANTA MARIA	88
CONJ. RESIDENCIAL DORIVAL DE CARVALHO	35	SITIO RECREIO ALVORADA	89
CONJ. RESIDENCIAL ESTRELA DALVA	36	TERRAS DE TOSCANA	90
CONJ. RESIDENCIAL FILOSTRO MACHADO	37	VILA BRASÍLIA	91
CONJ. RESIDENCIAL JARDIM GOIAS	38	VILA CAMPO NEUTRO	92
CONJ. RESIDENCIAL JARDIM GOIAS II	39	VILA CARLA	93

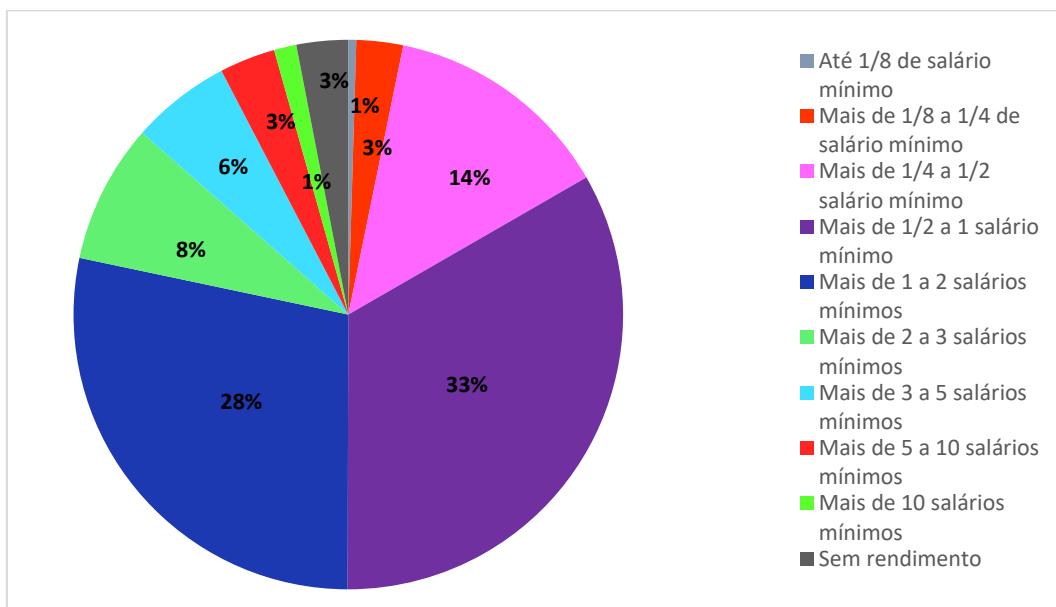
CONJ. RESIDENCIAL MAURO BENTO	40	VILA FÁTIMA	94
CONJ. SEBASTIÃO HERCULANO DE SOUZA	41	VILA FREI DOMINGOS	95
CONJUNTO CIDADE JARDIM II	42	VILA IRACEMA	96
CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE JARDIM	43	VILA JARDIM RIO CLARO	97
CONJUNTO RIO CLARO I	44	VILA LUIZA	98
CONJUNTO RIO CLARO II	45	VILA MUTIRÃO	99
CONJUNTO RIO CLARO III	46	VILA OLAVO	100
DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE JATAÍ	47	VILA PALMEIRAS	101
LOT. JOÃO RODRIGUES DA CUNHA	48	VILA PARAÍSO I	102
LOTEAMENTO BENTA CAMPOS	49	VILA PARAÍSO II	103
LOTEAMENTO CARVALHO	50	VILA PROGRESSO	104
NAVESLÂNDIA	51	VILA SÃO PEDRO	105
NOSSA SENHORA DO CARMO	52	VILA SOFIA	106
NOVA ESPERANÇA	53	VILA TRÊS MARIAS	107
RECANTO ALVORADA (Sítios de Recreio)	54		

Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí, 2021. Organizado pela autora, 2022.

Como a segregação acontece principalmente pelo fator renda, faz-se necessário analisarmos o rendimento da população em Jataí (GO). Ressaltamos que o salário mínimo que foi utilizado possui o valor de R\$ 510,00, referente ao ano de 2010. A classe de rendimento analisada foi a de responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

Por meio da pesquisa, foi possível identificar que cerca de 61% da população recebe entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos. No qual, 33% possui um rendimento de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e 28% recebe de 1 a 2 salários mínimos, como apresentado no gráfico 9.

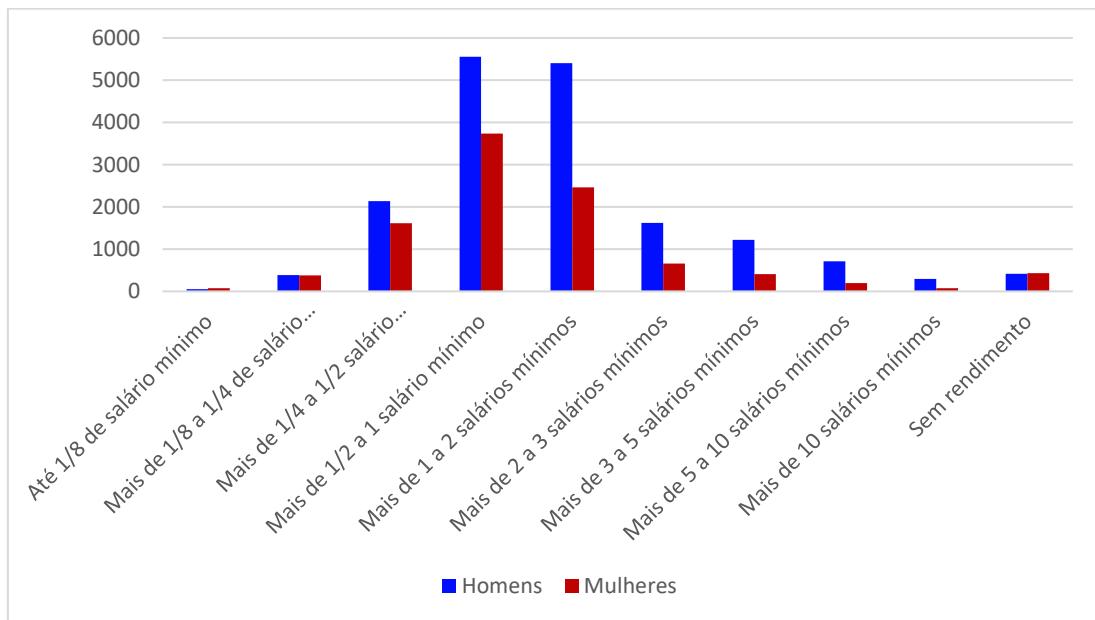
Gráfico 9. Jataí: Rendimento populacional per capita, 2010.



Fonte: Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

Em Jataí, quando comparamos rendimento entre os gêneros (gráfico 10), embora a maior parte de homens e mulheres recebam entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos, as mulheres aparecem mais na categoria de $\frac{1}{2}$ a 1 salário, enquanto os homens estão mais presentes na categoria de 1 a 2 salários. Ademais, há uma presença maior de homens que recebem acima de 10 salários mínimos. Desse modo, pode-se afirmar que homens ganham mais do que as mulheres.

Gráfico 10. Jataí (GO): Rendimento populacional per capita segundo gênero, 2010.



Fonte: Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

O panorama de Jataí segue o mesmo padrão brasileiro, demonstrando as desigualdades de gênero que também estão presentes no país. De acordo com dados do IBGE, homens e mulheres possuem um rendimento desigual dentro do mercado de trabalho, no qual o homem ocupa uma posição de privilégio em relação as mulheres.

Para Negri (2008), a ocorrência de discriminação no mercado de trabalho está relacionada a valores discriminatórios e irracionais de tratamento desiguais de trabalhadores que são igualmente produtivos, resultando em uma maximização e/ou minimização do lucro.

No Brasil, a discriminação acontece não com “minorias”, como são normalmente taxados, pelo contrário, é um problema que abrange a maioria da população. De acordo com PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2019, as mulheres são a maioria, somando 51,8% da população.

Em Jataí, de acordo com o último Censo Demográfico (2010), as mulheres também representam a maior parte da população, sendo 44.045 pessoas do sexo feminino e 43.961 do sexo masculino.

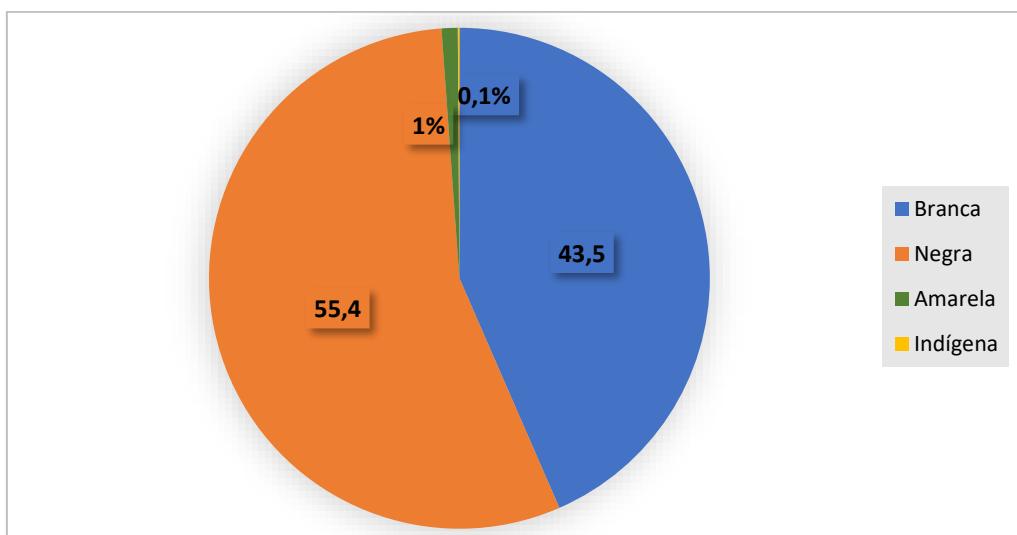
A desigualdade se insere também em outras categorias que representam maior parte da população, como as pessoas de cor ou raça negra (objeto de estudo da presente pesquisa). Aqui inserimos a categoria raça, que aparece como um agente social que atua na produção do espaço. Desse modo, faz-se necessário analisar os indicadores sociais da população negra, pois são esses indicadores que vão demonstrar qual espaço essa população ocupa dentro da área urbana de Jataí.

Na presente pesquisa utilizamos a categoria *negros* (aqui definidos como o grupo de pretos e pardos adotada pelo IBGE), desse modo há 48.741 habitantes autodeclarados negros em Jataí (GO), ou seja, a maior parte da população residente na cidade é negra, somando 55,4% da população total (gráfico 11).

[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à [...] importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002, p. 13).

Ressaltamos que o IBGE utiliza a autodeclaração para avaliar a cor/raça da população. De acordo com Rios (2018, p. 223), “a autodeclaração étnico-racial é o método de identificação racial que tem como pressuposto a ideia de que a identidade racial se relaciona à subjetividade, cabendo somente ao indivíduo atribuir-se à identidade”.

Gráfico 11. Jataí: Índice redefinido de população por cor/raça, 2010.

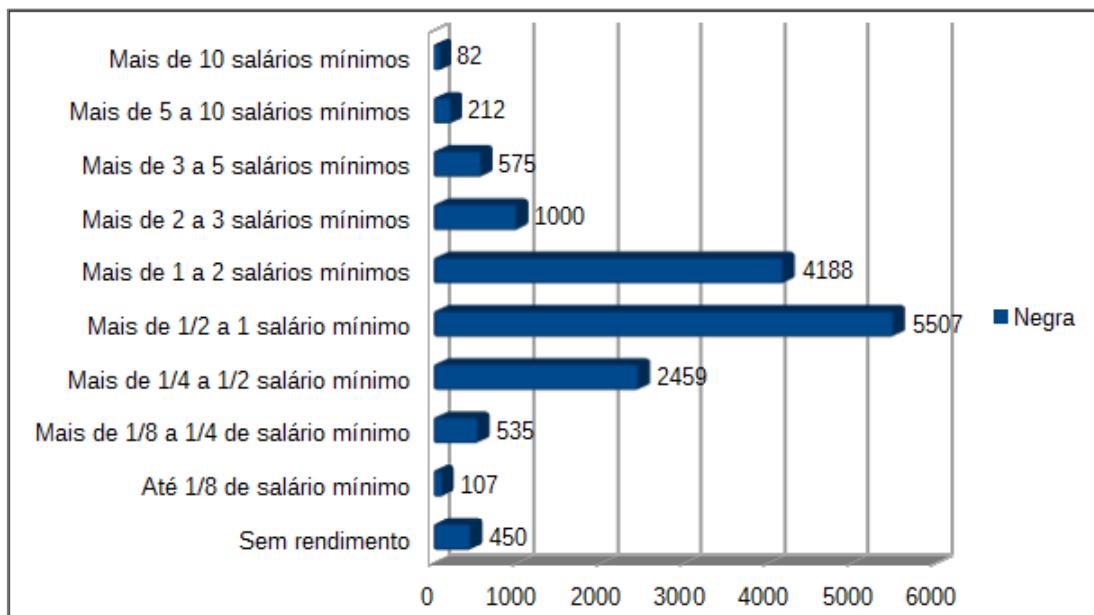


Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora, 2022.

Ao analisarmos o rendimento da população negra, é possível perceber que a maior parte da população recebe entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos. No qual a maioria dos responsáveis por domicílios recebe de $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, somando 5507 pessoas como apresenta o gráfico 12.

Nota-se que a medida em que o rendimento aumenta, há uma queda no número de pessoas negras. Dentre todas as categorias que podem ser observadas, há uma baixa representatividade de residentes de cor ou raça negra que recebem 10 ou mais salários-mínimos. Para o ano de 2010, somente 82 pessoas negras recebiam mais de 10 salários mínimos, o que difere a população negra da branca, pois a última possui uma presença maior nessa categoria.

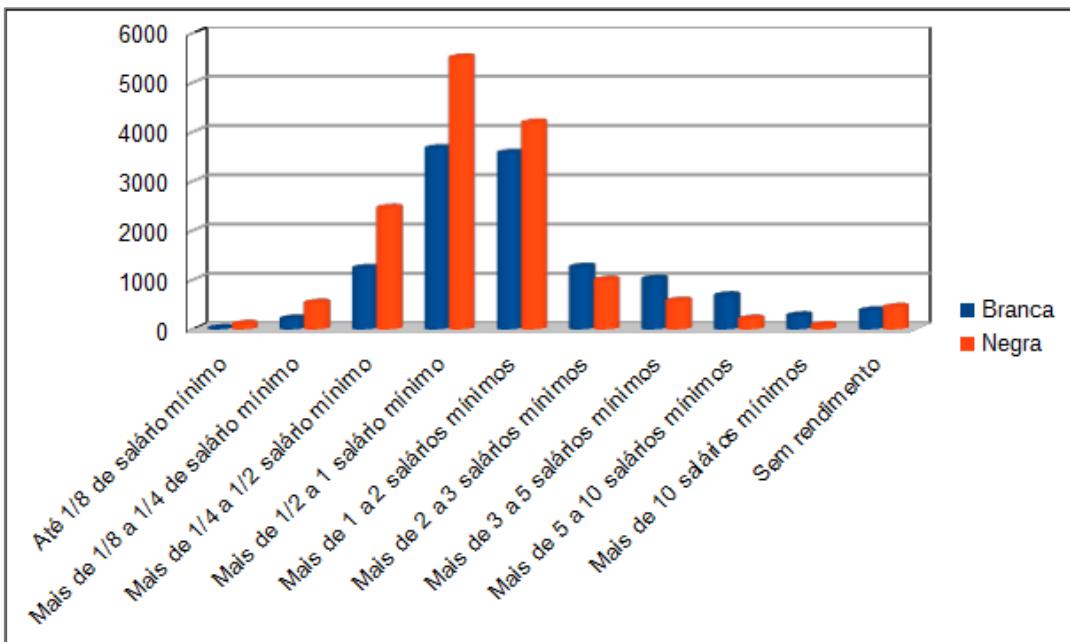
Gráfico 12. Jataí: Rendimento populacional dos residentes de cor ou raça negra, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

Ao compararmos o rendimento da população negra com o da população branca nota-se algumas diferenças. Embora haja também uma grande quantidade de pessoas brancas nas categorias que recebem de $\frac{1}{2}$ e 1 salário-mínimo e também de 1 a 2 salários-mínimos, é possível observar que há uma quantidade maior de pessoas brancas que recebem de 2 a 10 salários-mínimos. Enquanto nas categorias de menor salário a população negra ocupa um grande espaço, quando observamos os maiores salários, há uma presença maior de pessoas brancas (Gráfico 13).

Gráfico 13. Jataí: Rendimento populacional de cor ou raça negra e branca, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

Este panorama indica a desigualdade no mercado de trabalho, que acaba por colocar negros e brancos em posições desiguais, nas quais, o negro ocupa os piores cargos. Dessa forma, pode-se afirmar que as características físicas, financeiras e fenotípicas exercem um papel importante tanto para a entrada no mercado de trabalho, quanto para a definição da remuneração dessas pessoas, em função da existência de preconceitos arraigados na sociedade (CACCIAMALI; HIRATA, 2005).

Além de assumirmos a existência de preconceitos que estão enraizados na sociedade, é necessário reconhecermos o racismo estrutural presente nas relações sociais, bem como no mercado de trabalho, esse é o primeiro passo para superarmos estas desigualdades.

Para Almeida (2017), o racismo estrutural pode ser definido como uma forma de violência que é reproduzida no tecido social, não de forma direta e escancarada, mas nas formas institucionais e culturais. Para Batista (2018, p. 3), o racismo pode ser dividido em três,

individualista, pela qual o racismo se apresenta como uma deficiência patológica, decorrente de preconceitos; institucional, pela qual se conferem privilégios e desvantagens a determinados grupos em razão da raça, normalizando estes atos, por meio do poder e da dominação; e estrutural que, diante do modo “normal” com que o racismo está presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, faz com que a responsabilização individual e institucional por atos racistas não extirpar a reprodução da desigualdade racial.

Silva (2020. p. 20-21), afirma que “o racismo estrutural é um regime que oprime as pessoas racializadas como não brancas à custa da produção e garantia de benefícios sistêmicos para sujeitos”. Dessa forma, fica claro que o racismo estrutural está atrelado a pilares de privilégios por parte do grupo dominante, que utiliza desses privilégios dentro de normas e instituições para se manter no topo da pirâmide social brasileira (SILVA, 2020). Desse modo, o racismo não se trata somente de um ato isolado que se encerra nas relações interpessoais e subjetivas e sim de uma estrutura relacionada a distribuição de recursos e disputa de poder.

Conceituar o racismo estrutural no Brasil, nos permite entender que todas as relações políticas, sociais e econômicas e institucionais são atreladas a questões raciais. Assim, “o racismo não é apenas um recorte, algo lateral nas nossas relações. Ele é o elemento central das desigualdades vigentes no Brasil, é princípio estruturador e estruturante das nossas relações” (SILVA, 2020. p. 22; apud ALMEIDA, 2018).

Quando questionados a respeitos das relações de desigualdade, alguns dos entrevistados citaram o mercado de trabalho como um dos pontos, onde as disparidades nesse meio podem ser observadas nitidamente em Jataí.

As dificuldades maiores que eu acho que a gente enfrenta aqui é a questão do emprego. E sim, tem tudo haver com ser negro. A gente não consegue um bom emprego. Inclusive no emprego público, pra nós negros sempre sobra os piores trabalhos, discriminação, somos tratados diferente. E a gente tem consciência. Bom alguns não tem consciência de que seja apor isso. Mas eu tenho consciência de que todas essas barreiras existem porque somos negros (Adriana, 57 anos).

Para Brenda (25 anos), ingressar no mercado de trabalho não foi uma tarefa fácil, visto que a mesma se sentiu, por várias vezes discriminada, como afirma a mesma:

Eu estava em uma transição... mudança de emprego, e eu sempre senti que no grupo de pessoas que estavam no processo seletivo, eu era muito diferente. Eram todas pessoas brancas, que, querendo ou não, são privilegiadas. Vários cursos e várias indicações. Então eu demorei pra passar em um processo seletivo. Então, a gente sente que existe um olhar diferente para nós. No meu antigo emprego só tinha eu e mais uma pessoa que não era branca. E no meu atual emprego, só eu (Brenda, 25 anos).

Quanto ao mercado de trabalho, Aline (19 anos), também afirma:

É muito difícil achar um negro trabalhando no mesmo lugar que o branco, tendo o mesmo privilégio que o branco. Ver uma pessoa negra exercendo o poder aqui em Jataí. Muito difícil. Pode ir na Câmara que a única pessoa negra que você vai achar é a que está limpando o chão infelizmente (Aline, 19 anos).

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, por parte da população negra, influencia diretamente o rendimento desta população, se há uma desvantagem das pessoas negras ingressam em empregos formais, haverá também uma renda desigual.

Conforme apresentado, as mulheres recebem menos do que homens em Jataí, no entanto, quando adicionamos a categoria raça e a correlacionamos com o gênero é possível observar que mulheres negras recebem menos do que mulheres brancas.

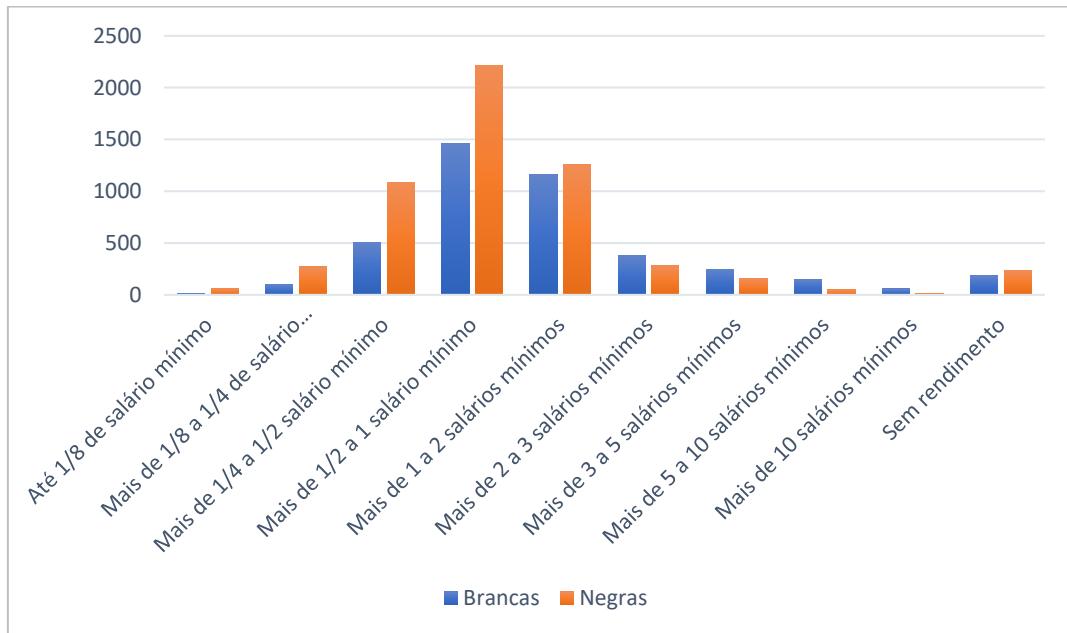
Dentro das categorias analisadas, as mulheres negras são maioria entre as menores rendas, que variam de sem rendimento a 2 salários mínimos, no entanto, quando observamos os salários maior de 2 a mais de 10 salários mínimos nota-se uma presença maior de mulheres brancas (Gráfico 14). Desse modo, é possível afirmar que as mulheres negras ocupam um local de desigualdade não somente em relação as mulheres brancas, como também aos homens.

Na desigualdade por gênero e raça, não há novidade sobre o fato das mulheres negras ganharem menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas saem do mercado mais tarde, se aposentam em menores proporções que os homens e há mais mulheres negras idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão. Isto reflete as condições em que estas mulheres estão no mercado brasileiro (PINTO, 2006, p.4).

O racismo estabelece uma relação de inferioridade da população negra, principalmente da mulher negra, que opera como um fator de “divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (PINTO, 2006, p. 3). Nesse sentido Carneiro (2003) afirma que:

o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Gráfico 14. Jataí: Rendimento populacional de mulheres de cor ou raça negra e branca, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022

A renda pode ser influenciada por diversas questões, e nesta pesquisa apontamos a escolaridade como uma das principais. Estudos como de Ribeiro (2017), apontam que a escolaridade tem impactos positivos dentro do nível de remuneração, no qual para cada ano estudado aumenta-se também a renda do indivíduo. Sendo assim, a escolaridade é um aspecto importante a ser analisado para entendermos a desigualdade de rendimento entre negros e brancos em Jataí.

A pesquisa demonstra que Jataí possui uma alta taxa de alfabetização, sendo 93,5% da população alfabetizada. No qual, 93,1% dos homens são alfabetizados, contra 93,8% das mulheres. Somente 6,5% da população de Jataí não é alfabetizada. Quando comparamos a taxa de alfabetização da população negra com a da população branca nota-se algumas diferenças, enquanto pessoas de cor ou raça branca somam 5% de pessoas não alfabetizados, para população negra esse número sobe para 9%, como demonstrado no gráfico 15 e 16.

A escolaridade é um dos mecanismos principais de ascensão social, e a mesma tem impactos positivos na vida da população negra em Jataí, sendo assim, é evidente que a educação assume um papel fundamental na melhoria de vida da população negra

Eu me sinto privilegiado, por que eu realmente tenho acesso a muita coisa. Graças a universidade pública e ao serviço público. Nem todos os negros que eu conheço tiveram acesso a isso. Inclusive, eu conheço e tenho parentes próximos que não tiveram acesso a educação. O acesso a educação deles foi negado (Luan, 26 anos).

O mesmo afirma também que:

Eu consigo me impor por ser letrado. Por entender meu espaço. Mas já passei inúmeras vezes, quando eu era mais jovem, por situações terríveis na rua. Como pessoas trocarem de calçada e etc. (Luan, 26 anos).

Com base nisso, podemos afirmar que educação ocupa um espaço importante não somente em relação a ascensão social, mas também no âmbito da luta da população negra por seus direitos.

Gráfico 15. Jataí: Índice de alfabetizados e não alfabetizados da população de cor ou raça negra, 2010



Gráfico 16. Jataí: Índice de alfabetizados e não Alfabetizados da população de cor ou raça branca, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2022.

Sendo a segregação socioespacial um processo que acontece principalmente pelo fator renda, podemos afirmar que a população negra se torna mais vulnerável dentro do espaço urbano de Jataí, por apresentar os menores índices de rendimento. Se para morar é necessário pagar pelo solo, a população negra passa a ter uma desvantagem dentro do espaço urbano da cidade, o que pode levar essas pessoas a ocuparem áreas com uma infraestrutura urbana mais precária.

Nesta pesquisa, assim como para Ferreira e Ratts (2017), entendemos a segregação como um dos processos urbanos capitalistas, que “se correlaciona aos espaços mais ou menos demarcados pelas relações raciais entre brancos e negros, influenciando a vida na cidade, sobretudo o exercício do direito” (Ferreira; Ratts, 2017. p.172).

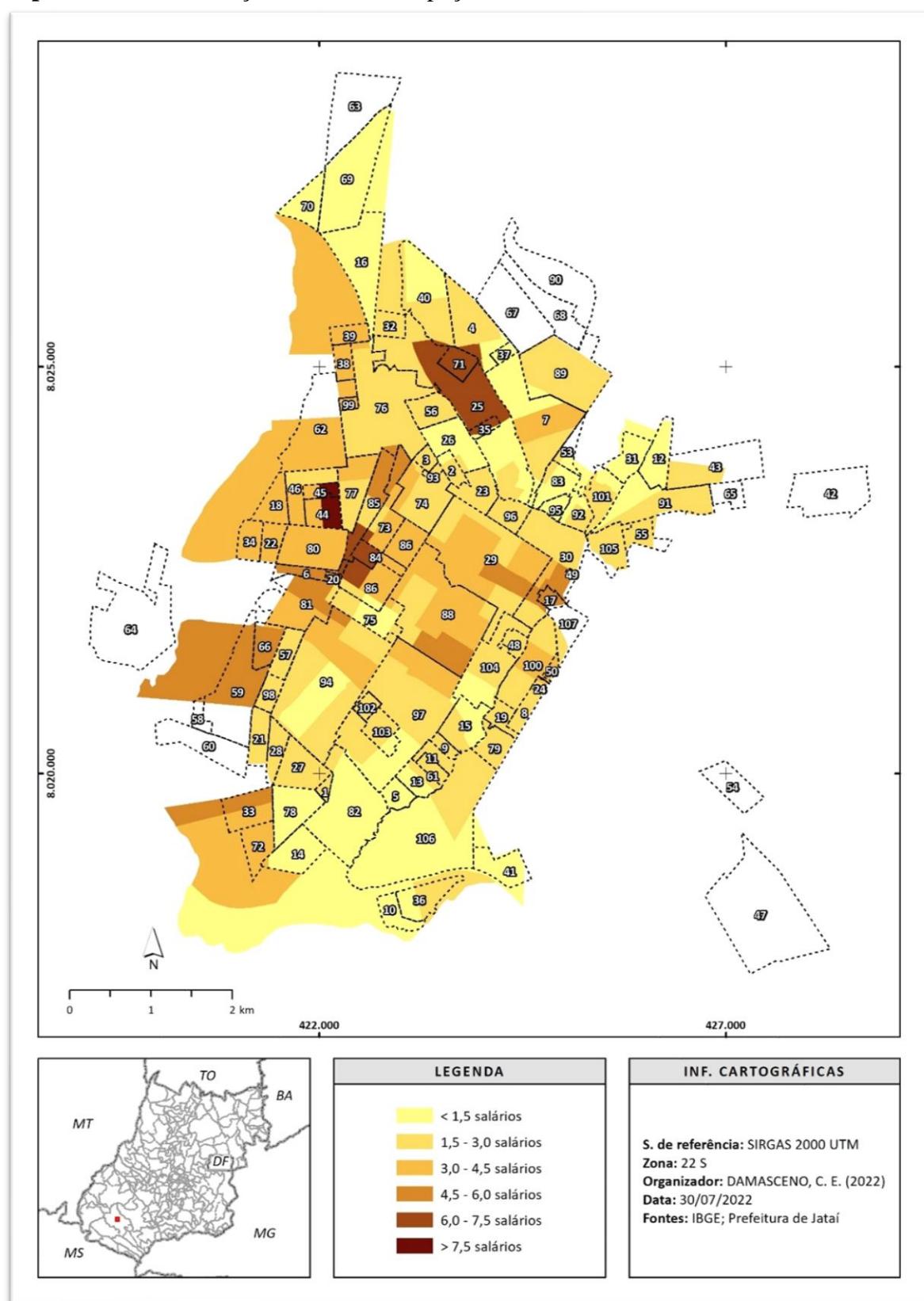
De acordo com Ferreira e Ratts (2017),

O espaço urbano das cidades brasileiras é composto por processos de diferenciações e segregações socioespaciais. As diferenciações se expressam no contexto social, os quais se evidenciam em espaços de riqueza e pobreza bastante próximos fisicamente, em distâncias sociais que se correlacionam com outras barreiras e enclaves, como os

de ordem racial. A segregação se constitui como separações mais diretas e impactantes (FERREIRA; RATTS, 2017. p.173).

Para que se possa entender a relação entre renda e raça na cidade em Jataí, foi feita a espacialização dos dados de renda e raça utilizando o Software ArcGis 10.2. As classes de rendimento espacializadas para a área urbana são de pessoas responsáveis por domicílios que recebem menos de 1,5 salários mínimos, a pessoas que recebem mais de 7,5 salários mínimos.

Mapa 3. Jataí: Distribuição de renda no espaço urbano de Jataí, 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí, 2021. Organização: Damasceno, 2022.

Por meio dessa espacialização, é possível notar que as áreas periféricas da cidade comportam as menores rendas, enquanto há uma presença maior de rendas altas na porção central da cidade. Exceto, para as classes de rendas de rendimento acima de 7,5 salários mínimos, que estão concentradas em bairros como o Conjunto Rio Claro I e II, que não se encontram na parte central da cidade, mas tem uma história de ocupação antiga e já passou pelo processo de consolidação.

Silva (2009) afirma:

É nítida a concentração das populações de maior renda no centro da cidade. Esse local, onde se fixaram as primeiras famílias jataienses, ainda comporta grande parcela das rendas mais altas. Além dos laços históricos e de identidade com o lugar, o centro apresenta grande facilidade no acesso a serviços, possuindo um alto custo do preço do solo urbano, o que explicaria a predominância dos valores altos (SILVA, 2009, p. 158).

Nas regiões periféricas das cidades grandes e médias, os domicílios que possuem uma menor renda, encontram-se frequentemente distantes dos espaços públicos, postos de trabalho, áreas de lazer e entre outros. O que pode significar uma acessibilidade menor a essas áreas.

Quanto a distribuição da população negra, é possível perceber que há uma presença maior nas áreas periféricas da cidade. Sobre a presença de mais pessoas negras na periferia, Leonardo (27 anos) diz:

Da pouca vivência que eu tenho da periferia a gente percebe que existe muito mais pessoas negras. Quando a gente olha as pessoas que estão em situação de rua aqui em Jataí, a maioria são pessoas negras. Então, tudo isso deixa escancarado a diferença (Leonardo, 27 anos).

Por meio da comparação entre os mapas de renda e raça, é possível perceber que há uma alta quantidade de indivíduos negros que residem em lugares que se encontram as menores rendas, e uma presença menor dos mesmos em espaços com rendimentos altos. Isso demonstra que brancos ocupam espaços sociais diferentes dentro da cidade, o que pode ser constatado através da disposição das residências dos mesmos na área da cidade.

Evidenciou-se que em toda a parte norte da cidade a maioria dos bairros tem acima de 50% de população negra (mapa 4), com exceção dos bairros Conjunto Residencial Cohacol 1, Residencial Bandeirantes, Bairro Santa Terezinha e Residencial Recanto da Mata, que são loteamentos onde a população precisa comprar o terreno e construir os seus imóveis, fato que dificulta o acesso dessa população a casa própria já que os dados de Jataí evidenciam que a renda da população negra está entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos.

Mais de 75% da população negra vive nos bairros Dom Abel, Mauro Bento, Setor Epaminondas I e Setor Antena (Mapa 4). Dentre esses, os bairros Dom Abel e Mauro Bento ficam localizados na periferia da cidade.

Dos bairros com um alto percentual de população negra, destacamos o Conjunto Residencial Mauro Bento, que é um bairro construído através de políticas públicas, de acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Jataí (2022), ou seja, fazem parte de programas habitacionais destinada à população cujo nível de renda impede ou dificulta o acesso à moradia por meio dos mecanismos normais do mercado imobiliário. A Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005, dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

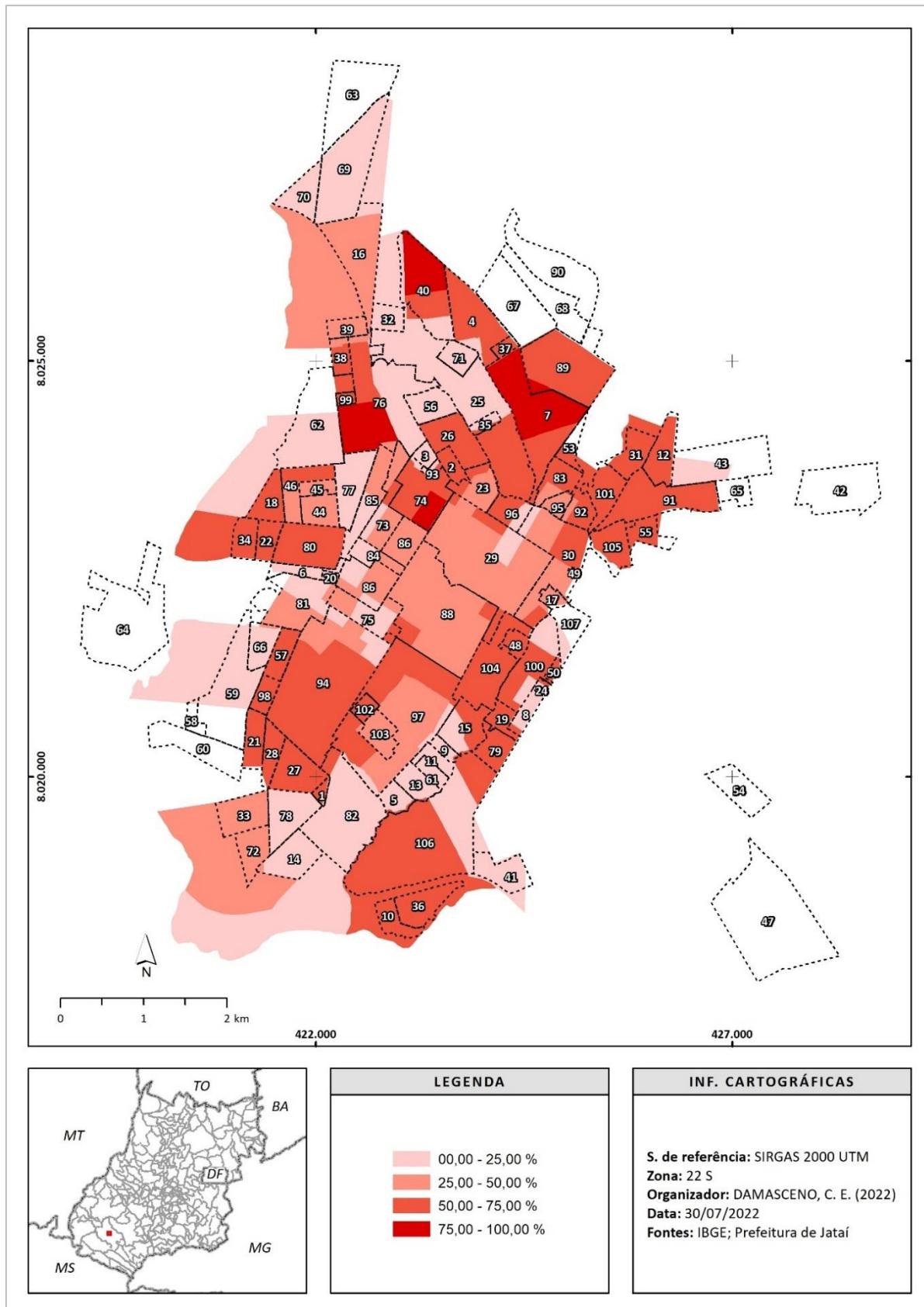
- I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (BRASIL, 2005).

A construção destes conjuntos habitacionais nas periferias coopera para o processo de segregação socioespacial, pois nota-se a construção de habitações com qualidade inferior e isso influência diretamente na vida da população negra, que são maioria nesses espaços.

Hoje a maior dificuldade que eu vejo em relação ao local que eu moro, é o transporte público. É muito complicado ter acesso. Antes o ônibus passava duas vezes próximo a minha casa, que era uma vez subindo na Joaquim Cândido e na segunda descendo. Mas eles trocaram a linha, e agora só passa uma única vez. Dentro de três semana que trocou de empresa, eu só vi o ônibus uma única vez, que foi hoje. E horário em si não é muito bom pois passa 8:00, e eu tenho que chegar na faculdade 9:30, então eu já tenho uma dificuldade. Então hoje, considerando onde eu moro, o transporte coletivo é a minha maior dificuldade. E sim, eu vejo isso como algo relacionado a questão racial diretamente, por que eu moro em um bairro bem humilde, são aquelas casinhas habitacionais sabe? São casas minúsculas, sem o básico de estrutura [...]. A maioria das pessoas que moram no meu bairro são de pele escura. São pretos retintos ou pretos de pele clara (Marcos, 24 anos).

O poder público também atua no processo de segregação socioespacial. O mesmo é responsável pela valorização do solo urbano, com a incrementação de equipamentos de uso público, leis de zoneamento, e até mesmo a revitalização urbana, que acabam sendo direcionados para as áreas centrais que já são mais bem equipadas, o que atende somente a uma pequena parcela da população.

Mapa 4. Jataí: Densidade demográfica da população de cor ou raça negra, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Organização: Damasceno, 2022.

Outro fator que coopera para o aumento do preço solo urbano e a segregação, é a atuação do mercado imobiliário. Segundo Botelho (2007), esse mercado pode ser entendido como “o conjunto de atividades que envolvem os subsetores de materiais de construção, de construção de edifícios e obras de engenharia civil, bem como aqueles ligados ao terciário, tais como as atividades imobiliárias e as atividades de manutenção predial”.

O mercado imobiliário coopera com a segregação residencial, na medida em que parte de uma ideia capitalista de lucratividade, no qual há uma adaptação e modificação em decorrência do mesmo, isso auxilia na criação de espaços “ricos” e “pobres”. Nesse sentido, torna-se um elemento que seleciona pessoas, intensificando a segregação bem como as desigualdades.

Sobre o preço do solo urbano, de acordo com dados da Secretaria da Fazenda de Jataí (2020), o bairro Mauro Bento, possui um valor venal considerado baixo, de R\$ 37,00 o m² e isso reflete no padrão construtivo das casas que estão presentes nesse lugar.

Por meio da observação das residências presente no bairro, nota-se a presença de casas que são de baixo padrão construtivo. Se compararmos com casas construídas em áreas que abrigam as maiores rendas como é o caso do Centro da cidade, é perceptível que as habitações são dotadas de boa infraestrutura e foram bem projetadas, que acaba por refletir o poder aquisitivo dos moradores. Essas diferenças nas construções das residências demonstra a desigualdade social presente na cidade (figura 12 e 13).

A correlação entre o mapa de renda e o mapa de distribuição da população negra (figura 14), reafirma as diferenças sociais entre a população negra e branca. Ao analisarmos as distribuições nota-se que os indivíduos de cor ou raça negra estão concentrados nas áreas onde há uma renda menor, ou seja, onde há habitantes com baixo rendimento, existe também uma elevada concentração de população negra. Ao contrário disso, nas regiões onde há habitantes com alto rendimento, há uma baixa presença dessas pessoas. Observou-se também, que nas porções onde se concentram a maior parte da população negra, há uma baixa presença de pessoas com alto rendimento.

Figura 12. Jataí: residência localizada no setor Mauro Bento



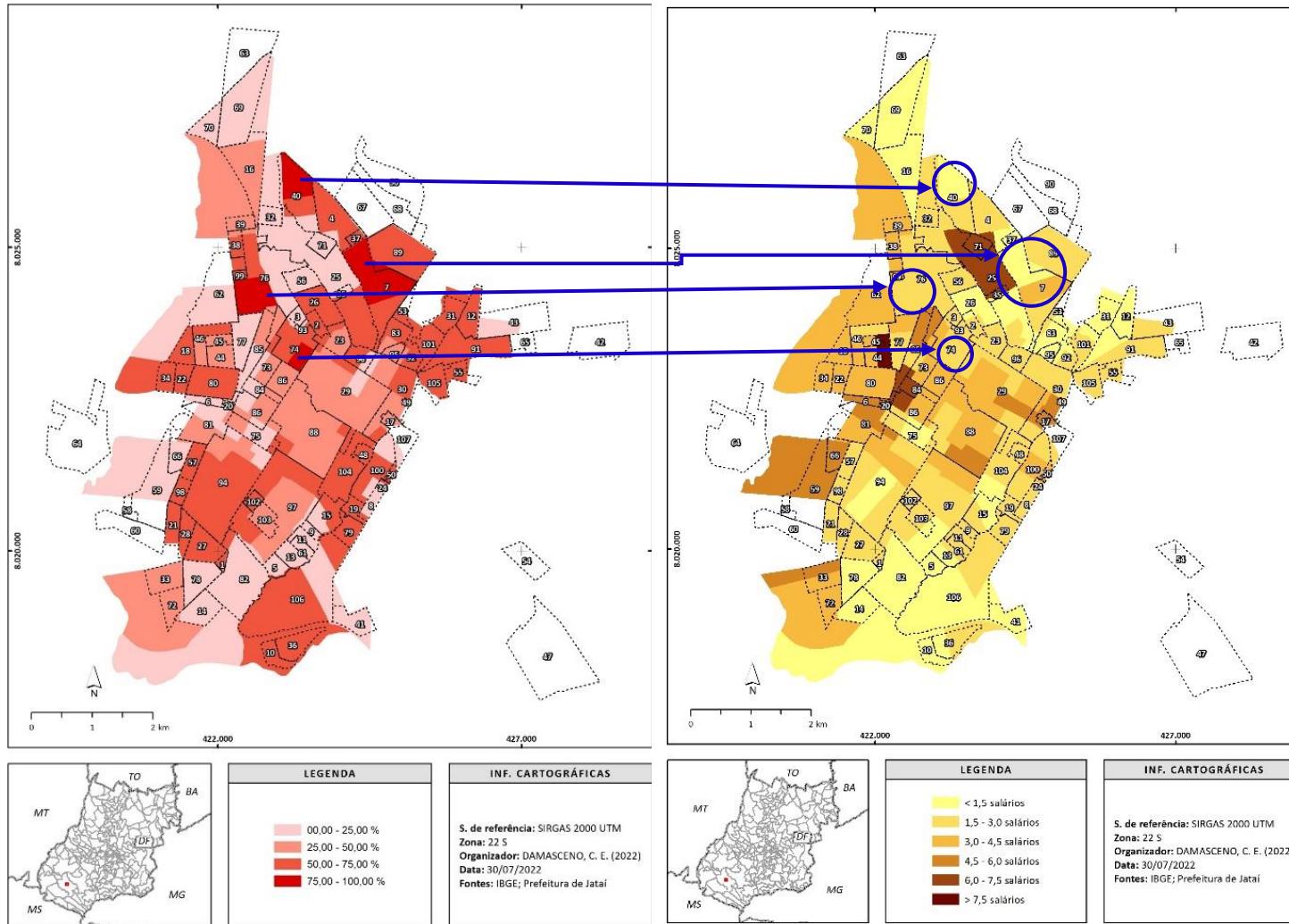
Fonte: Da autora, 2022

Figura 13. Jataí: residência localizada no Centro, 2022.



Fonte: Da autora, 2022.

Figura 14. Jataí: Correlação entre distribuição do rendimento populacional e da população negra, 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí, 2021. Organizado pela autora, 2022.

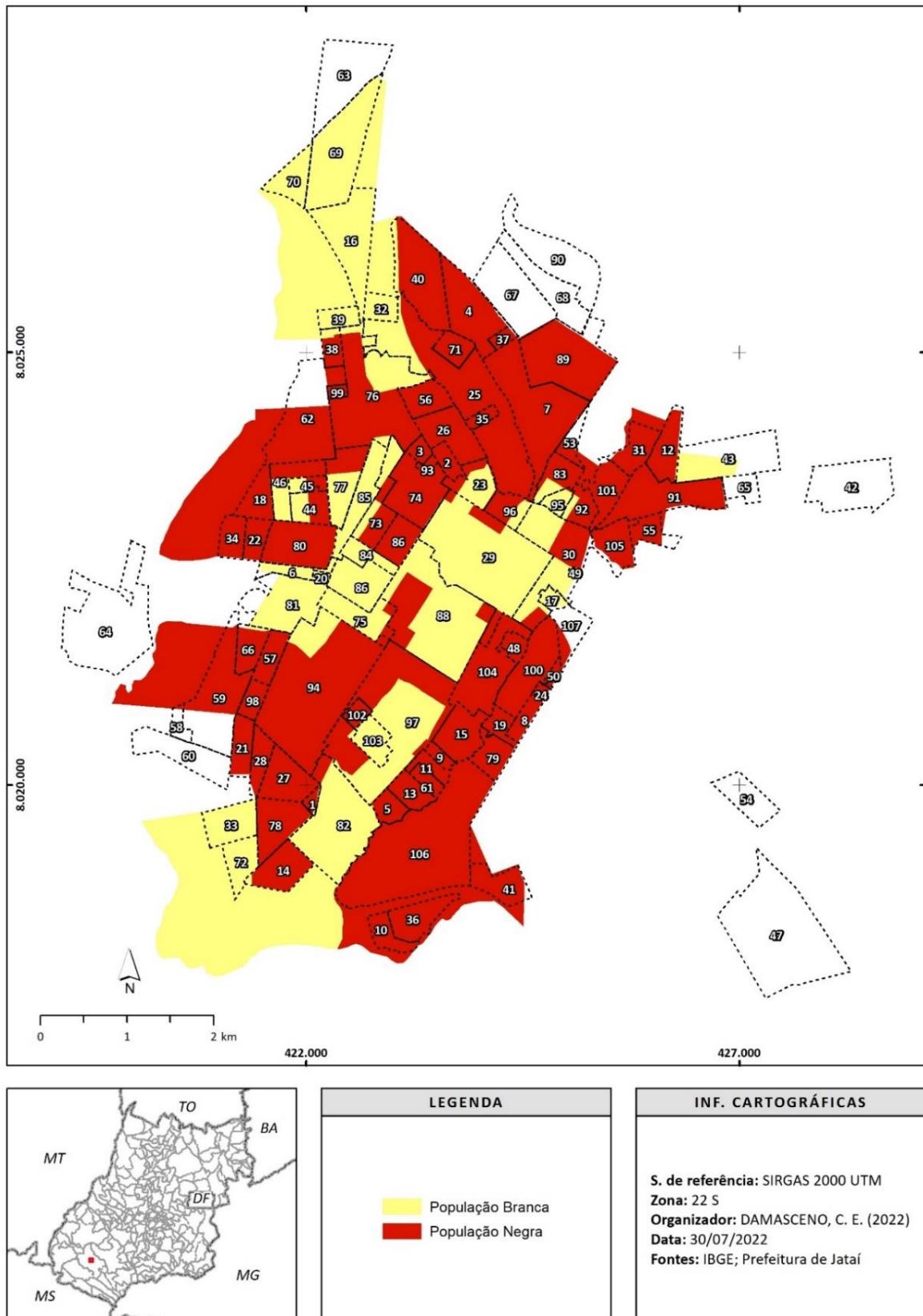
Sobre a distribuição da população por raça, foi feito um mapa síntese de concentração da população de cor ou raça negra e da branca para o espaço urbano de Jataí (mapa 5). Para essa espacialização, foram utilizados dados dos residentes negros e brancos, no qual foi feita uma média por setor censitário, chegando ao resultado de quantas pessoas negras e brancas vivem em cada setor. Os bairros apresentados em vermelho no mapa são bairros que possuem uma população de negros maior que a de brancos, já os setores apresentados em amarelo são áreas que possuem uma quantidade maior de residentes brancos.

Por meio dessa espacialização foi possível perceber que existe uma quantidade maior de moradores autodeclarados brancos nos bairros que ficam na porção central da cidade como Centro, Santa Maria, Setor Samuel Graham, Jardim Rio Claro, Vila Paraíso II, Vila Jardim Rio Claro, Setor Divino Espírito Santo. E também em áreas que não estão na parte central, mas que possuem um valor do solo urbano alto como setor Planalto, Residencial das Brisas, Epaminondas II, Hermosa, Bairro das Mansões e Conjunto Rio Claro III.

De acordo com dados da Secretaria da Fazenda de Jataí (2020), a grande parte dos bairros citados abrigam os maiores valores venais de Jataí. Ao analisarmos os valores venais dos terrenos, o setor Planalto encontra-se no topo com valor venal de R\$ 335,00 o m², seguido pelos bairros Epaminondas II (R\$ 322,00), Barcelona (R\$ 309,00), Samuel Graham (R\$ 287) e Setor Aeroporto (R\$ 230,00 o m²). Dos bairros citados apenas o Aeroporto possui uma concentração significativa de população negra.

A distribuição da população negra já demonstra um panorama diferente. Por meio da pesquisa, foi possível perceber que há uma concentração menor da população negra na parte central da cidade e uma maior presença da mesma nos bairros afastados do centro. Desses espaços, onde há uma maior concentração da população negra, destaca-se os bairros Estrela D'alva, Jacutinga e Filóstro Machado, que apresentam o menor valor venal da cidade, equivalente a R\$25,00 por m². Dos setores que apresentam um menor valor do solo urbano somente o bairro Sebastião Herculano, possui uma baixa concentração de pessoas negras. No entanto, o mesmo ainda abriga mais pessoas negras do que brancas como apresentado no mapa 5.

Mapa 5. Jataí: Bairros com maioria de população negras e brancas, 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí, 2021. Organização: Damasceno, 2022.

Por meio das entrevistas realizadas, fica nítido que há uma grande diferença entre a vivência das pessoas negras que residem em áreas centrais da cidade e das que vivem em regiões que estão afastadas dos centros.

A gente mora praticamente no centro da cidade. Então a gente tem alguns privilégios que a maioria não tem. Que não é o caso das localidades mais periféricas por exemplo. Quanto a isso, temos esse privilégio. De morar numa casa que é relativamente boa. Que é no centro da cidade e que temos acesso a tudo. Mas é óbvio que a gente sabe que não é todo mundo que tem esse tipo de acesso" (Karla, 27 anos).

O meio de locomoção foi o principal fator apontado como um problema dentre os entrevistados, principalmente para os residentes negros que moram em áreas periféricas. Isso, por que como apontado antes, esses bairros ficam distantes dos serviços essenciais.

Como eu tenho meio de locomoção, eu não sinto tanta dificuldade quanto a ir para esses lugares. Mas eu pensei várias vezes, e se eu não tivesse um meio? Pontos de ônibus, lá na rua da minha casa eu só vi até hoje um. E o Colméia é bem afastado do centro, então eu teria uma grande dificuldade pra chegar até a área central (Gustavo, 22 anos).

Quanto ao acesso aos serviços essenciais, a entrevistada Aline (19 anos), fala que é muito difícil viver em um bairro da periferia pois é longe para se ter acesso aos serviços públicos.

É muito distante. Claro que lá tem muitas pessoas negras, pois é uma coisa cedida do governo. Então também fica muito difícil da população chegar aos serviços públicos. É muito difícil também, ter serviços públicos que vão até lá ajudar a população (Aline, 19 anos).

Dessa forma, mesmo que essa população negra tenha vivências parecidas, em relação ao preconceito vivenciado dentro do espaço urbano de Jataí, quando analisamos o bairro em que essas pessoas residem, nota-se que alguns possuem melhores condições de acesso em relação a outros, isso acontecem pelo fato dos mesmos se encontrarem mais próximos dos serviços públicos.

No que se refere a desigualdade entre negros e brancos presente no espaço urbano de Jataí, a mesma pode ser interpretada de algumas formas, a primeira está relacionada com a herança escravocrata que dita as relações sociais no Brasil, o que resulta em um tratamento inferior para negros acarretando uma maior participação dessa população nos estratos inferiores (Wood; Carvalho, 1994). A segunda interpretação é que, de modo geral, a sociedade se baseia em um preconceito contra a população pobre, desse modo, considerando que a maior parte dos

pobres são negros, essa população se torna ainda mais vulnerável a discriminação e ao preconceito.

Quando os entrevistados foram questionados sobre uma possível existência de uma igualdade entre negros e brancos na cidade, todos, de forma unânime, responderam que não, as justificativas são variadas, entretanto, destacamos uma questão frequente nos relatos, que é a violência polícia, revelando uma diferença de tratamento entre negros e brancos, bem como o racismo institucional.

Sobre a igualdade racial em Jataí, Marcos (24 anos) morador do bairro Santo Antônio afirma que:

Nunca. A resposta é não. Não tem como. Quem responder sim pra uma pergunta dessa, ou não vive, ou tem o olho tapado ou não sente [...]. Nem é por que eu não acho. Eu sei que não tem. Primeiro, por que se você for ver os relatos de pessoas que são travadas em portas de banco, são sempre da mesma cor. O número de mortos pela polícia aqui em Jataí, em trocas de tiros ou em busca por drogas sempre são da mesma cor. Se a gente for buscar quem é mais preso aqui, são sempre da mesma cor e dos mesmos bairros. Quem nunca ouviu sobre o Jacutinga na televisão? Da baixada do José Bento ou da Vila Brasília. E quem mora nessas localidades? Pessoas negras (Marcos, 24 anos).

Em relação ao racismo institucional, uma das entrevistadas conta ter passado por um momento que a deixou constrangida e a marcou muito. Segundo a mesma, esse fato envolvendo policiais a fez repensar sobre o papel dela como negra e como ela poderia não ser “mais uma”.

A única discriminação que eu já sofri, foi por parte de policiais. Foi um episódio que me marcou bastante [...] eu vou ter filhos negros, e não quero que meus filhos passem pelo que eu passei, com os policiais.

O que aconteceu foi que, eu namorava e meu namorado tinha uma moto. E a gente passou por um lugar que estava cheio de policiais sem máscara, e era pandemia. Então, eu olhei e falei “olha lá, todos sem máscara” e virei. E aí de repente, a viatura já chegou... na Avenida Goiás. Nossa que vergonha. Os policiais já chegaram assim: “encosta, encosta, encosta, vagabundo” e o meu namorado era negro também. Eles chegaram e falararam: “encosta vagabundo, mão na cabeça”.

Eu sei que eles fizeram isso por pura graça. Viram dois pretos em uma moto - e a moto do meu ex não era uma “motinha” - e já mandou parar. Eu cheguei a falar para ele, que, o que ele estava fazendo era puro racismo, mas ele me intimidou. E eu tive que voltar atras, pois eu ia parar na delegacia. Ele poderia colocar como desacato e eu só estava sendo sincera, pois era o que estava acontecendo. Tinha vários “moleques” brancos na rua “fazendo graça” e eles resolveram parar duas pessoas pretas, que não estavam fazendo nada. E chamaram o “cara” de vagabundo. Eles só pararam quando eu falei que ele era cabo do quartel (Érica, 26 anos).

O entrevistado Leonardo (27 anos), relata que:

Teve um ano que eu fui parado umas 12 vezes pela polícia. Ou seja, um baculejo por mês. Perto de casa, a caminho do serviço, indo para cachoeira. Eu tive que dar a satisfação do que eu estou fazendo no mato. Eu não posso curtir no mato ou dar um “rolê”, eu tenho que dar satisfação e os caras afirmaram várias vezes que a gente estava indo buscar drogas. A gente anda aqui não é com medo de ser assaltado. A gente anda com medo da polícia parar a gente e querer saber onde é que eu estou indo ou vindo. A gente fica com medo de ter a privacidade invadida, de ter os direitos desrespeitados pela própria instituição da polícia. Acho que é a minha maior preocupação. Tipo, os “homens” me “catarem” ali e eu vou gritar pra quem? Os caras colocarem um flagrante ali e eu vou gritar pra quem? Eu vou fazer o que. Esse é o meu maior medo. E isso com certeza tem a ver com o fato de eu ser negro (Leonardo, 27 anos).

A violência e a discriminação por parte dessas instituições revelam um dos lados mais perversos do racismo, a sensação de insegurança e de impotência, pois as mesmas instituições que foram criadas para manter a segurança da população negra, bem como de toda a população, é a mesma que taxa pessoas pretas como marginais, agem de forma violenta com esses indivíduos e até mesmo os matam. As falas dos entrevistados demonstram não somente a discriminação, mas também o medo de ir e vir como as demais pessoas.

A forma mais eficaz de entender como o racismo atua na vida da população negra, é ouvir os relatos da mesma em relação a sua vivência na cidade de Jataí. Quando foi questionado aos entrevistados sobre episódios de racismo, houveram muitos relatos. Maria (46 anos), relatou episódios de racismo que sofreu em seu trabalho e estágio.

Quando eu estava fazendo estágio, uma mulher me perguntou assim... sempre perguntam... você trabalha na limpeza? Por que eles acham que o negro tem que ser só para faxinar”. E até no meu serviço também. Várias vezes eu fui no banheiro lavar minha flanela, que uso para limpar o meu caixa. E as pessoas, várias vezes, já me perguntaram: Ah você trabalha na limpeza? E eu respondo: não, eu trabalho no Caixa. E as pessoas me olham com uma cara de espanto, tipo... ah uma negra no caixa” (Maria, 46 anos).

Para Camila (21 anos) e Lázaro (25 anos), o racismo se apresentou de outra forma:

Demais. Tanto em barzinho, como no shopping. Principal em locais que tem um pessoal que são mais de elite. O pessoal olha muito. Teve um episódio, eu aqui em Jataí em um banheiro. Banheiro de bar mesmo e eu no espelho olhando a pessoa chegar e ela olhar pra mim de cara feia. Ou olhar por causa do cabelo. Ou eu estar de trança... Nossa, estar de trança aqui em Jataí é uma coisa surreal. O pessoal aqui acha a trança uma coisa de outro mundo, eles ficam abismados (Camila, 21 anos).

Eu jogo vôlei há muitos anos. Tem doze anos. E teve um caso que aconteceu na Copa Sesc. Nós estávamos ganhando e começaram a chamar eu e um outro amigo (negro também) de macaco. Foi um episódio que me marcou muito (Lázaro, 25 anos).

A entrevistada Aline (19 anos), nos relatou que já se sentiu intimidada, pela Universidade a qual pleiteou uma vaga em Jataí, pois passou por uma entrevista de heteroidentificação que não era composta por pessoas negras.

Já me senti intimidada. Pela UFJ na entrevista de heteroidentificação, onde era um homem branco me avaliando. Eu não sei se ele é um doutor em biologia para estar avaliando minhas feições, ou se ele faz parte da Reitoria. Eu não sei. Ele não falou. Ele não falava nada só ficava me encarando, eu fiquei tão nervosa que marquei eu marquei até errado o meu documento.

Eu fiquei bem sentida com aquilo, porque era um homem branco me encarando e não fazia nada. Só me encarava para ver se eu era ou não negra na percepção dele (Aline, 19 anos).

Por meio dos relatos dos entrevistados, fica explícito que ser negro em Jataí não é algo fácil, ao passo em que existe uma segregação que atinge essa população, a isolando e a empurrando para as áreas segregadas, existem também outros fatores que dificultam a qualidade de vida da mesma, como a discriminação racial no espaço urbano.

Ser negro em Jataí é complicado. Quando a gente adiciona ser negro, gay e afeminado fica pior ainda. Por que nós somos invalidados de várias formas. Primeiro você tem a sua intelectualidade invalidada por ser negro. E se você adiciona ser gay e afeminado, eles acham que você não tem valor nenhum (Marcos, 24 anos).

Além da discriminação e a marginalização, há também outros aspectos que influência na qualidade de vida da população negra, como a falta de incentivo à cultura negra na cidade. Não há projetos e ou políticas públicas que garanta a valorização da cultura afro-brasileira.

Jataí parece ter sido criada/feita para brancos. Não tem nada que engloba a gente. Por exemplo, eu que vim de São Paulo, sou acostumada a mudar o cabelo e fazer essas coisas. A cidade não tem a cultura disso. Tudo relacionado a cultura negra e locais que estava acostumada a frequentar em São Paulo, eu não tenho acesso aqui. Por exemplo, é muito difícil você achar um terreiro de Umbanda e Candomblé aqui em Jataí. Não tem e quando tem é escondido. O pessoal aqui vê de um jeito tão pejorativo, que quando tem um centro precisa ser totalmente escondido. Então eu não tenho acesso as religiões que eu gosto de frequentar. Não tenho acesso a estética negra, como salão de beleza especializado em cabelos cacheado, crespo e trança [...]. É excludente isso (Camila, 21 anos).

Quando levantadas questões que englobam mecanismos que podem ser criados para melhorar a qualidade de vida da população negra em Jataí, os residentes negros levantaram várias questões, a principal delas foi políticas públicas que incentivem a cultura, mas também que melhorem a educação da população negra, visto que a educação é uma das formas de ascensão social e isso como visto tem um impacto positivo na vida dessa população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Fé no proceder, na luta e na lida
 Enquanto a gente não conquista
 Segue em frente firme que a nossa firma
 é forte
 Nunca foi sorte, irmão, sempre foi Deus,
 sempre foi Deus*

*Hoje, eu sonhei que um dia eu estaria
 onde ninguém pensou
 Se ele quiser, eu piso onde ninguém pisou
 Humildade e sabedoria pra me guiar
 E o impossível é possível pra quem
 acreditar
 (Fé – Iza)*

A escravidão foi um processo que deixou muitas marcas na sociedade brasileira, esse regime de trabalho perverso e lucrativo, subalternizou e massacrou indivíduos negros por mais de 300 anos. Os negros escravizados eram submetidos a cargas de trabalho absurdas, com alimentação deficiente, pois só ingeriam o suficiente para aguentarem o trabalho árduo.

A utilização de mão obra escrava negra custou a essa população sua liberdade, suas crenças e a sua capacidade de sociabilizar. Não haviam áreas adequadas para os mesmos se alojarem, ademais eles eram constantemente vítimas de doenças ligadas a falta de serviços médicos eficientes que atendesse suas necessidades.

Além de escravizados, os mesmos eram vistos como mercadoria, que poderia ser vendida, alugada e até leiloada, eram tratados como objeto que tinha valor para o mercado, mas não como ser humano. Quando se rebelavam recebiam a castigos cruéis e violentos, com base nisso, não há como duvidar do processo desumanizador a qual negros escravizados foram submetidos.

Todo esse processo violento de desumanização resultou em muitas consequências na vida da população negra após a escravidão, mesmo que não fossem mais submetidos ao trabalho escravo, os negros ficaram de maneira geral a margem da sociedade, eles não tinham os mesmos direitos que os brancos, não podiam votar e muito menos estudar, não conseguiam emprego e nem socializar em função do preconceito existente na época.

A liberdade para esse povo não chegou, pois lhe foi negado todas as formas de ascensão social, antes do processo de abolição, a escravidão começou a ser mal vista mundialmente, dessa forma, após a assinatura da Lei Áurea em 1888, os governantes queriam apagar os rastros

da mesma, e a população negra era o maior símbolo desse período. E ao contrário de construírem políticas públicas para inserir essa população na sociedade, e dar uma oportunidade para essas pessoas terem uma vida dignidade, foi criado mecanismos para afastarem essa população ou desaparecerem com a mesma.

A população negra foi empurrada para as margens da cidade, sobrando a estes os becos, morros e o fardo da criminalização, eram indesejados nos centros urbanos e vistos como criminosos e baderneiros que não deveriam fazer parte da sociedade em que estavam inseridos.

Com esse processo de formação controverso e baseado na escravização da população negra, não há como falar em igualdade racial e ou democracia racial no Brasil. Isso porque não há como comparar socialmente uma população que passou por tal processo alienador e desumano, como a escravidão, com uma população que sempre teve seus direitos garantidos.

O Brasil recebeu durante a escravidão cerca de quatro milhões de escravos negros africanos, e também foi o último país a abolir a escravidão. É impossível desassociar estes fatos com a atual situação dos negros no país.

Todo esse processo gerou uma forte desigualdade entre negros e brancos. No qual os indicadores apontam os negros com desvantagem em vários setores como renda, escolaridade, participação política, cargos gerenciais, entre outros.

No Brasil, os negros recebem menos, ocupam os piores cargos e tem uma taxa maior de analfabetismo e isso implica diretamente na qualidade de vida da população. E torna a população negra ter uma tendência maior a ser afetada pela segregação socioespacial.

Nesta pesquisa a segregação socioespacial é apresentada como um processo que fragmenta o espaço urbano, no qual as classes sociais ocupam espaços diferentes, e a raça entra como um fator agravante a esse problema. As pessoas que são afetadas pela segregação socioespacial de modo geral, estão mais sujeitas a insegurança, moradias precárias, violência e a falta de lazer e infraestrutura. Em Jataí, isso não é diferente.

A cidade de Jataí, que teve seu território expandido e modificado por meio das atividades agrícolas, viu seu espaço urbano ser transformado ao longo dos anos em um lugar com inúmeras contradições e disparidades sociais. Essas disparidades podem ser observadas por meio da segregação socioespacial presente no espaço urbano da cidade, que se insere também no fator raça, por meio da marginalização da população negra.

Vimos que embora a segregação na cidade de Jataí aconteça principalmente pelo fator renda, não se pode descartar outros indicadores como a raça. Ao correlacionarmos renda e raça é perceptível que a população negra está mais vulnerável e exposta a segregação socioespacial, principalmente pelo fato de a mesma deter um menor rendimento.

A vida da população negra é completamente afetada pela segregação socioespacial, visto que mesma reside em lugares que estão afastados dos serviços essenciais, afetando também a sociabilidade dessas pessoas.

Mesmo com a possibilidade de sociabilidade por meio do Clube 13 de Maio, popularmente chamado de “Clube dos Pretos”, que foi criado pelo movimento negro de Jataí, não foi possível fugir de todas as barreiras impostas pelo racismo. Desse modo, os negros e negras de Jataí vivenciam os mesmos problemas sociais que a população de cor ou raça negra das demais cidades brasileiras.

Nesta pesquisa, demonstramos que a população negra possui um rendimento menor do que a população branca, e por isso, se concentram em espaços que possuem um valor do solo menor. A população que vive nas áreas afastadas do centro da cidade, que em sua maioria é negra, tem uma maior dificuldade de acesso os serviços essenciais, tais como: a saúde, a educação, o transporte público, a segurança, o fornecimento de energia elétrica, água e telefonia, a captação e o tratamento de esgoto e lixo, entre outros.

A pesquisa evidenciou que a população negra de Jataí se concentra principalmente em bairros como: Dom Abel, Conjunto Residencial Mauro Bento, Epaminondas I e Setor Antena. No qual, os três primeiros estão localizados na área periférica da cidade e possuem um valor de solo urbano bairro. Observou-se que há uma descentralização desta população.

Por meio das entrevistas com a população negra, foi possível identificar alguns problemas sociais vivenciados pela por essa população em Jataí, dentre eles, desigualdade em oportunidades de emprego, discriminação em lugares públicos e privados, violência policial, a desvalorização da cultura negra e a falta de incentivo para a mesma.

Esses são processos sociais que geram problemas no dia a dia dessa população em Jataí, que vão além do esforço pessoal de cada um, ao contrário do que é constantemente pregado, originados no racismo estrutural, que coloca negros em uma posição de vulnerabilidade.

Pautar o alcance da população negra na meritocracia, é o mesmo que não conhecer a história, não há como falar em meritocracia se as pessoas não partem do mesmo ponto, é injusto querer fazer com que a população acredite que não ficou milionária porque não se esforçou o bastante, ou não “trabalhou enquanto eles dormiam”. Se a posse monetária dependesse unicamente de esforço e trabalho, muito provavelmente não teríamos 52 milhões de pessoas pobres e 13 milhões em situação de pobreza extrema no Brasil (IBGE, 2020).

Crescemos vendo pessoas negras pobres trabalhando embaixo de sol e morrendo pobres, o que nos faz pensar que possivelmente dentro das formas de trabalho do modo de

produção capitalista que nos é imposto, somente se torna rico quem já é, ou seja, somente enriquece a uma parcela da população que muito tem.

Durante muitos anos, foi tirado da população negras todas as formas de ascensão social e não foi feito nenhum tipo de política reparatória para conseguir colocar negros e brancos em uma posição de igualdade.

Embora na atualidade haja uma nova conjuntura social, no qual há melhores oportunidades para a população negra e podemos ver a mesma ocupando mais espaços e ganhando mais destaque, não se pode negar que os efeitos negativos desse processo de marginalização histórica ainda persistem. Isso pode ser visto principalmente quando analisamos os indicadores sociais, como foi feito nesta pesquisa, que nos revelam que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a igualdade racial.

Ressaltamos, que a significativa melhoria dos índices sociais dos negros no Brasil, é resultado de alguns avanços em relação a políticas públicas. O primeiro deles a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui “no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’ (BRASIL, 2008).

Depois foi criada a lei 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). E a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que foi de extrema importância para o acesso à educação dos negros, que institui a reserva de vagas para o ingresso em universidades e instituições federais, reafirmando a importância da criação de mais políticas públicas que contemplam esta população.

Entender os processos que cercam a vivência da população negra no espaço das cidades brasileiras não é uma tarefa fácil, no caso de Jataí, isso se torna ainda mais difícil visto que quase não há publicações dados e ou pesquisas a respeito dessa população. Isso deixa evidente o quanto a história da população negra foi apagada ao longo dos anos.

Posto isso a presente pesquisa objetivou discutir com base nos dados do IBGE as diferenças entre negros e brancos nos aspectos como renda, escolaridade e acesso ao emprego; identificar onde se concentram e como vive a população negra na cidade de Jataí e Analisar os indicadores sociais, desigualdades e vivências da população negra.

Para isso foi feita uma análise e espacialização dos dados de renda, escolaridade e raça disponibilizados pelo IBGE, para entender a relação entre segregação socioespacial e raça. Esse

estudo também foi pautado em estabelecer uma relação entre os indicadores sociais e a vivência da população negra.

O processo de consolidação de uma Jataí fragmentada e desigual, foi construído ao longo dos anos. Frente a isso, é necessário a criação de medidas que consigam diminuir as desigualdades raciais, bem como a segregação socioespacial presente no espaço urbano de Jataí.

Ademais, nota-se a necessidade de criar políticas públicas que incentive a cultura afro-brasileira, para que a população negra esteja ligada a suas raízes assim como as demais pessoas então. É necessário que se priorize a criação de políticas que incentivem o acesso ao mercado de trabalho, a educação e ao lazer em função de garantir uma melhor qualidade de vida para a população negra.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil.** Salvador/. Brasília: CEAO-UFBA/Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVAREZ, I. P. **A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano.** In: VASCONCELOS, P. De A; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: contexto, 2013, p. 11-126.

ANDRADE, Vanessa de Araújo. A reforma Pereira Passos, a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais. **Mosaico**, v. 9, n. 15, p. 86-104, 2018.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. **A geografia do Brasil africano**, o Congo e a Bélgica – Uma aproximação. In: Revista Tempo – Técnica – Território, V1, N3 (2010), P. 1:24

_____. Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios Invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócio-espaciais nos terreiros religiosos**. In: REGO, Nelson; KOZEL, Salete;

AZEVEDO, Ana Francisca (org.). *Narrativas Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo*. Porto Alegre: Compasso Lugar/Cultura; IGeo/UFRGS, 2020. v. 1, p. 39-64. DOI: 10.29327/519558.1-4. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212906>. Acesso em: 06 out. 2020.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Fevereiro 2005, 159p. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AZEVEDO, André Nunes; PIO, Leopoldo Guilherme. **Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016**. **Revista Tempo e Argumento**, v. 8, n. 19, p. 185-208, 2016.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas (Juiz de Fora 1888-1830). Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

BIBLIOTECA NACIONAL. Para uma História do Negro no Brasil. Rio de Janeiro, 1988. Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 09 de maio a 30 de junho de 1988. Acesso em: 20 março 2021. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>.

CARRIL, L. Quilombo, favela e Periferia: A longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. Crise urbana, v. 1, p. 25-36, 2015.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). *Educar em Revista*, v. 34, p. 211-230, 2018.

CHAGAS, Nabor Mauricio Oliveira; TATUQUARA, Colégio Estadual Tatuquara–Bairro. Título: O estudo da cultura africana no ensino da matemática através da utilização de jogos africanos de tabuleiro. 2016. Acesso em 01 de março de 2021. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_mat_ufpr_nabormauriciooliveirachagas.pdf.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: UNICAMP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. Foguel, Israel. *A Presença Do Negro Em Nossa História*. Clube de Autores, 2019.

FUNDAÇÃO PALMARES. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL / Candice dos Santos Ballester ... [et al.] ; Marcelo Brito, coordenador ; Candice dos Santos Ballester, Greciene Lopes dos Santos, organizadoras ; Aruã Lima ... [et al.], colaboradores ; Fidelity Translations LTDA, tradutor. - São Carlos : Editora Cubo, 2017.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento. 2004. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Uni - versidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2^a edição. Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1988.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.** Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015.** Rio de Janeiro, IBGE, 2015b.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf. Acesso em 24 de ago. 2019.

LACOSTE, Yves. **A Geografia-Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** 5 ed. Papirus, 2001.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises.** Coletâneas do Nossa Tempo. UFMT, v. VII, n. 8, p. 129-153, 2008.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade / Mariana Aparecida dos Santos Panta.** – Marília, 2018. 298 f.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 137 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade.** Cidades, São Paulo, v. 4, n. 6, p.73-88, dez. 2007. Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Planejamento urbano: para quê e para quem? Revista de Direito da Cidade,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.91-119, jun. 2012. Disponível em:
[https://www.researchgate.net/publication/286166398_Planejamento_urbano_para_que_e_pa](https://www.researchgate.net/publication/286166398_Planejamento_urbano_para_que_e_para_quem_Urban_Planning_for_what_and_for_whom)ra_quem_Urban_Planning_for_what_and_for_whom. Acesso em: 05 out. 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, S. A. dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas.** Brasília: ANPED / 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SILVA, Manoel Mariano Neto da et al. **Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. Revista monografias ambientais:** - REMOA, Santa Maria, Rs, v. 15, n. 1, p. 256-263, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/21330/pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

SILVA, Márcio Rodrigues. **Encontros e Desencontros: Estudo do espaço urbano de Jataí-GO.** / Márcio Rodrigues Silva. --- Goiânia, 2005.

_____. **Desvelando a cidade: segregação socioespacial em Jataí- Go.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia (GO). 2009. 205 f.

SOUZA, Ana Paula da Silva e. **A representação do negro na revista Raça Brasil: Breve análise sobre as construções de identidade e cidadania.** 2007. 72 f. Monografia - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/127028/000620706.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SPOSITO. Eliseu S. **A produção do espaço urbano em dez anos de Gaspper: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva.** In: SPOSITO, Eliseu S. Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente, Unesp/Fct/Gaspper, 2005. p. 85-115.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo,** Brasil. In. Investigaciones geográficas. México, nº.54. 2004.

_____. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 2008.

SYDENSTRICKER-NETO, John et al. **Dinâmica populacional, urbanização e meio ambiente.** Brasília : UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015.

OLIVEIRA, E. M. ., & Tarifa, J. R. . (2022). **Segregação socioespacial em Jataí: um olhar sob a perspectiva da apropriação do solo urbano.** Scientific Electronic Archives, 15. Acesso em 15 de julho. Disponível em: <<https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1546>>

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Segregação socioespacial e relações raciais: Trajetória e inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO)”. Meu nome é Antônia Maria Nascimento Silva** sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em Geografia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (antonia.nasc.silva@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (64)99996-5910. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas – da Universidade Federal de Jataí, pelo telefone (64) 3606 8337.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa visa entender os processos históricos e socioespaciais que levaram a população negra às áreas marginalizadas da cidade de Jataí (GO) trazendo um sério estigma a este grupo social e levando os mesmos a ocuparem índices preocupantes nas áreas periféricas da cidade. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória e a inserção da população negra no espaço urbano de Jataí (GO) e analisar por meio do levantamento de dados secundários e entrevistas o processo de segregação socioespacial desta população na área urbana da cidade, e algumas de suas interfaces, principalmente em relação a discriminação racial e também ao acesso aos serviços públicos. As entrevistas serão gravadas por meio de Gravador de Voz Sony Icd-px240e anotações ocorrerão durante as observações. Você deve se sentir à vontade para se recusar a responder qualquer tipo de pergunta que possa lhe causar desconforto emocional ou constrangimento. Portanto, ao assinar este termo, você autoriza o uso destas imagens para compor a Dissertação (trabalho final de mestrado), que se tornará público. Caso você prefira não ter o rosto mostrado nas imagens, poderá fazer esta solicitação a qualquer momento e a mesma será atendida. A participação nesta pesquisa não traz quaisquer tipos de complicações legais para você. Os procedimentos e métodos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de acordo com a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade e ou saúde física e nenhum desconforto no que se refere a angústias, irritações, mal-estar ou intimidação. Desse modo, a pesquisa presencial só será realizada mediante a vacinação, respeitando as medidas para

o combate da Covid-19, podendo ser adaptável para um formato remoto (por chamada de vídeos, via google Meet). O único desconforto que a presente pesquisa pode oferecer é em caso de timidez, em responder as perguntas da pesquisa. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Sua identificação na entrevista deve ser autorizada ou desautorizada e seguiremos com sua solicitação ao transcrevê-la para o trabalho. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Cabe lembrar que você poderá entrar em contato comigo a qualquer momento por meio de ligação de qualquer tipo, incluindo a cobrar, se necessário. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão divulgados em artigos científicos a serem publicados em revistas e eventos da área e ainda irão compor a dissertação de Mestrado. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possa contribuir com a luta pela igualdade racial na cidade de Jataí-GO, bem como uma melhora na qualidade de vida da população negra. Reforçamos que a sua participação é voluntária e você tem liberdade de se recusar a participar e ou ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você, para os demais participantes ou mesmo para a pesquisadora responsável. Você pode pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação nesta pesquisa.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

1.2 Consentimento de Participação na Pesquisa:

Eu, inscrita sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“Segregação socioespacial e relações raciais: Trajetória e inserção do negro no espaço urbano de Jataí (GO)”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Antônia Maria Nascimento Silva, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação na pesquisa acima descrita.

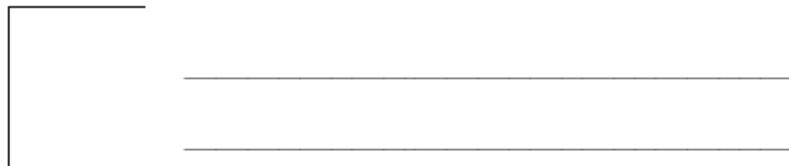
JATAÍ, de de

- () Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
 () Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.
-

Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



ROTEIRO DE ENTREVISTA I

I. Roteiro de entrevistas destinado a população negra acima de 18 anos, residente na cidade de Jataí (GO).

A. CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES E FAMÍLIAS

A1. Quem é o chefe da família nesta residência? 1.() O próprio informante 2.() Cônjuge 3.() Outros	A2. Inicialmente, gostaria de saber quantas pessoas moram nesta residência, contando com as crianças: nº de pessoas _____
---	---

A3. Como eles se chamam? Vamos começar pelo nome do chefe da família (código P1) e a seguir pelo cônjuge (código P2)						
---	--	--	--	--	--	--

Cód. P	Nome (Só o primeiro nome)	A	B	C	D	E	F
		Sexo	Idade	O que o (a) é do chefe da família?	Cor ou Raça (Preencher somente para chefe de família e cônjuge)	Estuda atualmente	Nível de instrução (Série/Grau Atual ou até onde estudou)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

Gênero

A	() Masculino	() Feminino	() Não declarado
---	---------------	--------------	-------------------

Parentesco com o chefe de família

B	1. O Próprio	2. Conjugue	3. Companheiro(a)	4. Filho(a)	5. Genro ou Nora	6. Neto	7. Pai ou Mão
	8. Sogro(a)	9. Irmão(ã)	10. Primo(a)	11. Enteado(a)	12. Avô(ó)	13. Outro parente	14. Não é parente

Cor / Raça

C	1. Preta	2. Parda
---	----------	----------

Estuda Atualmente

D	1. Sim	2. Não
---	--------	--------

Nível de instrução

E	1. Analfabeto(a) ou menos de um ano de instrução	2. Básico (1 ^a a 4 ^a série)
	3. Fundamental incompleto	4. Fundamental completo
	5. Ensino Médio incompleto	6. Ensino Médio completo
	7. Superior incompleto	8. Superior incompleto
	9. Pós graduação	

Idade: _____

Posição na ocupação

A	1. Empregador	2. Empregado setor privado	3. Empregado setor público	4. Trabalha por conta própria
	5. Trabalhador doméstico	6. Pensionista/ Aposentado	7. Locador de imóvel	8. Recebe benefícios sociais
	9. Dona de casa	10. Estudante	11. Desempregado	12. Criança menor de 7 anos
	13. Pensão alimentícia	14. Outro. _____		

Trabalha com carteira assinada

A5. Juntando o que ganham todos os que trabalham ou que têm renda nesta família, qual é a renda familiar mensal bruta?

Reais

A6. De todas as pessoas que moram nesta casa, tem alguma que receba aposentadoria, pensão ou algum auxílio do governo?

1. () Sim
 2. () Não (VÁ PARA A8)

A7. Qual o tipo? Aposentadoria, pensão ou algum auxílio do governo? (*Admite mais de uma resposta*)

- a. () Aposentadoria
 - b. () Benefício de prestação continuada c. () Bolsa família
 - d. () Auxílio doença
 - e. () Outro, especificar:

A8. O Sr.(a) ou alguém da sua família tem plano privado/seguro de saúde?

1. () Sim
2. () Não

B. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

B1. Tipo de construção predominante, nas paredes externas:

1. () Alvenaria
2. () Taipa
3. () Madeira aparelhada
4. () Material aproveitado
5. () Outro.

B2. Tipo do imóvel

- 1() próprio
- 2() cedido
- 3() alugado
- 4() financiado
- 99() Não se aplica (NSA)

B2. Quantos cômodos têm esta residência?

_____ cômodos (considere apenas dormitórios, salas, cozinha, banheiro interno)

B3. Quantos cômodos estão servindo de

- a. dormitório? _____
- b. banheiro interno? _____
- c. cozinha? _____

B4. Esta casa está ligada à rede geral de abastecimento de água?

1. () Sim
2. () Não

B5. Este domicílio possui iluminação elétrica?

1. () Sim
2. () Não

B6. Esta casa está ligada à rede geral de esgoto?

1. () Sim (VÁ PARA B8)
2. () Não

B7. Se não está ligado à rede geral de esgoto: qual o tipo de esgotamento sanitário utilizado nesta casa?

1. () Fossa
2. () Vala negra (esgoto a céu aberto)
3. () Outro.

B8. Esta casa é servida pelo sistema público de coleta de lixo, seja por recolhimento do lixo na porta de casa, seja através da caçamba?

1. () Sim, na porta (VÁ PARA B10)
2. () Sim, na caçamba (VÁ PARA B10)
3. () Não

B9. No caso de não existir coleta regular de lixo, qual o principal meio utilizado para se livrar do lixo produzido nesta casa?

(Admite apenas uma resposta)

1. () É queimado
2. () É enterrado
3. () É jogado no valão
4. () É jogado no rio
5. () É jogado no próprio terreno
6. () É jogado na rua ou em terrenos baldios
7. () Outro.

Bens

Quantos?

B10. Por favor, indique quais e quantos dos equipamentos domésticos que eu vou ler existem na sua casa:	1. () Sim	2. () Não
b. Geladeira	1. () Sim	2. () Não
c. Aparelho de som	1. () Sim	2. () Não
d. Máquina de lavar roupa	1. () Sim	2. () Não
e. Linha de telefone fixo	1. () Sim	2. () Não
f. Linha de telefone celular	1. () Sim	2. () Não
g. Computador	1. () Sim	2. () Não
h. Forno micro-ondas	1. () Sim	2. () Não
i. Máquina de lavar pratos	1. () Sim	2. () Não
j. Carro	1. () Sim	2. () Não

C. Questões sobre desigualdade racial

C1. Como você avalia o seu acesso aos serviços públicos?

C2. Quais as principais dificuldades que você enfrenta dentro do espaço urbano de Jataí? Você acha que isso tem relação com sua raça?

C3. Você já sentiu alguma forma de discriminação e ou preconceito na cidade de Jataí (GO)?

C4. Você acha que existe igualdade entre negros e brancos em Jataí? E por que?

C5. Pra você como é ser negro nesta cidade?

C6. Você acredita que existe alguma forma de melhorar a qualidade de vida da população negra em Jataí?

ROTEIRO DE ENTREVISTA II

II. Roteiro de entrevista destinado aos negros ex participantes do Clube 13 de Maio de Jataí (GO).

A. Dados do entrevistado

A1. Gênero

<input type="checkbox"/> A () Masculino	<input type="checkbox"/> B () Feminino	<input type="checkbox"/> C () Não declarado
--	---	--

A2. Idade: _____

A3. Cor/Raça

<input type="checkbox"/> A () Preto	<input type="checkbox"/> B () Pardo
--------------------------------------	--------------------------------------

A4. Nível de instrução

E	1. Analfabeto(a) ou menos de um ano de instrução	2. Básico (1 ^a a 4 ^a série)
	3. Fundamental incompleto	4. Fundamental completo
	5. Ensino Médio incompleto	6. Ensino Médio completo
	7. Superior incompleto	8. Superior incompleto
	9. Pós graduação	

B. Questões sobre o Clube 13 de Maio:

B1. Você sabe porque o Clube 13 de Maio foi fundado?

B2. Qual era sua relação com o Clube 13 de Maio?

B3. Qual sua experiência em relação ao clube 13 de Maio?

B4. Na época, vocês podiam frequentar normalmente os demais clubes da cidade?

B5. Como era a vivência da população negra antes e depois do clube 13 de Maio?

B6. Como a sociedade, políticos e entidades da época reagiam ao clube?

B7. Você acha que do século XX para o século XXI houve uma melhora na vida da população negra e na inserção da mesma nos espaços públicos e privados que a cidade de Jataí oferece?